

Avante!

A luta exige

Unidade na acção!



«Mal andariam os trabalhadores se abdicassem do factor decisivo e determinante da força da sua luta no tempo certo.»

Entrevista com
Jerónimo de Sousa

Pág. 5

O «processo de Bolonha»

Universidades à bolonhesa

O «processo de Bolonha» é o resultado de três declarações dos ministros da Educação da União Europeia que visam uma profunda reconfiguração do ensino superior público na Europa

Págs. 12, 13 e 14

Sector do Táxi

O problema de ser pequeno

Maioritariamente constituído por microempresas, o sector atravessa fase difícil. O Governo só apoia os grandes dos transportes. Dois pequenos industriais do ramo falam ao *Avante!* e dão conta das dificuldades.

Pág. 15

Entrevista com Juan Dias

Cuba

no coração

Juan Dias é o treinador cubano da selecção nacional de voleibol. Chegou a Portugal e logo se notou a diferença. O nosso jornal foi conversar com este homem de desporto que não se esquece da sua terra.

Págs. 16 e 17

● David Siqueiros
«A Marcha da Humanidade»

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros

25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Função Pública: 40 mil postos de trabalho em risco

Resumo

23 Segunda-feira

Manuel Carvalho da Silva considera que a greve geral do passado dia 10, «está a ser alvo de uma campanha desinformativa, com o objectivo de desvalorizar o seu êxito» ● Apresenta-se oficialmente o Movimento de Cidadãos pela Mobilidade «CREL 100 portagem», anunciando formas de protesto ● O Iraque anuncia o abate de um avião espião norte-americano não tripulado, no Sul do país... ● EUA rejeitam a proposta iraquiana para que sejam enviados agentes da CIA para acompanhar os inspectores da ONU ● A cidade de Belém está totalmente cercada e vigiada pelas tropas de Israel que recusam a Yasser Arafat a sua presença na Missa do Galo. ● O Presidente do Brasil, Lula da Silva anuncia oficialmente novo elenco governativo.

24 Terça-feira

Os Trabalhadores da Wagons-Lits, concessionária dos bares das composições da CP, dão início a uma greve de 48 horas. ● Funcionários do sector da saúde, recebem em casa, nesta véspera de Natal, cartas a anunciar a não renovação dos contratos a termo. Em risco estão 16 mil postos de trabalho ● Na Guatemala, um motim verificado numa cadeia nos arredores da capital causou 13 mortos.

25 Quarta-feira

O Governo anuncia aumento de 4 por cento das portagens nas pontes sobre o Tejo ● Os maquinistas da FERTAGUS realizam mais uma greve de 24 horas ● Segundo a Federação Nacional das Cooperativas de Leite e Lactínios, Portugal está em risco de ultrapassar a sua quota, o que, a confirmar-se, obrigará a uma multa de 15 milhões de euros, a ser paga pelos produtores ● Na Argentina explodem duas bombas em atentados não reivindicados frente às sedes dos dois maiores partidos, o Partido Justicialista e a União Cívica Radical ● A rádio pública de Israel anuncia que, nos últimos quatro meses, o exército israelita prendeu 1800 palestinianos.

26 Quinta-feira

Sindicatos da Função pública dizem que a não substituição de alguns profissionais e a diminuição de pessoal levará à deterioração dos serviços de saúde e

educação, depois do Ministério das Finanças ter anunciado a intenção de despedir 40 mil funcionários até 2006 ● A direcção da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, denuncia que as empresas de transportes de passageiros e mercadorias estão a pressionar os motoristas no sentido de ultrapassarem o seu horário de trabalho, sem qualquer tempo de descanso ● Tropas de Israel assassinam cinco palestinianos na Cisjordânia e Faixa de Gaza ● Governo da Colômbia recusa proposta de negociação das FARC.

27 Sexta-feira

A CDU acusa a empresa responsável pela exploração do aterro sanitário intermunicipal de Rio Mau, em Penafiel, de não respeitar as leis de protecção ambiental ● Uma quantidade considerável de crude é detectado nas praias desde Setúbal a Sesimbra ● A Associação para a Exclusão e o Desenvolvimento e a Opus Gay denunciam que as prisões portuguesas são dos maiores centros epidémicos europeus de HIV ● Um atentado na capital da Chechénia causa duzentos mortos entre as ruínas da sede do Governo da república.

28 Sábado

● O PCP exige explicações ao Governo sobre a eventualidade do SIS, Serviços de Informações e Segurança, estarem a investigar os movimentos de protesto contra a reposição de portagens na CREL ● Na Assembleia da República, o deputado Bruno Dias apresenta um requerimento onde questiona o Governo sobre o ruído provocado pela Siderurgia Nacional, no Seixal ● Numa esquadrada de polícia, em Málaga, catorze imigrantes clandestinos marroquinos ficam feridos ao atear um incêndio na tentativa de retardarem a sua expulsão do país.

29 Domingo

14 mortos é o balanço dos primeiros três dias da operação fim de ano nas estradas portuguesas ● Estudo da Associação portuguesa de apoio à Vítima revela que as mulheres entre os 55 e os 64 anos são, em Portugal, as maiores vítimas do crime de violência doméstica ● A estátua gigante do ditador da Filipinas, Ferdinando Marcos, situada numa montanha, é dinamitada e totalmente destruída por desconhecidos.

Aconteceu

Benigni critica Berlusconi

O realizador e actor italiano Roberto Benigni, vencedor, em 1999, de um Oscar de Hollywood com o filme «A vida é bela», participou num programa televisivo de véspera de Natal no canal RAI, onde satirizou a elite governativa italiana conservadora de Silvio Berlusconi. O primeiro-ministro foi duramente criticado, durante um recital de poesia.

Benigni disse ainda que Berlusconi parece «uma Santíssima Trindade: primeiro-ministro, presidente do AC Milão e presidente da Holding Fininvest».

CIA tortura presos no Afeganistão

Os métodos utilizados pelos agentes da CIA durante interrogatórios a «inimigos» capturados no Afeganistão «são ilegais e inumanos», denunciou, na passada semana, o jornal Washington Post.

Segundo este jornal, o centro de interrogatórios da CIA em território afegão situa-se na base aérea de Bagram, que dispõe para o efeito de uma série de contentores de metal, onde são enfiados todos os indivíduos suspeitos de pertencer à Al-Qaeda.

Quando os prisioneiros não respondem aquilo que os americanos querem ouvir, são vendados com panos borrifados com spray irritante e obrigados a permanecer de pé durante horas a fio, ao mesmo tempo que são «bombardeados» com luzes intensas, de forma a privá-los do sono.

Os suspeitos que mesmo assim não cooperem são enviados pela CIA aos Serviços Secretos locais onde são espancados brutalmente. Os que respondem às perguntas são bem tratados e recompensados em dinheiro.

O diário norte-americano sustenta que obteve as informações através de depoimentos de vários agentes da CIA que presenciaram os actos de tortura.

Hospitais: perigo de infecção

O controlo das infecções nos hospitais em Portugal tem sido um problema de pouca prioridade para as administrações hospitalares. Segundo Elaine Pina, coordenadora do Programa Nacional de Controlo de

Infecções, PNCI, apesar de haver em todas as unidades uma comissão para este problema, apenas 48 por cento das unidades têm um enfermeiro a tempo inteiro e só 38 por cento têm apoio administrativo.

O uso indiscriminado de antibióticos na produção alimentar e no tratamento mal cumprido de doenças em casa, cria resistências nas bactérias mais nocivas que nos hospitais encontram campo privilegiado para se

expandirem, devido à fraqueza e pouca imunidade dos doentes.

O caso mais grave é nas infecções com sangue, bacteraemia, que provoca a morte de 30 por cento de doentes infectados. De acordo com a mes-

ma especialista, a falta de vigilância laboratorial faz com que, na maior parte dos casos, «não se saiba quais são os agentes infecciosos, nem o que falha no sistema», faltando meios e medidas de prevenção.

Síndrome da Guerra do Golfo

A misteriosa síndrome da Guerra do Golfo poderá ter sido explicada por dois estudos patrocinados pelo exér-

cito dos EUA. Segundo as conclusões, a exposição a doses baixas do gás nervoso sarín afectou o comporta-

mento e outras funções orgânicas de animais de laboratório pelo menos até um mês depois da exposição.

Muitos veteranos de guerra de 1991 sofrem de vários problemas que se suspeita estarem relacionados com o seu serviço na Guerra do Golfo. Os sintomas incluem fadiga crónica, diarreia, enxaquecas, tonturas, problemas de memória, perda de controlo muscular e de equilíbrio.

O Pentágono identificou 130 mil militares que pode-

rão ter estado expostos a baixas doses de sarín durante a Guerra do Golfo, quando o exército norte-americano destruiu um depósito de armas em Khamisiyah, no Sul do Iraque. Ainda assim, o departamento de Defesa dos Estados Unidos considera «improvável» que isso possa ter tido consequências na saúde a longo prazo.



Idosos cada vez mais pobres

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) os agregados familiares com idades acima dos 65 anos tem um poder de compra que não chega a metade da média global das famílias portuguesas, 45 por cento. Segundo o mesmo estudo, a despesa média de uma família idosa em 2002 rondou os cerca de 6423 euros (1288 contos), enquanto os agregados jovens gastaram em média

13828 euros (2772 contos).

Não há região, por todo o país, onde os agregados mais velhos tenham conseguido chegar a metade do gasto médio da população. São as bem magras pensões de reforma a principal causa destes resultados.

Do orçamento dos idosos mais de metade é gasto nas despesas básicas como habitação, água, electricidade, gás e alimentação.

O terceiro maior gasto é com a saúde que equivale a 10 por cento do total das despesas, ainda segundo este estudo. Mas há mais dados interessantes: apenas 14 por cento das casas de idosos têm micro-ondas, só 45 por cento têm aspirador, e 8 por cento têm telemóvel. Para o tempo livre, o lazer e a cultura quase não sobra nada das poupanças destes agregados: 2,8 por cento.



Crónica Internacional

• Albano Nunes

2003

- A luta continua!

«*A luta continua!*» Poucas vezes esta palavra de ordem clássica terá sido tão apropriada como neste limiar de um Novo Ano. Em Portugal, como na Europa e por todo o mundo. Contra a direita, o imperialismo e a guerra.

O grande capital, insaciável na corrida ao máximo lucro, está a empurrar a Humanidade para o abismo. Dançando ao ritmo imposto pelos EUA, as classes dominantes do mundo capitalista alinham-se irresponsavelmente com a política de agressão permanente conduzida pela administração Bush ou, mesmo com interesses próprios a salvaguardar, recuam constantemente diante das suas exigências. Seria ilusório contar consigo para deter a dinâmica militarista e de guerra que aí está. Só a luta dos trabalhadores, das amplas massas de explorados e oprimidos dos cinco continentes, das forças do progresso social e da paz, poderá impedir o imperialismo norte-americano de desencadear a guerra que prepara.

O grande capital está a empurrar a Humanidade para o abismo

Como noutros períodos sombrios da História terão de ser as classes mais desfavorecidas da sociedade a erguer-se em defesa da liberdade e da soberania dos povos. Quando por essa Europa fora as burguesias traíam uma

após outra os respectivos povos entregando-os às hordas nazi-fascistas, foram a classe operária, os comunistas, os patriotas e democratas realmente conseqüentes que suportaram o peso principal da Resistência e da luta libertadora.

A situação em que hoje nos encontramos tem muito de similar. O imperialismo norte-americano desempenha neste início de século papel idêntico ao do nazismo nos anos trinta. Tal como a Alemanha de Hitler, proclama como objectivo o domínio do mundo, a construção de uma «nova ordem» em que aos próprios aliados da «Tríade» (U.E./Alemanha e Japão) está reservada uma humilhante posição subalterna. O que é mais espantoso é que, sabendo-se o que se sabe sobre os objectivos dos EUA e os perigos que a sua política aventureira representa (Bush já anunciou por mais de uma vez a disposição de usar armas nucleares «preventivamente») se não verifique uma clara condenação por parte da generalidade dos governos, sejam eles social-democratas ou abertamente da direita. Episódicos gestos de demarcação e resistência tem sido essencialmente determinados pela pressão da opinião pública e não por qualquer determinação em enfrentar a arrogância da administração norte-americana.

A este respeito as posições dominantes a nível da União Europeia são particularmente inquietantes. Desde logo pelo seguidismo e alinhamento servil de que dão provas governos como o de Durão Barroso. Mas sobretudo pela afirmação e confirmação de uma aliança estratégica (políticas neoliberais, «atlantismo», «combate ao terrorismo», alargamento concertado da U.E. e da NATO, etc.) que significa de facto uma subordinação aos propósitos de hegemonia planetária dos EUA. É à luz desta santa aliança do grande capital contra os trabalhadores e contra os povos que se compreendem os sistemáticos recuos diante da ofensiva militar dos EUA nos Balcãs, Médio Oriente e Ásia Central, visando o domínio de recursos e de posições geo-estratégicas que minam as posições e as próprias aspirações imperialistas das grandes potências da U.E. Também aqui, o recuo sistemático perante a ofensiva norte-americana, é bem revelador de um cobarde «espírito de Munique», ou seja, da política de «apaziguamento» e conciliação com o nazi-fascismo que, de cedência em cedência, desembocou na catástrofe da Segunda Guerra Mundial.

O ano termina com as negras nuvens da guerra cada vez mais densas e ameaçadoras. Mas termina também, é fundamental não o esquecer, com grandes lutas dos trabalhadores de que a Greve Geral de 10 de Dezembro foi expressão em Portugal, e com o crescimento da luta pela paz que, em Florença, teve a gigantesca dimensão de massas que se conhece. Sob as mais diversas formas desenvolve-se por toda a parte a resistência e a luta dos povos contra a globalização capitalista, pela soberania nacional, o progresso social e a paz. É por este caminho que há que prosseguir, fazendo de 2003 um ano de novos e grandes combates do povo português contra a direita, contra o imperialismo e contra a guerra. A incerteza e os perigos que dominam a conjuntura internacional no dealbar do novo ano não obscurecem uma certeza fundamental: são as massas que em definitivo decidem com a sua intervenção os rumos da história. É aí que está o nosso lugar.

Editorial

A SONDAGEM QUE FALTAVA

Sabe-se que as sondagens de opinião são cada vez menos amostragens das opiniões dos cidadãos e cada vez mais elementos de influenciação das suas opções e fazedoras, torcedoras e distorcedoras de opiniões e de mentalidades. Daí a tendência crescente para as sondagens serem utilizadas como instrumentos de intervenção política, social e ideológica postos ao serviço de quem as encomenda e paga. É necessário levar as pessoas a pensar numa determinada direcção e a rejeitar outra (ou outras) direcções?: então, encomenda-se uma sondagem que aponta para a direcção desejada e exclui a(s) outra(s); e encomenda-se uma segunda sondagem que empurra para o mesmo caminho; e uma terceira... e tantas as necessárias para que os cidadãos escolham o caminho certo que é, como se tem visto, o caminho dos interesses dos que encomendam, pagam e difundem essas sondagens – caminho e interesses que, por coincidência (há coincidências que coincidem...), correspondem integralmente aos anseios mais profundos dos grandes grupos económicos e financeiros (e que, diga-se, constituem

“Mais papista que o Papa, a Católica concluiu o que ninguém tivera o desplane de concluir”

uma pequena parte dos mecanismos utilizados por esses grupos para impor a sua vontade à escala planetária). De facto, é assim em Portugal, na Europa, no Mundo. Esta realidade – tão evidente que dispensa exemplificações – espelha com grande rigor o tempo que vivemos: a clara ausência de respeito pela inteligência e pelos direitos dos cidadãos; o cada vez mais reduzido conteúdo democrático do sistema dominante; a acelerada transformação do sufrágio universal numa universal mascarada e a não menos acelerada transformação do pluripartidarismo num unipartidarismo bicéfalo de contornos totalitários – e todos estes atropelos democráticos e velharias são crismados de *democracia* e *modernidade*.

Vem isto a propósito de uma sondagem recentemente encomendada, realizada e difundida sobre a adesão à greve geral do passado dia 10. Com o toque (*inovador*, reconheça-se...) de ser uma sondagem sobre uma greve geral já realizada, ela cumpriu plenamente os objectivos dos seus patrocinadores: à real paralisação concretizada, verificada e confirmada pelos trabalhadores e pelos seus legítimos representantes – a referida sondagem contrapõe o que lhe foi encomendado contrapor: o «fracasso» sonhado pelos que querem fazer regressar ao passado os direitos dos trabalhadores.

A verdade é que o êxito incontestável da greve geral preocupou sobremaneira os donos do País e o seu Governo – pelos níveis de adesão e também (e, talvez, essencialmente) pelas potencialidades reveladas em matéria de disponibilidade dos trabalhadores para a necessária continuação da luta. Daí esta obsessão doentia na desvalorização da greve e do seu impacto. Sabe toda a gente que é muita a força dos trabalhadores unidos e organizados e que essa força constitui o principal obstáculo às ambições e práticas exploradoras e opressoras do grande patronato (grande patronato que o *Público*, sempre na vanguarda em matéria de *modernidade*, passou a designar, desde há dias, por «sociedade civil»...). Daí a necessidade sentida de procurar pôr toda a água possível na impetuosa fervura da luta de massas em curso e em perspectiva. Daí, então e entre outras coisas, a sondagem realizada pela Universidade Católica e a sua conclusão-mor, assim gritada a plenos pulmões pela primeira página do *órgão central da Sonae*: «Greve geral só teve adesão de 10 por cento». É certo que quer o *Público* quer os seus vários gémeos já antes, durante e depois da greve geral haviam *concluído* o que a sondagem agora *concluiu*. Mas era necessário um suporte *científico* que desse força à ideia de que a greve geral fora um fracasso. Esta era, por isso, a sondagem que faltava.

A cresce que, mais papista do que o Papa, a Católica *sondajou* com tal perícia e empenho que *concluiu* o que ninguém tivera o desplane de concluir. Baixando para 10 por cento a percentagem de adesões (assim corrigindo o *exagero* do ministro *Bagão 13...*), os sondageiros, aproveitaram estar com a mão na massa e decretaram: que a greve «nunca deveria ter sido convocada» (e que, subentende-se, a CGTP perdeu prestígio); que foi correcta «a decisão da UGT de não ter apelado à greve» (e que, subentende-se, a dita UGT ganhou prestígio); que «tudo ficou na mesma» (pelo que, subentende-se, a greve não valeu a pena); que a opinião dos portugueses em relação ao Governo «ficou na mesma» (isto é: é boa, subentende-se). Ou seja: concluíram o que ao Governo e ao grande capital convinha que fosse concluído. Daí os muitos aplausos com que as conclusões foram recebidas. Daí, também, a arrogância feita de raivas destapadas com que o *Público* insultou a CGTP e o seu secretário-geral; ofendeu a inteligência e a coragem do milhão e 700 mil trabalhadores que construíram a greve geral, paralisando, de facto, o essencial do sector produtivo nacional; escarneceu dos muitos milhares que não fizeram greve porque recearam perder o seu posto de trabalho (insultos, ofensas e escárneos brutalmente *democráticos* e cheios de *modernidade*, como não podia deixar de ser num *jornal de referência*).

É hábito comentar-se coisas do tipo desta sondagem com um elucidativo «nem de encomenda!». Neste caso, contudo, melhor será utilizar um ainda mais elucidativo «só de encomenda!». Entretanto, fixemo-nos numa certeza: o êxito da greve geral fez crescer a confiança dos trabalhadores na sua força e, atraindo à luta milhares e milhares de jovens condenados a vínculos de trabalho precários, confirmou que a luta vai continuar. Mais forte.

Actual Bush, Hitler e o colunista

• José Casanova

João Paulo II apelou ao fim do conflito israelo-árabe e pediu ao mundo que se empenhe num esforço conjunto para evitar a guerra no Iraque. Esperemos que o apelo do Papa seja ouvido. Pelos homens, mulheres e jovens de boa vontade, obviamente, já que ninguém acredita que o apelo do Papa tenha qualquer eco junto de Bush e dos seus secretários civis e militares, absorvidos que estão com a preparação do massacre que decidiram levar a cabo - da mesma forma que não travará minimamente os fervores belicistas dos comentadores e analistas de serviço à defesa do bombardeamento do Iraque e, portanto, do assassinato de muitos milhares de pessoas inocentes. No mesmo dia em que o Papa lançou o seu apelo à Paz, o secretário da Defesa norte-americano virava as suas baterias para a Coreia do Norte e, sempre sem esquecer o Iraque, ameaçava assim: «Somos capazes de travar dois grandes conflitos regionais. Somos capazes de

ganhar decisivamente um deles e de impor rapidamente uma derrota no outro. Que não existam quaisquer dúvidas a este respeito.» Não se pode ser mais claro. Aliás, o aviso era desnecessário: sabe quem quer saber que o imperialismo norte-americano é capaz disso e de muito mais. Os milhões de pessoas inocentes vítimas directas dessa *capacidade* do Império, e os muitos outros milhões vítimas indirectas dessa mesma *capacidade*, falam por si.

O apelo do Papa vale, no entanto, enquanto estímulo aos que, em todo o mundo - EUA incluídos - prosseguem a luta no sentido de procurar evitar a anunciada carnificina do povo iraquiano. Vale, também, como alerta para os muitos que simulam ignorar ou ignoram que o que está em causa no Iraque é o petróleo de que

os EUA precisam; é a necessidade que o Império tem de mostrar quem manda em quem; é a ostensiva vontade de os EUA se exibirem como o país mais poderoso, único *legítimo* detentor de todo o tipo de armas (nucleares, químicas, biológicas) e de as utilizar quando e onde isso for necessário para assegurar o seu domínio do mundo.

Nesse sentido, a comparação de Bush com Hitler, feita por Freitas do Amaral (!), é muito pertinente. E faz sentido a irritação que tal comparação provocou no colunista Valente do DN que a considera «tão falsa e absurda que nem merece comentário». Pois não,

não «merece comentário». Mas é pena. Quanto mais não fosse para ficarmos a saber por que é «falsa e absurda» a afirmação de que Bush quer «dominar o mundo»...



Preto e branco

• Leandro Martins

Não vou falar de bola nem de petróleo derramado, apesar das parangonas dos jornais e das televisões. Nem de mortos na estrada, apesar do luto que ensombra os últimos dias do ano e os primeiros do novo que aí vem. Refiro-me a balanços e a previsões que dão o próximo 2003 como bastante negro. Há dias, Vítor Constâncio, entrevistado para a TV, exibia um refrescante sorriso, a falar de contêncões e de cortes, assegurando que isto não vai correr bem no ano que entra, mas que assim é que é, para que o País possa respirar mais alargadamente depois. O que o punha feliz era o facto de termos entrado, finalmente, na moeda única europeia.

Quanto aos jornais, a coisa está preta. Em balanço, congeminado nas caves do antimarxismo, um «intelectual» da direita traçava no *Diário de Notícias* um quadro escuro e nele invectivava certos intelectuais que, depois da greve geral, se tinham posto a falar de «luta de classes». Por seu lado, o *Semanário Económico*, também em balanço de 2002, dizia que tinha sido «um ano inteiro a apertar o cinto» - «défice, desemprego, legislação laboral, greve geral, segurança social, *crash* bolsista, falências, endividamento», especificava.

Voltado para o «futuro», entretanto, o *Tal & Qual*, fazia manchete: «Vem aí um ano negro», exclamava na primeira página. E assegurava: «Os portugueses têm de se preparar

para mais sacrifícios»; «Os patrões falam da necessidade de um maior esforço; «Os sindicatos prometem luta»...

Outras notícias, repescadas nos últimos dias da quadra do Natal, diziam, aos que ainda não tinham dado conta, que o desemprego aumentava e prometia continuar; que os cortes nas despesas públicas se faziam sentir negativamente e que o Governo prosseguia na senda de meter as mãos nos bolsos dos mais pobres; que o recurso aos cartões de crédito aumentara substancialmente em época de prendas; que o comércio fora duramente atingido. Nem todo, porém. As lojas dos 300 não tiveram de que se queixar. E, se a compra de automóveis sofreu uma quebra acentuada, isso não afectou os topos das gamas, há sempre dinheiro para um *ferrarinzinho* ou para um *rolls*... É como no mercado da habitação. Se os apartamentos novos se acumulam por falta de compradores, o negócio corre de vento em popa quando a casa é de luxo.

Assim, se o ano foi cinzento e o próximo vai ser negro para a maioria, é melhor que o leitor pense «positivo» e se lembre que a desgraça de uns é a felicidade de outros. Como dizia a *Pitonisa do Tal & Qual*, escrevendo o seu bilhete a Manuela Ferreira Leite, «A rica está de parabéns». Talvez o Presidente da República nos venha dizer isso mesmo, um dia destes. Ele não vai pagar aumentos de portagens...



Os pacifistas

• Anabela Fino

O primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, iniciou na semana passada a campanha do Likud para as eleições legislativas de 23 de Janeiro com promessas de paz e de unidade nacional. «Estou decidido a chegar à paz com uma nova direcção palestini-ana, pois a actual enganou-nos», disse Sharon.

A mensagem é clara e o caminho da «paz» há muito que vem sendo traçado, mas para que não haja qualquer hipótese de desvios, os soldados israelitas estão no terreno. No curto espaço de quatro dias, entre 23 e 26 de Dezembro, época de Natal, 10 palestinianos foram mortos nos territórios ocupados, sete dos quais em execuções sumárias, ou seja, assassinados. Uma das operações foi levada a cabo no hospital de Ramallah, onde as tropas israelitas entraram e mataram um

homem, prendendo outras quatro pessoas. O objectivo é por de mais evidente: provocar uma resposta dos palestinianos que enfureça o eleitorado israelita e o leve a radicalizar as suas posições, reforçando as forças de direita.

Nos EUA, outros mentores da «paz» vão preparando o ataque ao Iraque enquanto esperam pelo resultado das eleições em Israel. O campo de acção destes intrépidos «pacifistas» não se fica por aqui: Donald Rumsfeld já avisou que os EUA podem levar a cabo com sucesso duas guerras; o secretário-geral da NATO, George Robertson, afirma que a Aliança tem «obrigação moral» de apoiar as decisões norte-americanas; Colin Powell ameaça o Irão, demasiado independente para o gosto americano; Bush está à beira de um ataque de nervos com a deci-

são da Coreia do Norte (que ele próprio incluiu no «eixo do mal», juntamente com o Iraque e com o Irão) em reiniciar o seu programa nuclear.

Entretanto, também nos EUA, o FBI lançou uma operação visando estudantes e professores estrangeiros. Em carta às universidades de todo o país, a polícia federal pediu os «nomes, moradas, números de telefone, informação de cidadania, local e data de nascimento, e contactos no estrangeiros» dos não americanos, num megaprocado de devassa da vida privada, em nome do combate ao terrorismo, que não respeita sequer a legislação ainda em vigor. Tal como em Israel e nos territórios ocupados, onde os cidadãos são identificados por um cartão de cor distinta em função dos seus direitos ou da ausência deles, também nos EUA se caminha rapidamente para a segregação numa sociedade controlada pelo Big Brother.

Hitler não faria melhor.



Frases

“O que se pode esperar de uma sociedade que existe para consumir, que limita os sentimentos ao cumprimento de meia dúzia de rituais, que encensa a juventude como valor absoluto, que estimula o carreirismo e não valoriza a experiência acumulada?”

(Mário Bettencourt Resendes, *Diário de Notícias*, 26.12.02)

“Prendas a crédito disparam / Volume de pagamentos com cartões de crédito aumentou 14% em Dezembro. É uma das respostas ao momento de crise?”

(Título e pós-título, idem)

“Televisões contestam Chávez / Principais estações privadas venezuelanas substituem programação e publicidade habitual do Natal por anúncios contra o Governo e apelos à participação popular nas manifestações de rua?”

(Título e pós-título, idem)

“Não, não há razões para grandes festividades, porque a crise já se sente (...) Os portugueses têm seguramente menos prendas e menos alegrias?”

(Odete Santos, *Jornal de Notícias*, 25.12.02)

“Os portugueses não têm muitos motivos para estarem satisfeitos. A situação económica é difícil e o Governo transformou uma crise orçamental numa crise económica?”

(Edite Estrela, idem)

“A solidariedade no futebol soa sempre a presente envenenado e os enérgicos abraços mais parecem facadas nas costas?”

(Leonel Moura, *Diário Económico*, 23.12.02)

“A teoria do “meio termo” faz o Ministério do Ambiente introduzir oficialmente a especulação imobiliária nos parques naturais e abre um precedente que os irá ferir de morte?”

(Adelino Fortunato, *Público*, 26.12.02)

“Somos capazes de travar dois grandes conflitos regionais. Somos capazes de ganhar decisivamente um deles e de impor rapidamente uma derrota no outro?”

(Donald Rumsfeld, secretário da Defesa dos EUA, ameaçando em simultâneo o Iraque e a Coreia do Norte, idem)

“Os falcões americanos são arrogantes o suficiente para afirmarem sem bases que a Coreia do Norte reactivou um “programa nuclear”?”

(Kim il Chol, ministro da Defesa da Coreia do Norte, idem)

“Impor portagens na CREL significa prejudicar o ambiente, porque os automóveis não deixarão de circular. Simplesmente se transferirão para vias mais congestionadas, prejudicando gravemente o ordenamento do trânsito?”

(Bernardino Soares, *A Capital*, 26.12.02)

“Os portugueses que ganham a miséria do salário mínimo nacional são mesmo os indicados para pagar a crise. Trata-se de uma medida de grande alcance e de uma enorme coragem política, demonstrando o sr. ministro [Bagão Félix], como governante comprometido com a Igreja, uma invulgar sensibilidade social?”

(José Henrique Soares, idem)

“A extrema-direita portuguesa está, de facto, de parabéns. Os seus três ministros (esse magnífico trio Portas-Celeste-Bagão) em nada desmerecem dos seus parceiros europeus da FPOe e da lista de Pym Fortuyn?”

(Idem, ibidem)



Entrevista com Jerónimo de Sousa

A luta exige unidade na acção

No final de um ano marcado por uma ofensiva sem precedentes do Governo e do patronato e de uma forte e determinada luta dos trabalhadores, o Avante! falou com Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, que destaca a participação na greve geral e confia na continuação da luta.

Quais as ilações mais significativas a tirar da greve geral de 10 de Dezembro?

O PCP considerou muito justamente que ela constituiu um êxito assinalável face ao quadro em que se desenvolveu e realizou, aos sectores que abrangeu e aos trabalhadores que nela participaram. Mais! Foi feita no momento certo. Concretizando: num tempo em que os defensores e seguidores do capitalismo proclamam os valores do individualismo e do conformismo e falam das «inevitabilidades» do fim da luta de classes e do papel do movimento operário e sindical, num tempo de precariedades e inseguranças, com ameaças, pressões e repressão governamentais e patronais, trazer à greve 1 milhão e 700 mil trabalhadores é um facto notável. A CGTP-IN e o movimento sindical unitário ficaram mais legitimados.

O Governo, apesar de apresentar níveis de adesão à greve tão baixos, não conseguiu disfarçar que estava afectado pela paralisação. Teve razões para isso?

Claro que teve. Deixa fazer aqui uma nota prévia. A Universidade Católica, que curiosamente foi sede dos cérebros do projecto de Código do Trabalho, vem agora com uma «sondagem» que constitui uma das maiores manipulações sociológicas sobre os níveis de adesão à greve geral. Faça o exercício percentual que quiser, não pode esconder o impacto da greve nos sectores estratégicos da nossa economia, nas empresas públicas e privadas determinantes e na Administração Pública. E há

outro dado relevante. A maioria dos trabalhadores que esteve nesta luta nunca tinha feito uma greve geral. Sem esmorecer o papel da «geração de Abril», falamos dos jovens trabalhadores, da sua participação tanto na greve como nos pique-

rer os trabalhadores para continuar a luta contra o pacote laboral?

A greve geral foi uma luta forte mas não foi nem poderia ser a luta última contra o pacote laboral. Aliás, a CGTP-IN, na reunião do seu Conselho Nacional, já perspectivou o seu desenvolvimento tendo como referência a discussão e votação na generalidade da proposta do Governo em 15 de Janeiro, na Assembleia da República. Num processo duro e prolongado,

«A greve geral foi uma luta forte mas não foi a luta última»

de subestimar o profundo descontentamento que hoje atravessa outros sectores e camadas sociais atingidas pela política de direita e que poderão convergir com a luta dos trabalhadores.

Prevê qual seja a posição da UGT no início do próximo ano?

A UGT está num dilema. A natureza do seu projecto e a sua própria composição colidem com a necessidade que os seus filiados sentem em responder à ameaça que recai sobre os seus direitos concretos. Não pode ser calado o facto de 51 sindicatos não filiados na CGTP-IN (alguns dos quais filiados na UGT) terem feito convergir o pré-aviso de greve para o dia 10 de Dezembro.

Perante o determinismo do Governo em não ceder nas principais malfetorias vertidas na sua proposta, mal andariam os trabalhadores e as suas organizações se se limitassem a confiar nos méritos dos seus negociadores (e nem sequer há qualquer negociação em curso) e abdicassem do factor decisivo e determinante da força da sua luta no tempo certo. A gravidade da ofensiva não comporta tacticismos ou «faz de conta» mas antes exige unidade na acção.

Surgiu, recentemente, um projecto alternativo do PS ao pacote laboral do Governo. O que podemos esperar disto, já que a CIP manifestou o seu acordo com as principais propostas do PS?

Ao que é sabido não vamos estar perante um projecto alternativo mas de um conjunto de propostas de especialidade. Tivemos um PS, primeiro a várias vozes e titubeante, e depois «compreensivo» perante a greve geral. Percebe-se a contradição pelos seus compromissos anteriores, designadamente nas Cimeiras de Lisboa e

Barcelona e a manifestação de vontade de muitos trabalhadores do PS ou que votam PS e estão nesta luta contra o pacote laboral. Não pode é «querer sol na eira e chuva no nabal», capitalizando a luta social e soçobrar na defesa de direitos fundamentais dos trabalhadores. Por nós, tudo faremos para a convergência política e institucional desta grande causa.

A luta que se travou ao longo deste ano foi em crescendo e teve o seu ponto alto no dia 10 de Dezembro. Por outro lado, parece que os trabalhadores estão a perder apoios, nomeadamente do Presidente da República, que promulgou a lei da segurança social no dia da greve geral...

Sendo importante sublinhar que a primeira e principal responsabilidade desta má Lei de Bases da Segurança Social é do Governo PSD-CDS/PP, tal como é em relação ao pacote laboral, naturalmente os trabalhadores e as suas organizações criaram expectativas de um sinal positivo do Presidente da República. É ou não uma dúvida razoável a constitucionalidade de uma lei que põe em causa o carácter universal público e solidário do sistema de Segurança Social? Essa dúvida não deveria ter sido considerada quando comparada com a Lei do Rendimento Social de Inserção que acabou por ser declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional?

Promulgada esta lei, que espaço resta ainda aos trabalhadores para lutar pela Segurança Social pública, universal e solidária?

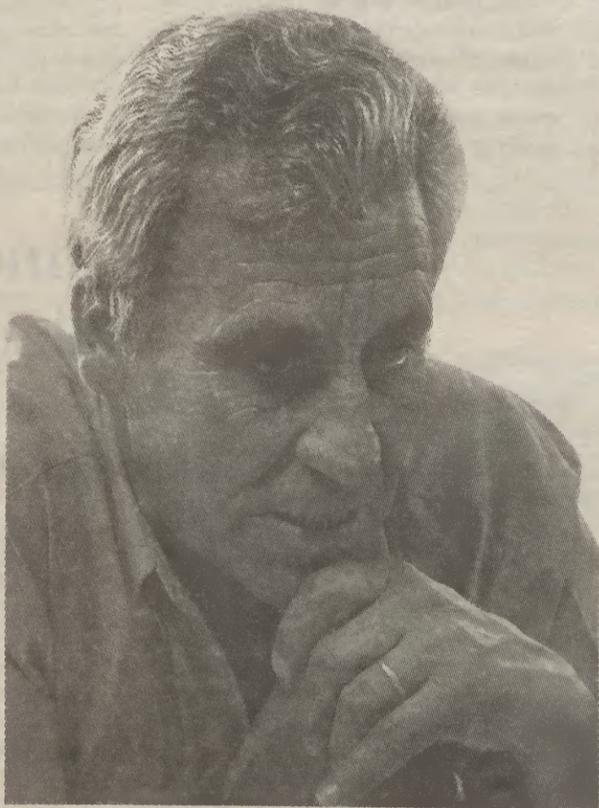
Repara que estamos perante uma Lei de Bases a exigir regulamentação nas normas mais graves como o plafonamento, fundo de capitalização, etc. Ou seja, os trabalhadores terão de integrar o combate às leis regulamentadoras que não tardarão a surgir.

Qual foi o papel do Partido nesta luta?

No plano político, institucional e de massas, o PCP não regateou nenhum esforço para travar todos os combates possíveis, tanto na Lei da Gestão Hospitalar, na Lei de Bases da Segurança Social, como no pacote laboral. Na nossa intervenção política quotidiana, na Assembleia da República, no nosso Avante! e em O Militante, numa campanha nacional, mas particularmente pela acção e intervenção de milhares de militantes comunistas nas organizações partidárias e unitárias, assumimos um papel insubstituível no esclarecimento, mobilização e organização dos trabalhadores. Tão natural como o ar que respiramos, tendo em conta a nossa natureza e projecto de Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

Neste quadro de ataque feroz do Governo aos direitos dos trabalhadores e de um reforço da luta, consideras haver boas perspectivas de reforço do Partido?

No XVI Congresso, nas conclusões da Conferência Nacional e do Encontro Nacional sobre a acção junto dos trabalhadores, considerámos o conteúdo integrado da intervenção e da organização. A prática continua a ser o grande critério da verdade para a teoria e orientação. Sabes, fizemos muitos recrutamentos antes e até durante a greve geral, porque muitos trabalhadores despertaram para a necessidade de lutarem organizadamente na força política que se identifica com as suas aspirações, interesses e direitos. O Partido não quer substituir-se a essa grande força de transformação que são os trabalhadores, não abdicará do trabalho e da acção junto de outros sectores e camadas sociais, mas este reforço e esta ligação aos trabalhadores será crucial para irradiar a sua força e influência na sociedade portuguesa.



tes, da libertação de energias novas e da evolução da consciência de classe por parte de milhares de jovens formados na cartilha do capitalismo, na chamada «nova cultura de empresa». Tanto o Governo como os ideólogos e os senhores do capital ficam inquietos por ver os jovens assumirem-se como protagonistas na defesa dos direitos e com a percepção de que esses direitos ganham-se e perdem-se.

Passada a greve geral, a que armas podem recor-

gado, a luta vai ter de prosseguir mesmo depois dessa data. E se o pacote laboral continua a ser o eixo central dessa luta, a acção reivindicativa e os salários, as questões em aberto na Administração Pública, a fase de regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social, os problemas na área da Saúde e do Ensino, a delapidação do sector público, dos serviços e das funções sociais do Estado, vão exigir acções específicas mas também um sentido convergente. E não é

Regime jurídico
do tempo para aposentação e reforma de ex-combatentes

Pôr cobro a situação discriminatória e injusta

Uma situação discriminatória atinge os ex-combatentes no que respeita ao período de prestação de serviço militar para efeitos de aposentação e reforma. Corrigir a actual injustiça é o que se propõe fazer o PCP em projecto de lei agora entregue no Parlamento.

O objectivo visado resume-se, no fundamental, na revisão de alguns aspectos que conformam o regime jurídico da legislação (Lei 9/2002) vigente relativa àquela matéria aprovada na anterior Legislatura.

Em causa está, concretamente, o que a bancada comunista considera a injustificada redução do universo de beneficiários a abranger pelo diploma. Entende o PCP – e é nesse sentido que vai uma das propostas agora contempladas no seu diploma – que o universo de beneficiários deve abranger todos os militares do serviço militar obrigatório que prestaram os respectivos períodos de serviço entre 1961 e o final de 1975. Por outras palavras, de acordo com a proposta, o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de

As condições de aposentação e reforma deve abranger a todos por igual

ex-combatentes para efeitos de aposentação e reforma abrange todos os cidadãos nacionais que cumpriram serviço militar durante a guerra colonial, independentemente de terem ou não sido mobilizados para territórios extracontinentais.

Relevante nas alterações preconizadas pelo PCP é, por outro lado, a que se refere aos critérios que presidem ao cálculo das quotizações e das pensões. Ao contrário do que defenderam PS e CDS/PP aquando da aprovação da Lei em vigor – a exclusão de quem desconta ou descontou para sistemas privativos de segurança social –, os comunistas defendem que ninguém deve ser excluído, isto é, o que conta é o tempo de serviço militar efectivo ou a prestação de serviço em condições especiais de dificulda-

de ou perigo e não o sistema de protecção social a que o ex-militar estava ou está vinculado.

Nesse sentido, segundo o artigo 2.º do projecto de lei do PCP, os ex-combatentes beneficiários dos regimes profissionais complementares que tenham prestado serviço em condições especiais de dificuldade ou perigo auferem dos mesmos benefícios estipulados na actual lei, bem como do acréscimo vitalício de pensão nela igualmente previsto.

Recorde-se que todas estas alterações foram já anteriormente defendidas pelo Grupo comunista. Foi no final de 2001, na comissão parlamentar especializada, mas esbararam na posição intransigente do PS que as recusou. O PSD, porém, votou-as favoravelmente, reconhecendo-lhes o mérito de serem termo a uma injustiça. Também o CDS anunciou na altura a sua disponibilidade para proceder a alterações em momento ulterior. Por isso a expectativa da formação comunista de que estes dois partidos, no momento em que o diploma subir a plenário, possam cumprir os intentos por si publicamente anunciados.



O PCP pretende, em projecto de lei de sua autoria, corrigir alguns aspectos da Lei que discrimina injustamente militares que cumpriram serviço na guerra colonial

Garantir direitos aos emigrantes

Questão merecedora de preocupação por parte dos deputados comunistas na elaboração do seu diploma foi a que respeita ao tratamento dispensado aos portugueses residentes no estrangeiro. Na Lei não está devidamente assegurada, entendem, a indispensável igualdade de tratamento que deve ser garantida a estes nossos concidadãos.

O que tem levado, aliás, como é referido na nota preambular do diploma, a que muitos portugueses residentes no estrangeiro venham reclamando a adaptação da Lei à sua situação específica.

Sem, contudo, qualquer resultado. Com efeito, embora seja conhecedor desta realidade, o Governo PSD-CDS/PP nada fez até agora para introduzir as modificações que se impõem e que os emigrantes justamente anseiam.

Ora são essas adaptações que o PCP vem também materializar no seu projecto de lei ao prever, nomeadamente, que, para efeito do cálculo das quotizações para a Caixa Geral de Aposentações e das contribuições para a Segurança Social, passe a «considerar-se a data da primeira inscrição num regime de protecção social do país de acolhimento naqueles casos em que o ex-combatente não era subscritor ou beneficiário, em Portugal, à data da incorporação do serviço militar».

De acordo com o articulado, previsto é ainda que o Governo, através de Portaria, proceda às adaptações necessárias que tenham em conta o poder de compra e nível salarial praticados no estrangeiro com vista a calcular de modo justo a percentagem das quotizações ou contribuições que ao Estado português compete financiar.

Na Ecco, em Santa Maria da Feira Emprego e direitos sob a ameaça do patrão

Na Ecco let, Fábrica de Sapatos, Lda, situada em São João de Ver, Santa Maria da Feira, cresce a angústia e a indignação entre os trabalhadores que poderão estar à beira do despedimento. Em causa está a decisão unilateral desta multinacional dinamarquesa de produção de calçado, actualmente com cerca de mil trabalhadores, de encerrar o «pavilhão três» daquela unidade de produção até final de Março de 2003.

Uma decisão sobre a qual foi dada informação aos trabalhadores através de circular em Novembro passado, na qual era simultaneamente comunicada a intenção de desactivar a área de costura do processo produtivo do chamado «pavilhão um».

Afectando cerca de 180 trabalhadores, cujo destino, na sua maioria, será o despedimento, estas medidas surgem na sequência de um processo de reestruturação da empresa que, só no decurso deste ano, provocou já cerca de 300 despedimentos através das chamadas rescisões por mútuo acordo.

E a verdade é que nenhuma das razões aduzidas pela empresa para justificar as medidas por si tomadas parece ter qualquer consistência ou validade.

Uma opinião partilhada pela deputada comunista Odete Santos que, preocupada com a situação dos trabalhadores, inquiriu através de requerimento o Governo no sentido de saber que medidas pensa estes adoptar para defender os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores.

Argumenta a administração da empresa com o «desenvolvimento dos mercados a nível mundial», invocando ainda a «situação do Grupo Ecco em termos de encomendas», bem como a «forte quebra de competitividade de Portugal» e a «deterioração» da nossa economia, designadamente o «baixo nível de crescimento e o facto de o défice do orçamento nacional se situar ao nível dos três por cento».

Salientados pela empresa são ainda os níveis de produtividade na indústria em Portugal, que considera dos mais baixos da Europa, escamoteando que os níveis de produtividade da própria empresa, pelo que é conhecido, são muito elevados, como bem lembra a deputada comunista Odete Santos.

É por isso também a sua pergunta ao Ministério do Trabalho e da Segurança Social sobre se tem conhecimento da evolução do sector, designadamente da carteira de encomendas, da produção, da produtividade e dos lucros acumulados pelas empresas do sector.

«Tendo em conta as informações continuadas da associação patronal do sector do calçado de evolução positiva da indústria portuguesa, face às suas congéneres europeias, qual a posição do Governo perante mais esta iniciativa atentatória do direito dos trabalhadores à estabilidade no emprego?», inquire a deputada comunista.



Os trabalhadores da indústria do calçado têm visto ameaçado em muitas empresas o seu posto de trabalho

Liberdade sindical alvo de violações

Continuam a suceder-se os atropelos à liberdade sindical. De muitas empresas surgem os relatos sobre casos de grave ofensa a este direito constitucional, reportando-se, na maior parte dos casos, como traço comum, à discriminação de trabalhadores pelo simples facto de exercerem actividade sindical.

Um dos mais recentes exemplos que chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP relativo a um acto discriminatório sobre trabalhadores pelo exercício de actividade sindical no seio da empresa passou-se na Rol – Rolamentos Portugueses, SA, com sede nas Caldas Rainha, pertencente ao grupo alemão FAG.

Os dois trabalhadores que denunciam as discriminações a que têm estado sujeitos pertencem aos quadros da empresa. Um deles, com onze anos de casa, exerce as funções de chefe de controlo de qualidade; o outro, com 16 anos de serviço, exerce funções de

detectora de defeitos de fabrico, sendo, respectivamente, delegado e dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria.

Queixam-se os trabalhadores – como refere em requerimento dirigido ao Governo o deputado comunista Jerónimo de Sousa – de serem perseguidos desde o momento em que iniciaram a sua actividade sindical e de não lhes serem feitas as correcções salariais anuais, entretanto aplicadas aos restantes cerca de 350 trabalhadores.

Considerado inaceitável é ainda o facto de as horas de crédito para a actividade sindical serem consideradas como faltas de assiduidade pela empresa que, como sanção, corta ainda o pagamento de uma semana complementar de Natal (sempre paga a quem tem menos de três dias de faltas por ano).

Sobre a administração da empresa recai também a acusação de ter instaurado no espaço de seis meses dois

processos disciplinares àqueles dois trabalhadores com base em acusações totalmente infundadas. Um dos motivos invocados na nota de culpa foi uma alegada falta injustificada no dia 30 de Outubro, data em que se realizou a greve da Fequimetal.

É por este conjunto de factos que a bancada comunista não hesita em considerar que na empresa Rol – Rolamentos Portugueses o exercício da liberdade sindical não está a ser respeitado. E por isso a questão colocada por Jerónimo de Sousa no requerimento ao Governo sobre se este «não deveria, através das entidades competentes, fiscalizar este tipo de actuações e actuar eficazmente».

«Não concorda o Executivo que este tipo de comportamentos arbitrários por parte das entidades patronais comprometem e não dignificam em nada o nosso Estado de Direito Democrático?», inquire por último, o parlamentar comunista.

PORTO Governo ataca SNS

O Governo do PSD/PP está a preparar o terreno para entregar os hospitais públicos livres de compromissos ao sector privado, denuncia a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, a propósito do despedimento de centenas de trabalhadores que estão a contrato em diferentes hospitais do distrito. No próprio dia 25, 79 trabalhadores do Hospital de Gaia, com sete, oito e mais anos de serviço, receberam carta de despedimento, apesar da falta que fazem a este hospital, com pessoal a menos e não a mais.

A DORP, que denuncia, ainda, a transformação do IPO do Porto, da Unidade de Saúde Local de Matosinhos e do Hospital Padre Américo - Vale do Sousa em sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores despedidos e disponibiliza-se a prosseguir a luta para derrotar esta política de direita.

VILA FRANCA DE XIRA Tabelas exageradas

Os vereadores do PCP na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira votaram, no passado dia 18 de Dezembro, contra as Tabelas de Taxas, Tarifas e Licenças da Câmara Municipal e de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, entre outras razões, pelo agravamento do custo de vida que se verificou em 2002, devido à alteração da moeda e ao facto de as correcções dos preços terem sido feitas por excesso, e também porque os utentes já contribuem através dos impostos, designadamente do imposto autárquico para essas funções. De acordo, ainda, com os vereadores do PCP, a correcção proposta de agravamento em 3,6% dos valores de 2002, compensa folgadoamente a inflação prevista, não se justificando, assim, agravar a Tarifa de Saneamento em mais 10%. Por outro lado, a introdução de uma nova Tarifa de Tratamento de Resíduos Sólidos, aplicada sobre os consumos mensais de água - indexação de que, aliás, discordam por não existir qualquer relação directa de casualidade - é manifestamente exagerada (18% para os consumidores domésticos e 35% para os consumidores comerciais).

SANTA IRIA DE AZÓIA Urge posto da GNR

Há 18 anos que o PCP e os seus eleitos autárquicos diligenciam junto do Governo para a dotação de instalações destinadas a forças de segurança na freguesia de Santa Iria de Azóia, onde a insegurança das populações cresce de dia para dia. Em 1992, a Câmara Municipal de Loures, de gestão CDU, disponibilizou para o efeito um terreno junto do Mercado Levante. Houve então promessas do Governo para a construção de um posto da GNR em Santa Iria de Azóia, chegando mesmo esta obra a estar inscrita no PIDDAC desde 1995.

A população tem desde sempre apoiado activamente este projecto, acompanhando os esforços da autarquia para a sua concretização. Porém, 18 anos depois, constata que as verbas para a construção do posto da GNR na freguesia deixaram de constar do PIDDAC para 2003.

A Comissão de Freguesia de Santa Iria de Azóia do PCP, a quem cabe a denúncia, exige do actual Governo que respeite o direito à segurança e cumpra as promessas feitas que vêm sendo feitas pelos vários governos.

Novo ano, a mesma luta

O Governo PSD/PP esperou pela época natalícia para falar com frontalidade e verdade ao País. A pretexto da reposição das portagens na CREL (e em todas as CREL's, IC's, e outras vias onde consigam impor portagens) clarificou e revelou o segredo dos seus meses de governação: o princípio do utilizador-pagador.



Paulo Raimundo
Membro
da Comissão
Política

Depois de tantos meses de medidas tão incompreendidas, se o Governo tivesse explicitado mais cedo este precioso princípio, certamente não teria havido tantas manifestações de indignação. Agora tudo é mais claro. Realmente, por que razão deve o cidadão de Portalegre pagar os custos do asfalto da CREL se não a utiliza, porque deve o cidadão de Barcelos pagar a cirurgia no hospital Amadora-Sintra, e o estudante da Universidade do Algarve pagar pelo colega da faculdade de Ciências do Porto. Claro! Porque, realmente, só vai pela CREL quem quer, até porque existem alternativas, como só vai ao hospital e só estuda quem quer, já que também aqui existem alternativas.

“O segredo da nova governação está no princípio do utilizador-pagador”

É este o princípio basilar de toda a política deste governo e dos interesses económicos que defende. Essa, pois, a razão das alterações à lei de bases da Segurança Social que abrem caminho a «quem quer segurança social que a pague», e que a pague às seguradoras privadas; dos preparativos em curso que levaram ao aumento dos encargos financeiros por parte das famílias (as que mais encargos suportam na União Europeia) na educação dos seus filhos, nomeadamente no ensino superior; das medidas de clara privatização da saúde; ou da retirada

do crédito bonificado, medida que afecta particularmente os jovens.

No entanto, ainda existem algumas questões por explicar. A que se destina o dinheiro dos impostos que todos (ou nem todos) pagamos? Por que razão pretende o Governo alterar as leis laborais? Por que quer o governo que a entidade patronal possa com mais facilidade despedir o trabalhador? Qual a razão do aumento de três para seis anos dos contratos a prazo, da redução do horário nocturno das 20h para as 22h, da retirada das pausas como tempo efectivo de trabalho, do acentuar da polivalência e flexibilidade, da generalização da precariedade que atinge milhares de trabalhadores? Ou da restrição ao direito à greve e do fim da contratação colectiva?

Por que razão, ainda, pretende o Governo não aumentar realmente os salários aos trabalhadores e porque aproximou o salário mínimo nacional às pensões e não ao contrário, como tinha prometido?

Por que será que se fala com tanta leviandade do aumento do desemprego, como se este fosse uma inevitabilidade, porque encara o Governo com naturalidade que os trabalhadores portugueses sejam os mais mal pagos da União Europeia, e que uma parte significativa das famílias portuguesas destine cerca de 90% do seu rendimento ao pagamento de créditos?

Uns pagam, outros lucram

Algo aqui não está bem, pois seguindo o «justíssimo» princípio do

utilizador-pagador e do quanto mais se usa mais se tem de pagar, o Governo e os patrões não só teriam que pagar e pagar bem pela utilização e venda da força de trabalho, como criar todas as condições para que o trabalho fosse de facto produtivo.

Das duas, três: ou o Governo ainda não se apercebeu da injustiça e do não cumprimento integral da sua «máxima», ou então esta só se aplica aos trabalhadores. Assim sendo, então esperamos entusiasticamente que o Governo aproveite a entrada do novo ano e rectifique o seu princípio máximo, que a ser justo e verdadeiro deveria passar a ser «vós pagais, nós ganhamos».

Entendamos, naturalmente, o «vós» pelos trabalhadores e o «nós» pelos senhores que mandam no Governo e que defendem os seus interesses, estes últimos, aqueles que querem gerir a parte lucrativa do serviço nacional de saúde; os que pretendem transformar a educação num negócio lucrativo; os que querem pôr a mão no dinheiro da segurança social, dinheiro que é dos trabalhadores; os que querem continuar a privatizar tudo o que dê lucro e explorar até ao tutano os trabalhadores. Esses senhores que são os mesmos de sempre, aqueles que espartilharam a CP, a PT, a Siderurgia Nacional, os estaleiros navais, etc.

Os mesmos que pretendem pôr as leis laborais ao seu inteiro dispor, que não pagam imposto sobre transacções especulativas, os mais beneficiados nos impostos mas que a eles fogem.

Para o Governo e os senhores que defende, fica a promessa de os «vós» encararem este novo ano como mais um ano de muitas lutas. Não de luta pela luta, mas sim pelos direitos de quem trabalha, de quem realmente cria riqueza e a quem devem ser consagrados todos os direitos básicos na sociedade. De quem poderá contar para o sucesso das suas lutas com toda a intervenção, acção e contributo do seu partido de classe, o PCP.



Açores

Preparados para a luta

Apesar da ligeira aproximação que se verificou às outras regiões da União Europeia, os Açores continuam a fazer parte das dez regiões com um rendimento por habitante mais baixo. A denúncia foi feita em finais de Novembro, no 7.º Congresso do PCP/Açores, por um delegado que, entretanto, não deixou de lembrar ter sido o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional o primeiro a abrir as suas portas aos agricultores, nomeadamente com uma interpelação ao Governo Regional sobre a agricultura açoriana.

A situação da região nas suas várias vertentes foi, aliás, escarpada no decurso dos trabalhos do Congresso. Desde a cultura, relativamente à qual foi lembrado o importante papel do partido e da CDU, aos direitos das mulheres trabalhadoras, nomeadamente os direitos da maternidade e paternidade postos em causa no projecto do código de trabalho, tudo foi motivo de reflexão e debate.

Um trabalhador da PRONICOL, por exemplo, realçou a luta exemplar dos trabalhadores da empresa contra as arbitrariedades patronais e a incompetência de gestão e um jovem da Ilha Terceira, campeão nacional de kayak mar K2, o papel da formação desportiva das camadas mais jovens, num mundo onde muitos agentes desportivos apostam nos escalões seniores com objectivo único de obterem resultados imediatos.

«O comunismo é a juventude do mundo», escreveu, entretanto, alguém num quadro de mensagens que o secretariado técnico do congresso colocou à disposição dos delegados. De facto o congresso do PCP/Açores destacou-se, entre outras coisas, pela participação da juventude. Basta dizer que dos 9 delegados eleitos pela ilha mais afastada, as Flores, 8 tinham entre 20 e 22 anos...

Papel de destaque teve, pois, neste congresso a JCP que, nas suas intervenções, abordou criticamente dificuldades e erros, apontando novas linhas de trabalho com base na experiência adquirida.

Um trabalhador da Base Aérea das Lajes, depois de ligar os perigos de uma nova guerra imperialista à qualidade de vida dos habitantes da freguesia das Lajes, onde se situa a base da «US Air Force», criticou duramente a subserviência do Governo face aos americanos. E o delegado da ilha de S. Jorge referiu as dificuldades de organização do Partido, fruto também do isolamento. Porém, em sua opinião, com a constituição de uma Comissão de Ilha, será possível garantir a existência do Centro de Trabalho do PCP e a sua abertura diária. Aliás, os comunistas jorgenses estão disponíveis «para todas as lutas que se aproximam».

«Um PCP mais forte», exigiu, também, um dirigente sindical, para quem o PCP é o único partido que considera os interesses dos trabalhadores de forma autónoma e independente face aos interesses económicos, políticos e ideológicos do capital. E um dirigente da União de Sindicatos de São Miguel e Santa Maria, a complementar a última intervenção, defendeu a necessidade do Partido ter sempre presente que é na sua ligação aos trabalhadores que lhe vem a natureza de classe que determina a importância da sua intervenção.

Mafamude

Algumas situações lamentáveis

Integrada na acção «Comunistas com Mafamude», a Organização de Mafamude do PCP, visitou, no princípio de Dezembro, o Bairro do Cedro, onde encontrou situações «lamentáveis», que poderiam ser resolvidas «se o poder político se preocupasse um pouco mais» em melhorar as condições de vida das populações.

Os participantes da iniciativa encontraram-se no Centro de Trabalhadores da Alameda do Cedro, colectividade com uma sede e um rinque desportivo a precisar de reparos mas a quem a Freguesia de Mafamude não dá mais apoios porque se situa em local reservado ao futuro interface do metro de Laborim. Estas obras, porém, nunca mais começam e a nova sede da colectividade continua por construir, denuncia, em nota à comuni-

cação social, a Comissão de Freguesia do PCP.

Uma surpresa esperava, entretanto, a delegação comunista: o ribeiro transformado em esgoto, que sai de um tubo em pleno bairro, mesmo por trás de uma escola pré-primária. Além do «esgoto», o local é uma autêntica lixeira e os espaços verdes envolventes encontram-se completamente negligenciados.

Na parte dos blocos do bairro, por sua vez, é patente a degradação das habitações, pertencentes a pessoas, na sua maioria de parcos recursos.

No decurso da visita, alguns moradores puseram aos comunistas o problema das garagens, cuja propriedade lhes foi dada, apesar de construídas ilegalmente nos anos 70. Porém, não lhes foi fornecido qualquer documen-

to comprovativo de propriedade, pelo que os moradores temem que, face à valorização que o metro vai trazer àquele local, aí se venha um dia a construir sem que lhes seja paga qualquer indemnização.

A visita terminou no parque central do bairro, onde os espaços verdes estão cuidados mas o parque infantil deixou de existir, substituído por um efrculo de areia apenas.

Em termos de conclusão, os comunistas consideram que, para além da limpeza dos espaços verdes, o ribeiro deveria ser entubado ao passar perto da escola, enquanto não for tratado ao longo do seu curso e, no que respeita às habitações, sendo embora propriedade privada, o poder político não lhes deveria ser alheio, ajudando à sua recuperação.

Célula do PCP alerta trabalhadores para manobras que visam a entrega de serviços

Privados cobijam Metropolitano de Lisboa

A célula dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa do PCP alerta para a possibilidade de diversos serviços desta empresa serem entregues a empresas privadas.

«Prepara-se a alienação de sectores-chave ao capital privado, colocando nas suas mãos áreas determinantes para o futuro do Metropolitano, em claro prejuízo dos trabalhadores e do público que servimos», afirma, numa nota de imprensa, a célula dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa do PCP.

«Os apetites pela execução de tarefas hoje desempenhadas pelos trabalhadores do Metropolitano é cada vez maior. Desde a “manutenção”, onde se perfila a Bombardier, até à exploração de linhas com a “monopolista” Barraqueiro a posicionarem-se no primeiro lugar da linha de partida, tudo parece indicar que a tentativa de desmembramento da empresa se aproxima a passos largos, num cenário onde impera o lucro e as regras existem para não serem cumpridas», garantem os trabalhadores comunistas.

A célula refere que «quem pensa que isto não lhe toca ou que “vendendo” a sua consciência tem o seu posto de trabalho assegurado engana-se redondamente». «O mercado e o clientelismo ditarão quem e em que condições serão colocados no futuro. Basta olhar para o que se passa dentro da nossa empresa, nomeadamente no

que se refere aos prestadores de serviços externos, para cada um olhar o futuro com sérias e fundas preocupações», acrescenta.

Os utentes serão os primeiros prejudicados com a entrega a privados

Os trabalhadores realçam que «é imperioso que nos mantenhamos mobilizados» e afirmam que estarão atentos «a todas as manobras» que levem ao desmantelamento do Metropolitano de Lisboa como empresa pública e que lutarão «por todos os meios» para que tal não aconteça.

O caminho da luta

Os trabalhadores comunistas garantem que esta ofensiva contra a empresa não está desligada da «ofensiva mais vasta que o Governo tenta levar a cabo através do Código do Trabalho». Aproveitando para saudar todos os que participaram na greve geral, os militantes desta célula do PCP classificam como «ridículas e patéticas» as declarações de Bagão Félix sobre a paralisação, «manifestando o desespero e a raiva de ver ao vivo a força organizada dos trabalhadores».

«Porque a verdade é que a greve geral foi mesmo um sucesso e constituiu uma resposta notável dos trabalhadores que, em unidade na acção, condenaram inequivocamente o pacote laboral e a

política deste Governo e exigem políticas sociais mais justas», afirmam.

Os trabalhadores do Metropolitano lembram que, na véspera da greve, o Conselho de Gerência da empresa tentou intimidar os funcionários. «Chegou ao ponto de notificá-los por carta para que assegurassem os serviços mínimos, indo mais longe do que o próprio despacho ilegal do Governo», contam.

«Apesar da enorme adesão alcançada nesta greve, não se derrotou de imediato o Pacote Laboral, mas mostrou-se de forma clara e concludente a força dos trabalhadores, a sua disponibilidade para a luta, a sua determinação de se baterem pelos seus direitos, interesses e aspirações. O que quer dizer que a luta é o caminho», concluem.



«Os apetites pela execução de tarefas hoje desempenhadas pelos trabalhadores do Metropolitano é cada vez maior», garante a célula do PCP

Comunicação social

Governo quer subalternizar o sector público ao privado

O Sector da Comunicação Social da Organização Regional de Lisboa do PCP está preocupado com as medidas anunciadas pelo ministro Morais Sarmento para a RTP e a RDP e afirma que o Governo pretende subalternizar o sector público ao sector privado. «Que o diga o “patrão” Balsemão, que de imediato se congratulou», comentam os militantes comunistas, num comunicado.

Os responsáveis pelo sector recordam que os trabalhadores da comunicação social mostraram a sua oposição ao pacote laboral, através da adesão à greve e de outras formas de expressar o seu descontentamento. «Uma intensa arremetida contra as condições de trabalho varre todo o sector, mais parecendo assistir-se a um “ensaio geral” do código do trabalho», acrescentam.

Entre outras medidas, os comunistas referem grelhas de avaliação profissional forjadas com o objectivo de justificar «desadaptados», o afastamento de chefias menos «colaborantes», rescisões ditas «amigáveis», a elaboração de listas

negras, a instauração de processos disciplinares, o não pagamento de trabalho suplementar nos dias feriados e de compensação por serviço externo e o trabalho remunerado a falsos recibos verdes.

«Ao mesmo tempo que se avança com processos de despedimentos colectivos e encerramento de empresas, anunciam-se chorudos negócios com vendas de valiosos patrimónios imobiliários. Tudo isto à custa de alegadas dificuldades financeiras, a que não são alheios certos “milagres” contabilísticos, em contas cujo acesso permanece vedado aos trabalhadores», denunciam.

O PCP considera que o Código Laboral se traduzirá em «novos e graves constrangimentos à actividade jornalística e à própria liberdade de expressão». «Repudiamos também a progressiva mercantilização da informação (refém da publicidade), a criação de exércitos de trabalhadores “descartáveis” e todas as manobras tendentes a transformar a comunicação social numa coutada de uns senhores cada vez mais enfeudados aos grandes impérios da comunicação», acrescentam.

CDU vota contra orçamento em Gondomar

A CDU de Gondomar votou, no mês de Dezembro, contra o Orçamento e o Plano da autarquia para 2003, assim como contra a contratação de um empréstimo bancário de mais de cinco milhões de euros.

Aqueles eleitos consideram que «os instrumentos de gestão previdencial para 2003 não vão contribuir para a resolução dos principais problemas dos gondomarenses nem para o desenvolvimento do concelho, sendo previsível a continuidade do marasmo que caracterizou a Câmara Municipal em 2002». A CDU critica as políticas previstas naqueles documentos, nomeadamente a da habitação, que conduzirá, na sua opinião, à criação de guetos e «não implementa medidas de apoio à inserção social-económica das famílias realojadas», e considera que «haverá uma quebra de investimentos nos sectores da educação e cultura».

Refeitórios e escolas com falhas

Mais de metade dos refeitórios das escolas, empresas e hospitais portugueses estão em situação de infracção, segundo inspeções efectuadas em Outubro e Novembro pela Direcção-Geral de Fiscalização e Qualidade Alimentar.

Ao todo foram inspeccionados 110 estabelecimentos, tendo sido instaurados 66 processos por falta de higiene nos refeitórios, insuficiente ou inexistente controlo de qualidade e ausência de condições estruturais, disse à Lusa a directora do serviço da DGFQA.

Dos estabelecimentos inspeccionados incluem-se refeitórios de escolas, públicas e privadas, dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, do secundário e do ensino superior, assim como cantinas de hospitais e refeitórios de empresas, também públicos e privados.

CDU quer RTP em Bragança

A Assembleia Municipal de Bragança aprovou, recentemente, por unanimidade uma moção a exigir a manutenção do centro emissor regional de Bragança da RTP, face a «preocupações com a suspensão das emissões regionais e redução do pessoal». De acordo com a moção, iniciativa dos eleitos da CDU e aprovada por todos os partidos representados neste órgão autárquico, o centro emissor de Bragança da televisão pública deixou de emitir os seus noticiários regionais a 16 de Dezembro. Segundo o documento, a suspensão das emissões regionais terá sido motivada por falta de pessoal, «uma vez que não têm sido renovados os contractos aos jornalistas e aos operadores de câmara».

Por considerar «inequívoca» a importância do centro emissor regional para os transmontanos e alto-durienses, a Assembleia Municipal de Bragança decidiu enviar ao Presidente da República, primeiro-ministro e presidente da Assembleia da República a moção aprovada.

Rigor orçamental em Setúbal

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou, com os votos favoráveis da CDU e a abstenção do PSD, o orçamento e plano de actividades e orçamento para 2003, no montante de 101 175 403 euros.

Este orçamento inclui o plano plurianual de investimentos, no valor de 37 237 276 euros e o plano de actividades municipais na importância de 18 133 759 euros.

O presidente da câmara, Carlos de Sousa, aproveitou para alertar para a situação difícil da autarquia, antevendo melhores dias para 2003 e prometendo uma gestão altamente rigorosa. Carlos de Sousa considera que este ano é o da reorganização do município, do Polis e do Proqual, antevendo melhoramentos nas áreas cultural, de infraestruturas, higiene e limpeza bem como a finalização da pista de atletismo e do arranque do Estádio Municipal de Futebol.

Violações em Alcochete

«O estatuto da oposição foi mais uma vez grosseira e gravemente desrespeitada no tocante às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para 2003, em clara violação da lei vigente», denuncia, em comunicado, a CDU de Alcochete.

A CDU alertou ainda que o PS vai aumentar as taxas sobre as actividades económicas que norteiam o desenvolvimento do concelho, «em particular as destinadas à agricultura, à indústria e aos serviços, incluindo o turismo, não se vislumbrando qualquer aproveitamento racional e comunitário desse acréscimo de receitas».

Segurança marítima

A criação de um plano global de segurança marítima e o apuramento das responsabilidades do governo espanhol sobre o acidente do Prestige são algumas das medidas que constam de uma resolução conjunta da CGTP e da UGT, apresentadas em Dezembro.

O documento resulta de uma reunião em Espanha dos representantes da Confederação Europeia de Sindicatos, Federação Europeia do Transporte, de sindicatos franceses e das duas centrais sindicais portuguesas.

«Perante uma catástrofe desta dimensão, os sindicatos tomam posições não só para defender os trabalhadores, uma vez que o acidente do petroleiro se deu numa zona que constitui uma maternidade de peixes e que está a afectar a pesca portuguesa, mas também o desenvolvimento sustentável», afirmou o responsável pelo departamento internacional da CGTP, Carlos Carvalho.

CREL

Jorge Sampaio ignorou a população

As Comissões de Utentes da Circular Regional Externa de Lisboa e do IC-19 criticam a decisão do Presidente da República de promulgar o diploma governamental que repõe as portagens na CREL.

«Vamos continuar a lutar contra as portagens na CREL», afirmou, recentemente, à Lusa, um dos elementos da Comissão de Utentes do IC-19, sublinhando que a atitude do presidente «é pura e simplesmente a de quem não houve a população nem ligou à manifestação dos utentes - A Marcha do Caracol».

As duas comissões dizem não conseguir compreender «como é que após uma contes- tação tão grande, Jorge Sam-

paio fez passar a legislação, sabendo que não há alternativa à CREL e que o IC-19 vai ficar sobrecarregado de carros».

«Os direitos dos utentes têm de ser respeitados»

Um representante da Comissão de Utentes da CREL prometeu ainda que se irão «desenvolver

acções adequadas e necessárias para combater esta medida injusta».

As comissões de utentes opõem-se frontalmente ao pagamento de portagens na CREL e consideram que a

medida vai entupir mais o IC-19 de carros e transportes de mercadorias. Isto no concelho de Sintra - o segundo maior do país - que junta o tecido urbano com o rural e onde os transportes públicos não servem todas as freguesias.

Para os manifestantes, não restam dúvidas de que «nos próximos tempos o trânsito vai ser muito difícil» e que os direitos dos utentes têm de ser respeitados.

A decisão de introdução de portagens na CREL foi aprovada a 11 de Dezembro em Conselho de Ministros, a que se seguiu uma onda de protestos dos moradores, empresários, presidentes dos municípios que são atravessados por aquela via, à excepção das câmaras de Lisboa e Oei-

ras, e dos partidos políticos da oposição.

Aumentam portagens

A polémica relativa às portagens não pode ficar limitada à CREL. Amanhã, na Ponte 25 de Abril e na Ponte Vasco da Gama vão aumentar os valores das portagens em quatro por cento.

Uma das classes mais penalizadas, em ambas as pontes, é a «classe 1», com um agravamento de cinco por cento na Ponte 25 de Abril e uma subida de 5,7 por cento na Ponte Vasco da Gama. As portagens da Brisa também subiram sendo que aqui o aumento ronda os três por cento. Também aqui são esperados os protestos dos utentes.

Câmara de Beja aprova orçamento

Os cortes na despesa e a redução do investimento são as tónicas do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2003 da Câmara Municipal de Beja. Os documentos foram discutidos durante uma reunião camarária, que se realizou no final do ano, e foram aprovados com os três votos da CDU e as abstenções dos vereadores do PS e do eleito do PSD.

O presidente da Câmara Municipal, Carreira Marques, em declarações à Lusa, explicou que o orçamento para o próximo ano, no valor global de cerca de 32 milhões de euros (mais de 6,4 milhões de contos), é «muito restritivo».

«O valor global é semelhante ao de 2002 mas tivemos de contar com as restrições causadas pela inflação. Estamos também muito limitados devido aos constrangimentos financeiros do País e às limitações no recurso ao crédito», frisou.

Ainda assim, o autarca garantiu que os apoios e subsídios às colectividades do concelho «vão manter-se» e que a Câmara Municipal vai «cortar nas actividades e despesas de funcionamento», como as de representação.

Quanto a novos projectos, «as ideias não faltam», sublinhou, mas a situação financeira do País «não permite muitos riscos» pois a autarquia «não tem garantias de financiamento». As obras do Programa Beja/Polis são, assim, os principais projectos incluídos nas GOP para 2003 mas, nem nesse sector, Carreira Marques garante que não vão existir cortes.

Prioridades

A educação, urbanismo, habitação e trânsito são as áreas que vão contar com a maior parcela do investi-

mento, cerca de 71 por cento, e as freguesias vão mesmo contar com um aumento global de 25 por cento nas transferências.

Esta questão das verbas para as freguesias - no total cerca de um milhão de

euros - foi mesmo a que suscitou maior polémica na reunião camarária, com o PS e PSD a fazerem aprovar uma alteração à proposta da CDU, por não concordarem com o critério definido pela maioria.

«As verbas serão distribuídas consoante a área e a população e teremos um valor fixo de 131 mil euros para distribuir em protocolos pontuais e por coisas mais pequenas que surjam», concluiu Carreira Marques.



A educação, urbanismo, habitação e trânsito são as áreas que vão contar com a maior parcela do investimento

Lisboa

PCP contra generalização do jogo

Os eleitos do PCP na Câmara Municipal de Lisboa estão contra a instalação de um casino, seja em que ponto da cidade for, e manifestam-se preocupado com a legalização do jogo ser alargado a outras autarquias.

A posição do PCP foi transmitida pelo vereador António Abreu, na sequência da aprovação em Conselho de Ministros de um novo diploma que possibilita a instalação de um casino em Lisboa.

Independentemente da localização, o PCP considera

que, numa altura de grandes dificuldades financeiras do País, um casino só iria contribuir para aumentar os problemas dos cidadãos.

«Esta medida (do Governo) é um convite a uma actividade paralela à economia, que não gera riqueza e que, em casos particulares, pode gerar situações difíceis», disse António Abreu.

O vereador comunista considera ainda que as autarquias não devem recorrer ao jogo para financiamento e que

o país precisa de criar riqueza através de investimento produtivo e do trabalho. «É um mau exemplo do que deve ser um paradigma de desenvolvimento, porque é dinheiro que só anda de um lado para o outro», acrescentou.

«Somos contra a generalização da legalização do jogo porque, obviamente, outras autarquias não vão querer ficar de fora e isto vai tornar-se um problema muito grave», sublinhou António Abreu.

União Europeia e soberania nacional

• Pedro Guerreiro

Como tem vindo a ser salientado nesta crónica, a actual reforma dos Tratados encerra graves perigos para a salvaguarda dos interesses, da soberania e da independência do País. Pelo que será importante, aproveitando um momento simbólico que é o fim do ano, avaliar a direcção que toma o trabalho da «Convenção sobre o futuro da UE».

Entre variados e importantes aspectos, que não é possível aqui enumerar, embora ainda não estejam definidos todos os contornos e o alcance final que terá mais esta reforma dos Tratados, aponta-se claramente para a criação de uma «constituição» para a UE que integrará a denominada «Carta dos Direitos Fundamentais».

Tal «constituição» colidirá com a Constituição portuguesa, subalternizando-a, nomeadamente face à legislação comunitária. Ou seja, a Constituição portuguesa tenderá a ser colocada em causa quando um acto comunitário alicerçado na «constituição» da UE colida com princípios, direitos ou garantias consagradas na Constituição portuguesa. Sendo de reafirmar que o actual articulado da «Carta» representa um recuo face a direitos que, por exemplo, a Constituição portuguesa consagra. Este perigo agrava-se quando contextualizado em mais um aprofundamento das competências ao nível da UE, na área da justiça e assuntos internos, na política externa e de defesa ou ainda numa maior coordenação das políticas económicas (nomeadamente entre os países que integram o Euro). Ou quando se aponta para a generalização do voto por maioria qualificada, com o consequente fim do direito de veto, ou seja, de um instrumento central para a defesa dos interesses de «pequenos países», como Portugal, no processo de decisão.

Quanto ao papel dos parlamentos nacionais na UE tudo foi feito para limitá-lo o mais possível, procurando que este não ultrapasse o controlo indirecto da aplicação do princípio da subsidiariedade (ou seja, da garantia de que a UE apenas toma iniciativa relativamente a questões que sejam melhor geridas ou solucionadas ao nível comunitário), recusando a sua participação directa no processo de decisão comunitário.

Reafirma-se a comunitarização da justiça e assuntos internos, nomeadamente das políticas de atribuição de vistos, de asilo e imigração, a harmonização faseada da legislação penal, o reforço do papel da EUROPOL na perspectiva da criação de um corpo de polícia da UE (com capacidade de inquérito, com poder coercivo e utilizando a base de informação proporcionada por Schengen) ou ainda a implementação de medidas que permitam a criação, a prazo, de uma polícia para o controlo das fronteiras.

Aponta-se para a existência de um

«ministro dos negócios estrangeiros» e para a criação, faseada, de um corpo diplomático da UE. Propõe-se a criação da «agência europeia de armamento» e a fixação de «critérios de convergência» para os orçamentos de defesa. Amplia-se o âmbito das possibilidades de intervenção militar, sem limites geográficos, e mesmo a possibilidade de introdução de um artigo referente à defesa colectiva. Tudo no quadro da extensão da decisão por maioria qualificada, da existência da denominada «abstenção construtiva», da implementação de cooperações reforçadas por forma a ultrapassar a resistência e desacordo de qualquer país, assim como do reforço dos poderes e competências das instituições supranacionais da UE - Comissão Europeia e Parlamento Europeu - e do Conselho.

Perigos e resposta necessária

Trata-se de um avanço significativo no aprofundamento da «integração europeia» federalista, capitalista e militarista, no caminho aberto pelo Tratado de Maastricht, que procura responder aos actuais interesses, necessidades e contradições do grande capital e das grandes potências da UE. Estes, procuram criar e implementar os instrumentos jurídicos e o quadro institucional que permita concretizar os seus objectivos políticos de domínio - no contexto das rivalidades e concorrência imperialista com os EUA.

No fundo, e no actual estágio de desenvolvimento capitalista, as grandes potências da UE e o grande capital na Europa estão interessados numa integração europeia que limite instrumentos essenciais que podem ser usados pelos povos na defesa dos seus interesses, como a plena assunção da soberania nacional - do direito de cada povo a decidir do seu presente e futuro.

Por maior que seja o jogo de palavras, os eufemismos ou as mistificações, acelera-se a construção de um sistema de poder (que alguns já designam de «superestado») dominado pelas grandes potências da UE que colocará em causa os interesses e a soberania de Portugal, subalternizando as instituições nacionais e colocando em risco a democracia, ao transferir decisões fundamentais para os trabalhadores e para o País para «Bruxelas» ou para Berlim-Paris.

Somos assim confrontados, num período que se intensificará até Junho de 2004, com um importante confronto político que exigirá a resposta adequada e a participação do colectivo partidário na mobilização dos trabalhadores e do povo para a luta contra a actual «integração europeia» e por uma outra Europa, que dê resposta às necessidades de cada povo, logo necessariamente alicerçada na cooperação entre estados soberanos e iguais em direitos.



As restrições europeias penalizam injustamente o enfraquecido sector pesqueiro nacional

Ajudas à construção e modernização de barcos de pesca acabam em 2004

Reforma suavizada

Após cinco dias de negociações, os Quinze chegaram a acordo sobre a reforma da política comum de pescas, agora numa versão menos radical do que a proposta inicial da Comissão.

Aos olhos da opinião pública, o acordo foi apresentado como uma grande vitória dos chamados países «amigos da pesca» (Espanha, França, Irlanda, Itália, Grécia e Portugal), contra a Comissão Europeia. Porém, também esta se mostrou satisfeita com o resultado obtido na noite de dia 20 de Dezembro, considerando que, apesar das cedências que fez, conseguiu «inverter uma tendência».

De facto, em vez desaparecerem já, as ajudas à construção serão mantidas, sob certas condições, até Dezembro de 2004. No caso das embarcações até 100 toneladas, por cada unidade construída terá de ser abatida outra de igual capacidade. Porém, ultrapassada aquela tonelagem, a relação passa a ser de 1 para 1,35. Ou seja, a construção de embarcações de maior porte obriga à diminuição da capacidade de pesca em 1,35 vezes. Os países que solicitam ajudas à renovação da frota, em 2003 e 2004, ficam igualmente obrigados, nesse período, a diminuir em três por cento a sua frota.

Sujeito a estas regras, Portugal obteve um financiamento suplementar de 18 milhões de euros para renovação uma

vez que a dotação de 35 milhões de contos prevista até 2006 estava praticamente esgotada.

No mesmo pacote, foram aprovados os Totais Admissíveis de Capturas e as quotas para 2003, que prevêem reduções menos drásticas que as pretendidas pela Comissão.

As quotas atribuídas a Portugal sofreram uma ligeira redução nas águas nacionais e um aumento nas águas externas, ficando ainda assim acima do esforço de pesca realizado em 2002. Por exemplo, as capturas de biqueirão, pescada, lagostim, tamboril e carapau foram de 18 mil toneladas, muito abaixo da quota disponível de 34 mil. Em 2003, o total das capturas não poderá superar 32 mil toneladas.

Nas águas externas, as capturas ficaram-se pelas 18 mil, em 2002, quando se dispunha de um quota de 24 mil toneladas. No próximo ano, em 2002, o limite máximo passa para as 29 mil toneladas. Todavia, impedido de aumentar a sua capacidade de pesca por força do acordo que o Governo português assinou, é de prever que o sector continue a não ser capaz de aproveitar a

totalidade das quotas atribuídas.

Pesca industrial sem restrições

Contrastando com as preocupações conservacionistas em relação às espécies de pescado para consumo humano, a Comissão Europeia continua a fazer vista grossa à actividade da pesca industrial desenvolvida desde há décadas pelos países do Norte da Europa.

Só a Dinamarca captura em média 1,4 milhões de toneladas ano, o que a coloca à frente de países como a Espanha, que tem a maior frota da Europa, do Reino Unido ou da França, representando um sexto do volume autorizado aos Quinze e cerca de um terço das capturas no mar do Norte.

Se bem que se trate de pequenas espécies utilizadas na produção de farinhas, as estreitas malhas dos arrastões dinamarqueses apanham «involuntariamente» cerca de 50 mil toneladas de espécies comerciais, onde se inclui o bacalhau, que equivalem a 10 por cento das quotas comunitárias.

Acresce que os pequenos peixes que vão para as fábricas de farinha servem normalmente de alimento às outras espécies, e a sua pesca intensiva certamente que contribui para o tão falado esgotamento dos recursos.

Fiat fecha na Sicília

Os operários da fábrica da Fiat, em Termini Imerese, na Sicília, permaneceram em luta durante os festejos de Natal, protestando contra o encerramento daquela unidade, o único empregador industrial na ilha.

Os 1800 operários afectados dependem desde há um mês do fundo de desemprego, razão que levou centenas deles a passarem a noite de Natal acampados junto às instalações da fábrica, onde colocaram uma grande árvore decorada com as cartas de despedimento que receberam da empresa.

O grupo Fiat prometeu reabrir a unidade em finais de 2003, mas todos receiam que tal não seja cumprido. Mesmo o arcebispo de Palermo, cardinal Salvatore de Giorgi, que se solidarizou com os manifestantes numa visita que efectuou ao local, declarou que já pediu a intervenção de Cristo para que «se cumpram as legítimas aspirações» dos operários da fábrica. De toda a Itália, os trabalhadores despedidos receberam presentes e donativos em sinal de solidariedade.

UE paga «pechinha»

Uma notícia do International Herald Tribune, de 17 de Dezembro, afirma que o alargamento da União Europeia aos dez países da Europa central terá um custo líquido de 10,3 milhões de euros - uma verdadeira «pechinha», como titulava o jornal britânico garantindo que as contas tinham sido divulgadas pela Comissária Schreyer.

Face a tal revelação, a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo pretende que a Comissão informe quanto é que cada um dos actuais Estados-membros irá pagar nos primeiros três anos do alargamento, ou seja, entre 2004 e 2006; qual a distribuição dos montantes disponíveis para cada um dos novos Estados-membros; e quais as estimativas que existem sobre os ganhos comerciais para cada um dos actuais países da União Europeia, tendo em conta o incremento ao nível das exportações e importações.

De Bagdad a Teerão

À espera da guerra

Os EUA preparam-se para atacar o Iraque. O alvo seguinte deverá ser o Irão, que se opõe a qualquer acção unilateral dos norte-americanos contra o seu vizinho.

«Vê-se, no modo como os norte-americanos se comportam, que se prepara um grande acontecimento na região e que, mais tarde ou mais cedo, depois do Iraque, os Estados Unidos quererão fazer algo semelhante no Irão.» As palavras são de

Mohsen Rezai, secretário-geral do Conselho de Apreciação, a mais alta instância de arbitragem política do país, em declarações recentes ao diário «Hayat-e-No», citadas pela Lusa.

Rezai, antigo comandante dos Guardas da Revolução (Pasdaran), acredita que os «mesmos países» que durante a guerra Irão-Iraque (1980-88) se aliaram ao regime iraquiano «continuam hoje com os seus *complots*» contra o Irão, visando «destruir a Revolução Islâmica».

Os receios de Rezai parecem ser partilhados pelo ministro das Informações iraníano, Ali Yunessi, que há dias classificou de «mentira descarada» as acusações norte-ame-

ricanas segundo as quais Teerão apoia a Al Qaeda.

«O regime talibã foi criado pelos EUA para desonrar o Islão»

«Ainda que tenhamos pago caro (a luta contra os talibã), os norte-americanos dizem descaradamente que o Irão apoia o que resta dos talibãs e da Al Qaeda. É uma mentira descarada», declarou o ministro citado pelo diário «Qods».

Ali Yunessi evocou a propósito as «pesadas perdas» iranianas quando era «o único» a combater os talibãs, e lembrou que o tenebroso regime «foi criado pelos próprios Estados Unidos para desonrar o Islão».

Sublinhando «o perigo que representam os terroristas deslocados pelos inimigos (do Irão) para as fronteiras iranianas», Yunessi apelou às populações fronteiriças para «prestarem muita atenção aos movimentos de elementos suspeitos». Segundo aquele responsável, os serviços secretos iranianos fizeram fracassar recentemente um *complot* dos EUA que contrariaram «terroristas» para lan-

çar «a insegurança» no Irão. «Não deviam repetir os erros do passado», disse.

O Irão, recorda-se, ainda não normalizou as suas relações com Bagdad, mas opõe-se a qualquer acção unilateral dos norte-americanos contra o seu vizinho.

Mudança estratégica

Os preparativos para o ataque ao Iraque são cada vez mais evidentes, e as declarações de «fontes oficiais» que falam sob anonimato garantem que os EUA vão reforçar a sua presença militar na região do Golfo Pérsico com 50 000 homens e material suplementar a partir de Janeiro.

Segundo uma dessas fontes, as Forças Armadas norte-americanas têm cerca de 65 mil homens pré-posicionados na região do Médio Oriente e Afeganistão.

«Queremos estar preparados. Mas é claro que a decisão sobre um conflito é da competência do presidente norte-americano e ele não tomou a decisão», disse um oficial.

Também «The Washington Post», citando um oficial superior não identificado, informou que os Estados Unidos estão há meses a transportar material pesado para a região. O processo tem decorrido «de modo discreto» para não alertar a comunidade internacional, mas segundo aquela fonte «sem dúvida que se vai ver mais movimentos em massa» nas próximas semanas, fruto de «uma mudança estratégica a favor de uma demonstração da determinação norte-americana, ou seja, uma coerção manifesta».

O pré-posicionamento de forças e material visa reduzir para a quatro a seis semanas o tempo necessário para o lançamento da eventual invasão do Iraque, que segundo a imprensa norte-americana só poderá iniciar-se depois de 27 de Janeiro próximo, data limite para a apresentação do relatório oficial do inspetor-chefe da missão da ONU, Hans Blix, no Conselho de Segurança.



«Roteiro da paz» adiado

O presidente norte-americano, George W. Bush, disse há dias estar «firmemente empenhado» no chamado «roteiro» para a paz no Médio Oriente mas, a pedido de Ariel Sharon, adiou a sua divulgação para depois das legislativas israelitas de 28 de Janeiro.

O roteiro - uma iniciativa da presidência dinamarquesa da União Europeia que os palestinianos querem ver adoptada sem demora - prevê um calendário para a criação do estado palesti-

niano em 2005 e as suas grandes linhas já foram aprovadas pelo Quarteto para o Médio Oriente (Estados Unidos, Rússia, ONU e União Europeia). Bush alega agora que o «roteiro» não está pronto.

A convivência com Telavive fica assim mais uma vez patente, tal como sucedeu com o recente veto norte-americano ao projecto de resolução da Síria condenando Israel pelas «mortes de vários funcionários das Nações Unidas» nos territó-

rios palestinianos. O texto, que se referia explicitamente ao britânico morto a tiro em Jenin, a 22 de Novembro, condenava «a morte de vários funcionários da ONU abatidos pelas forças de ocupação israelitas», bem como a destruição de um entreposto do programa alimentar mundial na Faixa de Gaza, contendo 537 toneladas de alimentos.

Apesar de doze países terem votado a favor, o veto dos EUA levou à rejeição do documento.

Cuba: balanço positivo

• Miguel Urbano Rodrigues

Os debates do final de Dezembro na Assembleia Nacional do Poder Popular confirmaram que o ano 2002 submeteu a dura prova a capacidade da economia cubana para dar continuidade à recuperação iniciada em 1995 após o grande choque resultante do desaparecimento da URSS.

O ano foi desastroso para a América Latina. Na Argentina o PIB caiu 11%, no Uruguai 10,5%. A dívida externa global da região já ultrapassa os 800 mil milhões de dólares e o desemprego aproxima-se dos 10%. Segundo o Banco Mundial, a situação no conjunto da América Latina é a pior das últimas décadas.

Cuba - único país que desde a vitória da revolução nunca se submeteu às receitas do FBI - é a excepção num panorama que reflecte a crise da economia norte-americana.

No Relatório apresentado à Assembleia, o ministro da Economia e da Planificação, José Luis Rodríguez, procedeu a uma análise exaustiva da conjuntura, esboçando uma perspectiva optimista para 2003.

Não obstante a desaceleração da economia mundial, os altos preços do petróleo, a crise que afecta o turismo (queda de 5% em relação ao ano anterior) e os enormes prejuízos

-se para o cálculo a base internacional conhecida como «paridade de poder aquisitivo» - o que garante ao seu povo uma qualidade de vida largamente superior à média latino-americana.

Cuba resiste

O problema mais complexo que a Ilha enfrenta neste final do ano é o resultante dos altos preços do petróleo no mercado internacional que excederam já os 30 dólares por barril em consequência da ameaça de guerra contra o Iraque e da paralisação ocorrida no sector, na Venezuela.

O abastecimento de energia eléctrica não foi, entretanto, afectado, pois as centrais térmicas da Ilha consomem quase exclusivamente o petróleo nacional cuja produção aumentou 16,8% e deverá atingir (com o gás natural) 4 700 000 toneladas em 2003 (nove vezes mais do que há dez anos), aproximadamente metade do consumo do país.

O aperfeiçoamento empresarial que faz da intensa participação dos trabalhadores o motor do funcionamento em moldes revolucionários das unidades produtivas já é uma realidade em 400 empresas grandes e médias.

Em 2002 a Televisão criou o Canal

Educativo com uma programação inovadora que visa a promover no país uma cultura global integral. A Universidade para Todos, outra bela iniciativa, ampliou os seus cursos. Apesar da escassez de papel, as editoras aumentaram muito a produção de



resultantes de três furacões em dois anos - o PIB cresceu 1,1%.

Um índice revelador da tendência para a retomada do crescimento foi a descida de 4,1% para 3,5% da taxa de desemprego.

A safra do açúcar foi levemente superior à anterior, atingindo 3 605 000 de toneladas, mas o valor das exportações baixou em consequência da queda dos preços no mercado mundial. A reestruturação do sector prevê o encerramento de 70 centrais. Nelas o custo de produção, elevado, deixara de ser compensador porque o rendimento por hectare caíra devido à escassez de fertilizantes e pesticidas. A produção de níquel e de medicamentos continuou em expansão, bem como a industrial.

Os estragos provocados pelos furacões nos laranjais e bananais foram muito consideráveis. A agricultura urbana, que atravessa uma fase de grande desenvolvimento, compensou-os parcialmente. Nunca os cubanos imaginaram que os organopónicos das suas cidades (enormes tabuleiros com húmus criado artificialmente) iriam transformar-se na maior fonte de produção de hortaliças do país.

O ministro chamou a atenção para o facto de o PIB *per capita* de Cuba ultrapassar os 5200 dólares, utilizando-

livros. Em aldeias remotas foram construídas 1519 salas rurais de televisão. No sector da Saúde, o país mobilizou-se para erradicar em poucas semanas a ameaça representada pelo dengue, perigosa doença infecciosa que tinha assumido carácter epidémico no Continente.

Milhares de consultórios de médicos de família e de escolas danificados pelos furacões foram reconstruídos. O mesmo aconteceu com dezenas de milhares de casas.

A informatização, no sector básico do ensino, registou progressos que excederam a expectativa. Mais de 24 000 computadores funcionam agora em escolas primárias. O objectivo é um televisor por sala de aula e um vídeo para cada 100 estudantes. Um acelerado desenvolvimento cultural foi o contraponto do pequeno crescimento económico.

Esta sessão da Assembleia Nacional do Poder Popular prestou ainda homenagem aos cinco patriotas que em cárceres dos EUA cumprem penas (somadas representam séculos) impostas em Miami por um tribunal de farsa.

Cuba continua a resistir! Como esperam do seu povo quantos no mundo acreditam no socialismo.

● Isabel Araújo Branco
texto

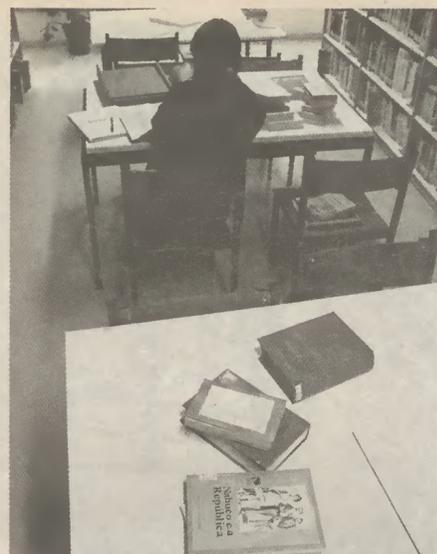
● Jorge Caria e Jorge Cabral
fotos



Vítor Rodrigues fala sobre as modificações que a Declaração de Bolonha traz para a educação portuguesa

“A Irlanda seguiu o caminho da privatização do ensino superior, e teve resultados desastrosos. Então, voltou a investir no ensino público”

A Declaração de Bolonha foi adoptada por Portugal sem passar por nenhum órgão eleito e está já a ser aplicada em algumas instituições. Vítor Rodrigues, membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa da JCP, fala das suas consequências na qualidade da formação e no financiamento, refere os aspectos positivos e alerta para o que não é definido pela declaração.



A Declaração de Bolonha já começou a ser aplicada este ano lectivo em Portugal, nomeadamente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. «Muitos docentes simplesmente engolem este processo como se fosse uma coisa absolutamente trivial», diz Vítor Rodrigues



O que é a Declaração de Bolonha?

A Declaração de Bolonha, ratificada em 1999 por 29 ministros da Educação de diferentes países europeus, baseia-se no Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS), que procura traduzir o volume de trabalho anual do estudante e é simultaneamente um sistema de transferência e de acumulação. O ECTS deve ser medido tendo em conta as aulas, os trabalhos práticos, os seminários de especialização e orientação tutorial, as actividades extracurriculares e a investigação. Inicialmente previsto para os estudantes integrados no Programa Sócrates/Erasmus (que estudam durante um ou dois semestres numa universidade estrangeira), o ECTS já foi adoptado em todos os programas de mobilidade dos estudantes na Europa. Em Março de 2001, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas redigiu uma proposta de lei, cujos primeiros artigos determinam a adopção do ECTS na organização curricular nacional. Os objectivos da Declaração de Bolonha são afirmados claramente pela convenção: a mobilidade de estudantes e professores, a empregabilidade e a competitividade entre instituições.

Modificações imediatas

A primeira modificação é a

transformação das licenciaturas de cinco e quatro anos em licenciaturas de três anos. Os mestrados passam a ser feitos em um ano, em vez de dois. A duração das aulas é, em geral, reduzida. Este princípio decorre de recomendações europeias e porque «as formações de longa duração não são mais competitivas nem respondem aos efeitos da globalização do ensino superior», como se lê no site da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, instituição que já aplicou a Declaração este ano lectivo. Ainda segundo o conselho directivo da FCSH, esta reestruturação pretende «passar de um sistema mais fechado de licenciaturas tendencialmente sem liberdade de escolha para um sistema mais aberto», o que implica «uma maior intervenção do estudante na escolha do seu percurso de formação» e a liberdade de escolha e a comunicabilidade e complementaridade transdepartamental. Para isso é introduzido o sistema de maior e menor, facilitando o cruzamento de áreas diferentes. Por exemplo, um aluno pode seguir um maior de Literatura Portuguesa (180 créditos) e um menor de Ciências Musicais ou de qualquer outra área da sua instituição (60 créditos), num total de 240 créditos ECTS. O aluno é aconselhado a fugir à «especialização» e a procurar áreas diferentes para tornar a sua formação mais abrangente.

«A Declaração de Bolonha é claramente um comboio puxado por uma carruagem anglo-saxónica. A França e a Alemanha só adoptam a Declaração em algumas instituições»

Em resumo

Sistema de créditos: «Um dos pontos que poderá ser mais positivo para os estudantes, porque introduz um sistema de créditos que valoriza o trabalho efectivamente despendido com a disciplina e a aprendizagem como um contínuo», como adianta Vítor Rodrigues. A cadeira pode valer mais créditos, se exigir mais tempo e trabalho do estudante. Hoje, na maior parte das escolas, a avaliação depende do exame final.

Redução de ciclos: «Transformar o bacharelato numa licenciatura pode ser positivo, mas é impensável que se pode aprender em três anos o mesmo que em cinco», garante o dirigente da JCP.

Importância nas pós-graduações e formação ao longo da vida: A licenciatura dará menos formação e, se o estudante ou trabalhador quiser aceder a uma especialização, terá de a pagar. «O princípio da formação ao longo da vida, se se transformar num direito garantido pelo Estado, é positivo, mas certamente não será isso que vai suceder», alerta.

Mobilidade docente e estudantil: «Só pode ser concretizado, se houver meios financeiros. Neste momento não existe. Poderia ser muito positivo, mas sem meios os únicos que o poderão fazer são os que têm dinheiro para pagar», garante Vítor Rodrigues.

Aproximação dos vários modelos europeus: «Pode fazer-se, se se respeitar as identidades próprias de cada sistema. O que se prevê é que se subverta alguns sistemas, nomeadamente o nosso indo a reboque dos modelos anglo-saxónicos», afirma o dirigente.

Transformar o ensino superior num mercado lucrativo

O ensino superior português precisa de uma reforma e de se equiparar ao sistema europeu?

O ensino superior precisa necessariamente de uma reforma. Aliás, a JCP aponta caminhos para isso, nomeadamente através da equiparação do ensino universitário e do politécnico. Não faz sentido haver esta dualidade que só serve para criar discriminações. É preciso potenciar o papel do ensino superior, apostar na qualidade da educação e na qualificação docente, para além de todos os aspectos estruturais. Relativamente ao ensino superior no espaço europeu, o nosso ensino não está claramente preparado para receber as directrizes que vêm do Processo de Bolonha. Ainda mais quando se coloca uma concepção em que se privilegia a competitividade e outros aspectos para os quais o nosso ensino não está apto para dar resposta.

Pretende-se competitividade entre instituições ou entre estudantes?

Entre instituições do ensino superior europeu, o que leva a que haja competitividade noutros dois planos. Primeiro entre estudantes, porque, se não há uma aposta forte na promoção da mobilidade, quem vai ficar favorecido são os estudantes que têm meios financeiros próprios para ir estudar para o estrangeiro. Depois, entre as

grandes potências económicas – e é aí que reside a grande obscuridade neste processo –, porque serão capazes de recrutar os melhores quadros nos vários países e captar essa mais-valia, ficando os países subsidiados, como é o nosso, sem possibilidade de dar uma resposta.

Em que medida é que a Declaração de Bolonha pode transformar o ensino numa mercadoria e os estudantes em clientes, como a JCP alerta?

Os aspectos que podem conduzir a isso não estão desligados do texto da declaração. O texto apresenta-se como uma declaração de intenções muito bonita, com alguns objectivos que de facto são positivos. A questão é o que não está lá escrito e aí é que começam os problemas. Quando se fala em aumento de propinas, isso não está desligado deste processo todo. Aliás, sabe-se que a Organização Mundial do Comércio recomenda que se transforme o ensino superior numa mercadoria. Quando se coloca a questão do ensino superior no espaço europeu, procura-se favorecer quem já é favorecido e isso consegue-se através da elitização do superior através da tática óbvia de privatizar. Quem tem dinheiro para aceder ao que é melhor, acede. Quem não pode, fica com o resto. Em medidas concretas, isto faz-se com o desinvestimento do Estado e com os estudantes a pagarem cada vez mais pelo ensino a que têm direito.

Nesse contexto e com medidas como o aumento progressivo das propinas, vão-se esbatendo as diferenças entre o ensino público e o privado? Isso coloca-se. A questão do cheque-ensino baseia-se na falácia de que os

estudantes tinham a possibilidade de escolher entre o privado e o público. Quem é que ficaria a ganhar com isso? Obviamente, as instituições do privado. Em Inglaterra, as universidades privadas são obviamente as melhores, porque quem não pode aceder ao privado fica no público, que não recebe investimento do Estado para assegurar um bom funcionamento. Em Inglaterra, vão sair 50 mil estudantes do ensino superior devido a cortes na acção social escolar. Isto é o reflexo deste tipo de políticas. Há uma experiência interessante no país ao lado. Durante a campanha eleitoral, o PSD apostou muito nos cartazes que faziam a comparação entre o crescimento económico da Irlanda e de Portugal. A Irlanda seguiu um caminho parecido, com a privatização do ensino superior, e teve resultados desastrosos. Então, voltou a investir no ensino público. Nós andamos a investir no betão...

A Organização Mundial do Comércio considera que o ensino superior é um dos grandes mercados a explorar. Isso mostra igualmente que os jovens sentem apatência ou necessidade de continuar a estudar, nomeadamente para ter um emprego melhor?

A sociedade empurra para isso. Se há uns anos ter o sétimo ano era muito bom, hoje com uma licenciatura não temos segurança nenhuma. A «obrigação de consumir o produto» abre apetites a quem quer fazer da educação um negócio. Há pessoas com disponibilidade para pagar e este sistema menospreza todos os outros – que constituirão uma maioria significativa – que não têm condições de aceder ao ensino superior se ele se transformar nesse tal mercado.

Com base no que está escrito e no que não está escrito, o Processo de Bolonha põe em causa a função social do ensino superior?

Atendendo à progressão das políticas, à predisposição de quem dirige as instituições e às reformas curriculares em curso e atendendo a que um dos pressupostos de Bolonha é diminuir a

formação – obviamente que essa questão fica em causa.

Com licenciaturas de três anos e mestrados de um, a qualidade do ensino não é posta em causa?

Se é possível em alguns currículos haver uma reformulação para melhor de modo a não haver repetições de programas e conteúdos, na maioria dos casos não será possível. Por mais que se tente – e estamos a falar de um encurtamento de cinco ou quatro anos para três – não se pode manter o mesmo nível de qualificação. Por outro lado, a questão dos graus é mais complexa. Hoje, a questão do mestrado para lá dos cinco anos pode não fazer muito sentido. Mas que isso signifique que se vai aprender o mesmo, é completamente falso.

Um dos objectivos deste processo é tornar a formação universitária mais rápida e menos dispendiosa para o Estado. Quais serão as repercussões?

É lançado no mercado de trabalho um trabalhador menos qualificado e, em princípio, mais barato. E se um trabalhador quiser obter mais qualificação, terá de pagar forte e feio a tal aprendizagem ao longo da vida, que é apresentada como uma coisa muito bonita, mas que não se diz em lado nenhum que será um direito assegurado pelo Estado.

A Declaração de Bolonha foi apresentada como um dado adquirido, adoptada sem que os estudantes tivessem sido consultados e aplicada em algumas instituições rapidamente, ainda que os próprios professores tenham dúvidas

práticas. Que necessidade ou obrigatoriedade tinha Portugal de a adoptar?

A única necessidade é um compromisso europeu. Não só os estudantes não foram ouvidos, como os órgãos de soberania não foram consultados. Na prática, a Declaração de Bolonha é um tratado europeu e a legitimidade de assinar tratados europeus pertence à Assembleia da República. Mas nunca passou por lá. Foram os ministros da Educação que assinaram, como uma simples declaração de princípios. A Comissão Europeia, como isto nem está sob a sua alçada, lava as mãos. Em muitas instituições nota-se que os estudantes sabem mais do que os professores e estão mais alerta para as implicações. Muitos docentes simplesmente engolem este processo como se fosse uma coisa absolutamente trivial.

Porquê tanta pressa em aplicar a declaração?

Por duas razões: se calhar para continuarmos a ser o bom cordeirinho da Europa e para se fazer a asneira antes que a malta acorde.

A tendência é uniformizar os cursos da União Europeia?

Há um enunciado nesse sentido.

Quais as vantagens de haver especificidades próprias nos sistemas de ensino nacional?

A intenção de não haver os mesmos conteúdos é haver uma certa comparabilidade, o que poderá ser positivo. A questão é: com base em que critérios? Isto é uma discussão bastante subjectiva. Nada garante que na Inglaterra se valorize mais uma determinada formação do que outro que

aqui se valoriza mais. Quando se passar para a prática, isso pode ter implicações como saber qual o licenciado mais qualificado. Isso não se sabe.

Partindo do princípio que a esmagadora maioria dos portugueses vai trabalhar em Portugal e que a maioria dos ingleses vai trabalhar em Inglaterra, que sentido é que isso faz?

Abstraindo todos os outros aspectos, poderá fazer sentido. Mas, sabendo o que está na génese disto, podemos temer. Os formados nas grandes potências serão sempre considerados melhores do que os dos países mais periféricos.

A Declaração de Bolonha faz uma aproximação de todos os modelos em geral ou uma aproximação aos modelos dos países com mais influência dentro da União Europeia?

É claramente um comboio puxado por uma carruagem anglo-saxónica. A França já tem outro modelo. Para se perceber a perversidade disto tudo, a França e a Alemanha só adoptam a Declaração em algumas instituições. Na França, o ensino agrário já disse que pode fazer cursos de três anos mas que não dá o diploma de licenciatura. É tudo igual, mas há uns mais iguais do que outros.

Então, os países não são obrigados a adoptar a declaração?

Fazendo um paralelo com o pacto de estabilidade, é obrigatório para os países pequenos.

Quem define os programas das universidades portuguesas continuam a ser os portugueses, sem um órgão supranacional?

Até agora é isso que está previsto, mas nada nos garante que não haja pressões nesse sentido, nomeadamente linhas prioritárias a introduzir nos programas.

Ainda há muita coisa em aberto? Já deve haver muita coisa fechada, mas nós é que não sabemos.

O Processo de Bolonha considera que o ensino é demasiado especializado e que, com o sistema de maior e menor, o estudante pode e deve ter uma formação mais diversificada. Isso não o vai prejudicar quando entrar no mercado de trabalho?

No ensino superior português houve, de facto, uma tendência para valorizar excessivamente a especialização com base em critérios errados. Creio que é possível apostar numa formação de base mais ou menos transversal, mas deve haver a perspectiva de haver a possibilidade dos estudantes se especializarem. Se a perspectiva de Bolonha for ter um ensino mais genérico para o estudante ser mais maleável e menos qualificado, é errada. Se a perspectiva for tornar o ensino mais transversal dentro de cada área científica, é correcto.

Que papel deveria desempenhar o ensino superior na sociedade portuguesa?

A formação de quadros técnicos e científicos, garantir uma sociedade e uma economia mais avançadas, que sirva para esbater as desigualdades de oportunidades no acesso à educação e ao mercado de trabalho e que proporcione a evolução do indivíduo culturalmente. Por outro lado, há a investigação científica. Estes devem ser os pressupostos básicos.



• Luís
Vicente
Texto

Universidades à bolonhesa, as tramóias do capital

Nas universidades discute-se aquilo a que se usa chamar «O Processo de Bolonha». O «Processo de Bolonha» é o resultado de três declarações dos ministros da Educação da União Europeia – Sorbonne 1998, Bolonha 1999 e Praga 2001 – que visam uma profunda reconfiguração do ensino superior público na Europa.

Discutem-se as condições de aplicação das propostas destas declarações, reflecte-se sobre as melhores maneiras de as conjurar, pensa-se nas vantagens, medita-se sobre as reestruturações... como se o «Processo de Bolonha» fosse um facto incontornável, inevitável, restando agora aos países europeus implementá-lo da melhor maneira. Discute-se a jusante, esquecendo que cada povo tem o direito inalienável de discutir a montante, de discutir se aceita ou não as bem intencionadas directivas dos senhores ministros. É a retórica do pensamento único e da T.I.N.A. (diminutivo de Margaret Thatcher e que significa “there is no alternative”). Em Portugal é a cultura que tem vindo a dominar cada vez mais

Interesses e estratégias

Qual o interesse do capital na privatização do ensino? Veja-se. O mercado mundial da educação representa a bonita soma de 2000 biliões de euros/ano, ou seja, mais do dobro do mercado automóvel mundial. É certo que privatizar a curto prazo estes 2000 biliões de euros não parece possível. Contudo, com uma boa ajudinha do subfinanciamento do sector público pelos governos (basta olhar para o Orçamento do Estado português para 2003), sectores inteiros da educação e dos serviços anexos cairão, pouco a pouco, nas garras do «negócio da educação».

A diversidade dos «novos públicos», que se traduz num «contexto mais favorável ao desenvolvimento do ensino privado», é o que têm vindo a reclamar há muito a OCDE, o FMI, o Banco Mundial, a Comissão Europeia e os lobbies patronais. É sintomático, por exemplo, que, em Junho de 1999, em Washington, o Banco Mundial tenha organizado, através da sua filial SFI (Sociedade de Financiamento Internacional), uma conferência sob o título bem elucidativo: «Oportunidades de investimento na educação privada dos países em desenvolvimento». Já em 1996 a própria OCDE declarava que, quanto à escola pública do futuro, ela não faria mais que «assegurar o acesso à aprendizagem daqueles que nunca constituirão um mercado rentável e cuja exclusão da sociedade em geral se acentuará, à medida que outros continuarão a progredir». Terrível cinismo!

Como é que o «Processo de Bolonha» contribui para esta privatização? Através da «adopção de um sistema baseado essencialmente em duas fases principais: a pré-licenciatura e a pós-licenciatura. O acesso à segunda fase deverá requerer a finalização com sucesso dos estudos da primeira, com a duração mínima de 3 anos [...], a segunda fase deverá conduzir ao grau de mestre e/ou doutor», ou seja, através da estratificação do Ensino Superior em ciclos.

Com efeito, os industriais do ensino sonham com a comercialização de «pacotes de cursos». Quanto mais os cursos forem estratificados, mais fácil se tornará o «fabrico» de tais pacotes, em especial das reciclagens a que os trabalhadores serão obrigados ao longo de toda a sua vida. A ajudar ao processo está a inviabilização financeira das universidades por subfinanciamento.

Fragmentação do ensino

Bom, e no que respeita ao segundo objectivo que referimos – o condicionamento do ensino superior aos interesses do grande capital financeiro? A mesma fragmentação do ensino superior em ciclos com custos acrescidos das propinas de cada ciclo (é por exemplo sintomático que em 8 de Novembro de 2002 o Conselho Directivo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa tenha já fixado as propinas de mestrado e doutoramento em 950 euros e 4000 euros, respectivamente) possibilitará uma maior coincidência entre as elites

intelectuais e as elites económicas – o acesso ao conhecimento será ainda mais um privilégio dos ricos.

Aqueles cujos escassos recursos económicos não permitirem a passagem ao segundo ciclo será negada a formação integral que lhes poderia conferir as capacidades necessárias para assumir uma posição consciente no controlo da economia e, ao mesmo tempo, as capacidades profissionais para as tarefas do desenvolvimento. O acesso aos graus superiores de ensino será um luxo. Dos que tiverem recursos económicos para completar o primeiro ciclo com «um nível de habilitações apropriado para ingressar no mercado de trabalho europeu», aptos portanto a desempenhar o papel de produtores acríticos e autómatos, poucos disporão dos recursos necessários para passar ao segundo ciclo, acedendo à formação integral, à cultura e à ciência. E não se trata de uma estratégia inocente. O conhecimento enquanto visão estruturante, integrada e globalizante do mundo, facilmente se transforma numa arma contra a exploração e as injustiças sociais. Do ponto de vista do grande capital, gerir criteriosamente esta ameaça implica restringir aos mais ricos o acesso ao prodígio do conhecimento e permitir aos outros apenas o primeiro ciclo das universidades, suficiente para informar máquinas produtivas não-pensantes e portanto socialmente inconsequentes.

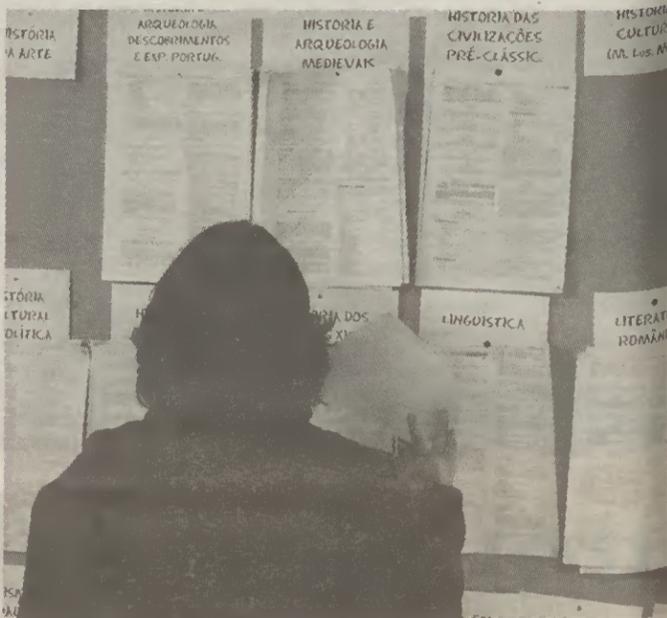
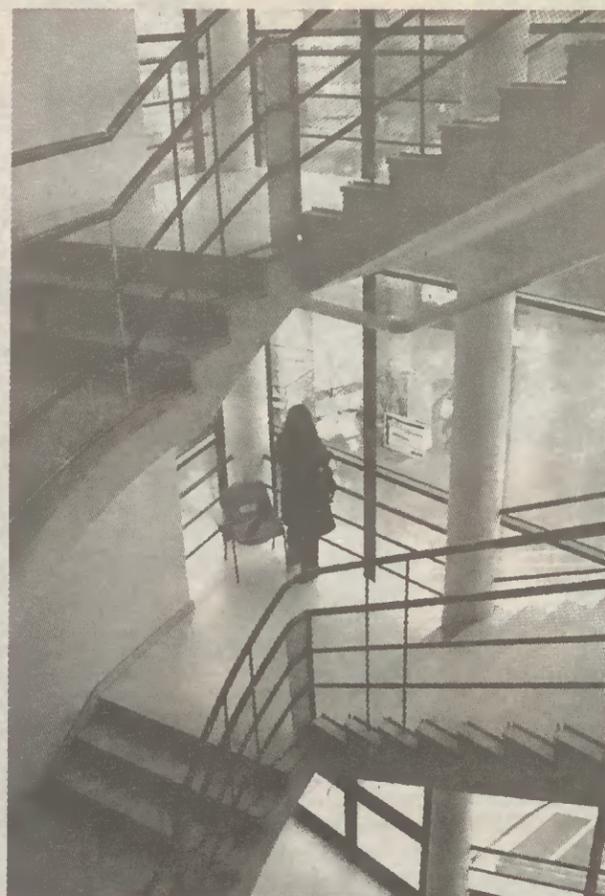
Pessoal «pronto-a-usar»

É de prever que esta adequação entre a escola e a economia capitalista se venha a realizar, tanto no plano dos conteúdos programáticos, como dos métodos e das estruturas. Como recomenda a Comissão Europeia, «é adaptando-se às características da empresa do ano 2000, que os sistemas de educação e de formação poderão contribuir para a competitividade europeia». Porém, o ensino público não deve deixar-se aprisionar nas malhas da empresa capitalista do ano 2000. Deve orientar-se sim, para os anseios e direitos da população da Terra do século XXI, necessariamente mais amplos e, em muitos casos, em aberto conflito com aquela. Numa altura em que novos modelos de desenvolvimento mais são necessários, em que respostas novas se impõem para

lidar com problemas cruciais como a protecção social a todos os cidadãos, como uma rápida reconversão produtiva que permita ao terceiro mundo aceder também ao desenvolvimento científico e tecnológico, a política da União Europeia apenas serve um objectivo, estreito e egoísta: dar às multinacionais europeias pessoal «pronto-a-usar» para melhor concorrer com os Estados Unidos e o Japão.

Mas, à competição pelos mercados e pela supremacia capitalista entre blocos, o interesse da Europa deveria ser o de responder com o que a sua melhor tradição universalista ensina, temperada na tomada da Bastilha, no hino da alegria de Beethoven, na comuna de Paris, no couraçado Aurora, na defesa de Madrid contra as hordas de Mola em 1936, na fundação do serviço nacional de saúde britânico ou na aventura que foi a progressão da coluna de Salgueiro Maia para o Largo do Carmo. Uma Europa que seja, pois, um espaço de competitividade pela democracia, pelo aprofundamento de um modelo económico e social que combata a exclusão, sirva toda a população e favoreça a tolerância e aproximação entre todos os povos – ensinar aos estudantes uma noção avançada de cidadania mundial é portanto a via, e deverá constituir o nosso desígnio para cultivar uma especificidade europeia.

As declarações conjuntas dos ministros da educação da UE são assim uma verdadeira declaração de guerra ao sistema universitário europeu, a pretexto de uma «optimização do mesmo, de forma a responder aos desafios da globalização». Quanto a nós: Bolonha? Não, obrigado!



Os industriais do ensino sonham com a comercialização de «pacotes de cursos». Quanto mais os cursos forem estratificados, mais fácil se tornará o «fabrico» de tais pacotes

vastos sectores da população e que está bem patente no discurso do Governo PSD/CDS: é assim, tem de ser assim porque não há alternativa!

Mas há! Poderíamos recusar liminarmente o «Processo de Bolonha» se ele não nos interessasse. E será que interessa?

Não! E não por duas razões. A primeira é que o «Processo de Bolonha» visa a privatização progressiva do ensino superior público. A segunda é que o «Processo de Bolonha» visa condicionar o ensino superior aos interesses do grande capital financeiro.

Para que estas afirmações não sejam gratuitas torna-se necessário compreender a origem do Processo de Bolonha» e o enquadramento do seu conteúdo.

● Gustavo Carneiro
texto

● Jorge Cabral
fotos

Política do Governo apoia grandes empresas e prejudica sector do táxi

O problema de ser pequeno

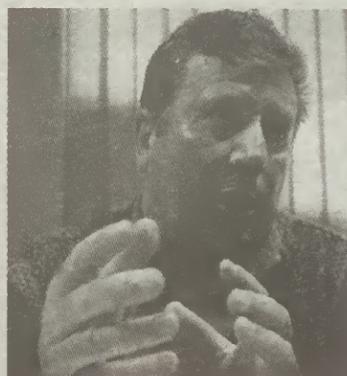
Maioritariamente constituído por micro-empresas, o sector do táxi atravessa uma fase difícil por responsabilidade da política praticada pelos sucessivos governos, de exclusivo apoio às grandes empresas de transporte. O *Avante!* falou com dois pequenos industriais do táxi, nas instalações da Federação Portuguesa do Táxi, que deram conta das dificuldades que atravessa este sector fundamental do transporte de passageiros.

Para muita gente, o táxi – por ser mais veloz e deixar o passageiro no local pretendido – é o meio de transporte a que se recorre em diversas situações extraordinárias ou urgentes. Para José Rosado, pequeno industrial do táxi do concelho de Loures, que falou para o *Avante!*, é sem este importante serviço que muita gente pode ficar se não for revista a política de apoios do Governo ao sector. José Rosado e Jorge Fernandes, presidente da Rádio Táxis de Sintra, não pedem mais apoios do

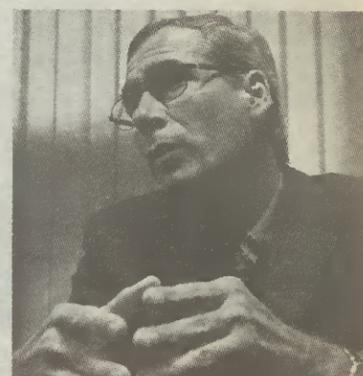
taxistas trabalham em empresas que empregam entre um e quatro trabalhadores).

Muito por pouco

Segundo o taxista de Loures, «ninguém sobrevive neste sector a trabalhar oito horas por dia, ou 40 por semana. Para se sobreviver, é necessário trabalhar 70 ou 80 horas». E muitas vezes a troca de muito pouco. «Perde-se muitas vezes um tempo excessivo a fazer um serviço mínimo», afirma Jorge Fernandes, dando o exemplo do concelho onde trabalha, no qual os táxis encontram grandes dificuldades em circular. Ao contrário do que se pode pensar, afirma o presidente da Rádio Táxis de Sintra, não há falta de viaturas do sector no concelho. «Pelo contrário», considera, lembrando um estudo recente da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, que aponta para a existência de mil táxis a mais na área metropolitana de Lisboa. O problema é a falta de condições para circular.



José Rosado



Jorge Fernandes

Mesmo sabendo que muitos concelhos e freguesias têm, de raiz, grandes problemas de acessos, Jorge Fernandes considera ser possível em diversos locais a criação de corredores prioritários para transportes públicos, táxis incluídos. Vias com acesso exclusivo a táxis ou semáforos de prioridade ao transporte público são algumas das propostas para minorar os problemas que o sector enfrenta. «Se um táxi fizer um serviço mais depressa também mais rapidamente atende outro cliente», entende Jorge Fernandes. Assim, ganhariam os profissionais do sector e os clientes.

É necessário renovar

José Rosado lembrou ainda os problemas acrescidos que sofrem os portadores de táxis de «letra A», que trabalham fora dos centros urbanos. Sem taxímetro, e realizando a maioria dos serviços para o interior das cidades, pagos ao quilómetro, estes táxis são ainda mais

prejudicados pelas longas filas de trânsito que se formam à entrada dos centros urbanos. «Por exemplo, quem presta um serviço de Sacavém para o centro de Lisboa em hora de ponta demora bem mais de uma hora e obtém uma receita bruta de 6 ou 7 euros», lembra José Rosado que considera esta receita insuficiente para fazer face às necessidades do sector. Até porque a renovação das frotas não é apoiada por ninguém. Na grande maioria dos casos isto poderá significar simplesmente a ausência de renovação das frotas. Outra renovação, a dos próprios taxistas, é também dificultada. Para Jorge Fernandes, o tempo que uma pessoa leva até adquirir a carteira de taxista é uma das razões que explicam este fenómeno. A consequência é o envelhecimento dos trabalhadores deste sector. Cerca de 60 por cento do total dos trabalhadores por conta de outrem tem uma idade igual ou superior a 44 anos, o que representa quase mais 20 por cento do valor registado em finais da década de 80.



Que segurança?

Embora considere positiva alguma da legislação existente sobre a segurança nos veículos de táxi, Jorge Fernandes lembra que esta é ainda muito insuficiente. À luz da lei em vigor, o industrial do táxi é obrigado a apetrechar as suas viaturas com um método de segurança entre quatro possíveis: GPS (sistema de satélite que indica a posição do veículo), vidro separador, a ligação da viatura a uma central de rádio ou a lanterna SOS. Mas cumprir esta lei não está ao alcance de todos, explica Jorge Fernandes. As verbas necessárias para adoptar qualquer um destes métodos são elevadas, explica, não estando portanto ao alcance dos mais

pequenos industriais do táxi. Mais recentemente, uma outra lei previa o apoio à instalação do sistema GPS, o que o presidente da Rádio Táxis de Sintra concorda. Apenas não compreende a razão pela qual não se apoiam os outros três métodos de segurança previstos na lei. Até por que, em questões de segurança, as sensibilidades são diversas. Jorge Fernandes confessa-se tentado a aderir ao GPS, mas reconhece que muitos outros preferem, por exemplo, o vidro separador ou outro método. «Se está na lei, por que não apoiar todos da mesma maneira?», questiona. Uma pergunta lógica para a qual ninguém parece ter resposta.

que aqueles de que beneficiam as grandes empresas de transporte rodoviário: isenção de imposto automóvel e de IVA na aquisição de viaturas destinadas a esta actividade e combustível marcado, para além da articulação entre os vários tipos de transporte no interior das cidades. Jorge Fernandes é peremptório a afirmar que «este governo já mostrou, na prática, que prefere apoiar os grandes grupos económicos esquecendo os trabalhadores e os pequenos industriais e empresários». Com os aumentos dos combustíveis aumentam as tarifas, o que não beneficia ninguém, considera. «Até porque o poder de compra dos portugueses é, actualmente, muito reduzido», lembra. Segundo os dois profissionais do táxi, «todas as outras formas de transporte público, asseguradas pelas grandes empresas transportadoras, têm apoios muito significativos do orçamento de Estado». José Rosado lembra que esses fundos estão praticamente vedados ao sector do táxi, maioritariamente constituído por micro-empresas (95 por cento dos

Desenvolver o sector, melhorar o serviço

Criada em 1994, a Federação Portuguesa do Táxi constituiu, aquando da sua criação, uma «pedrada no charco» – como chamou José Rosado – no quadro das organizações representativas do sector. Sócio recente da Federação, Jorge Fernandes considera que esta estrutura rompeu com a filosofia de «outro tempo». Os dois membros da FPT que o *Avante!* entrevistou concordam com as propostas da Federação para desenvolver o sector do táxi. Ambos defendem que o Estado devia apoiar este serviço de transporte público da mesma maneira que apoia as grandes empresas de transporte. As principais reivindicações da Federação Portuguesa do Táxi são:

- Introdução do gasóleo marcado/colorido no sector, tal como já está a ser utilizado por outras entidades e sectores de actividade;
- Abolição do imposto automóvel na compra das viaturas novas que sejam destinadas ao sector, tal como é prática para os grandes transportadores privados de passageiros;
- Introdução da «taxa zero» do IVA na aquisição de viaturas novas destinadas à actividade do táxi, tal como é prática corrente em diversos países da União Europeia;

- Articulação de projectos, entre autarquias e Governo, para a circulação preferencial de táxis nas zonas turísticas urbanas das cidades com património histórico, ao invés dos veículos pesados de passageiros;

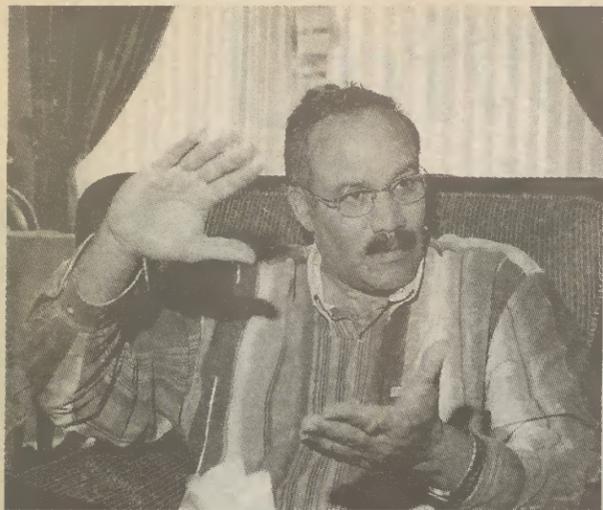
- Criação de autoridades metropolitanas e dos conselhos municipais de transportes, no sentido de uma articulação entre os vários tipos de transporte;

- Regulamentação do seguro para os táxis, no sentido de impedir que as companhias de seguros possam impor valores. A Federação defende um valor uniforme que contribua para um desenvolvimento equilibrado do sector;

- Utilização pelos industriais do táxi dos apoios financeiros disponibilizados pelo POE (Programa Operacional de Economia) – Sistema de Incentivo a Pequenas Iniciativas. Com as regras actuais, os dois taxistas consideram ser muito difícil, no sector, o aproveitamento destes apoios;

- Constituição de uma entidade para regular e coordenar o sector do táxi.

Para a Federação, estas são as medidas necessárias para desenvolver o sector do táxi, criar emprego e melhorar o serviço prestado à população.



• Luís Gomes
texto

Entrevista
com **Juan Dias**,
treinador
da selecção
nacional
de voleibol



O voleibol português com

Chegou, viu e venceu. Foi assim com Juan Dias, o treinador cubano da selecção nacional de voleibol. Chegou a Portugal, tomou as rédeas da equipa e, em pouco tempo, fez acontecer o que para muitos era utopia: Portugal foi pela primeira vez à fase final do campeonato do mundo e alcançou um honroso 8.º lugar. Não fosse Juan Dias cubano, nascido e criado na pátria de José Marti e Fidel Castro, e o caso seria de estranhar.

“Quando não se tem condições, torna-se necessário um maior esforço para fazer o mesmo que os outros”

Este homem de meia idade trouxe consigo a vontade, a determinação, a ténpera, a dignidade e a garra humanas, o prazer pela vida e uma enorme vontade de vencer. Impregnada deste espírito próprio do povo cubano, a selecção portuguesa começou a jogar de forma muito mais combativa, com convicção, e rapidamente os resultados foram aparecendo. A viver nos arredores do Porto com a esposa, Juan Dias falou ao *Avante!* numa tarde de Inverno solarenta.

Quando começou a praticar e quando decidiu seguir esta carreira?

Comecei na escola primária. Continuei depois durante os meus estudos secundários, altura em que também comecei a jogar basquetebol e outros

desportos. Sempre gostei de desporto e, por isso, pratiquei todas as modalidades que pude. De 1963 a 1970, participei, como jogador, nos campeonatos nacionais de voleibol e de basquetebol, ao mesmo tempo que continuei os estudos para professor de Educação Física. Em 1968, já estava na selecção nacional de vôlei, altura em que parei para terminar os meus estudos. Especializei-me depois, e em 1971 comecei a trabalhar como professor de voleibol.

É natural de onde, em Cuba?

Nasci na província de Havana, onde fiz a maior parte da minha carreira e onde trabalhei como treinador, tanto com as equipas nacionais de cadetes e juvenis como com a selecção nacional. Tornei-me treinador com 32 anos e tenho dedicado a minha vida ao voleibol. Tirei a licenciatura de Desporto e realizei muito trabalho científico, sempre ligado ao desporto.

Na sua opinião, que mudanças trouxe a revolução cubana?

A revolução trouxe muitas mudanças para o povo cubano. No começo registaram-se alterações sociais muito importantes: acabou o racismo, o desemprego, e daí em diante manteve-se uma política na defesa do povo. Apesar de continuarmos a atravessar etapas muito difíceis, temos consciência de que se ganhou muitas coisas em muitos campos, como a dignidade, a atenção e a protecção social. Hoje em dia todas as crianças podem ir à escola, chegar à universidade e perspectivar uma carreira profissional. Esperamos que o nosso país vá ultrapassando as dificuldades e possa desenvolver-se naturalmente, como qualquer país.

De que forma tem o bloqueio norte-americano dificultado a prática do desporto em Cuba? Sabemos que há falta de material desportivo...

Na prática desportiva, são várias as dificuldades que nos fazem trabalhar com mais esforço, dedicando mais horas a esta actividade. Superamos estas situações de falta de materiais com um grande esforço, sempre trabalhando em colectivo, com todos os que trabalham no sector do desporto. De tal forma que as nossas equipas são campeãs do mundo, enquanto outras equipas com mais apoios e tecnologias perderam contra nós.

Como conseguem esses resultados, apesar das carências?

Conseguimo-lo com amor, com sacrifício e com dedicação ao que fazemos.

O princípio dos anos 90 foi uma fase muito difícil em Cuba, o chamado «período especial». A derrota do socialismo na Europa de Leste deixou Cuba mais isolada. Como foram esses tempos para si e para o voleibol cubano?

Essa fase foi muito difícil, não só para o desporto como para todo o país. Faltou material até para os estudos, tornando complicado o exercício de qualquer actividade, e foi necessário um grande esforço de todo o povo para seguir em frente. Acho que esta situação criou em nós a necessidade de continuar o desenvolvimento e o espírito para triunfar sobre todos os problemas. Quando se tem tudo, as pessoas acomodam-se e pensam que é fácil fazer qualquer coisa. Quando não se tem condições torna-se necessário um maior esforço para fazer o mesmo que os outros e conseguem-se grandes resultados. Nós fazemos ainda mais do que os outros todos. Penso que é uma questão de espírito de sacrifício que o ser humano tem de ter, alcançando o que se pretende com a consciência do grande esforço colectivo necessário para conseguir os nossos objectivos.

O seu trabalho à frente da selecção portuguesa é digno de registo.

Como tem sido essa experiência?

Para mim a experiência tem sido boa. Tenho trabalhado num ambiente diferente do que temos em Cuba. Tem servido para eu aprender e para ensinar também aos jogadores que podem vencer e que podem, com mente positiva, ultrapassar as dificuldades e ter êxito se trabalharem, se lutarem para realizar os seus objectivos.

Quando chegou, como encontrou a selecção portuguesa e o que é que teve de mudar para que os resultados fossem aparecendo?

Ao chegar, encontrei a selecção com jogadores já com bastante experiência mas com uma mentalidade pouco positiva, ou seja, quando encontravam dificuldades, conformavam-se. Lutámos para ultrapassar isso e tomámos a decisão de ir buscar gente nova para a selecção, jogadores que tivessem a possibilidade de se destacar a nível

mundial, com boas condições físicas e, sobretudo, com uma mentalidade um pouco mais fresca, que percebessem o que podiam conseguir caso se sacrificassem. Os jogadores adaptaram-se às mudanças, trabalharam com muito esforço e dedicação, mas principalmente criaram uma mentalidade positiva que incentivámos de forma a obter bons resultados.

Quais são as grandes diferenças entre o voleibol em Cuba e o voleibol em Portugal?

As diferenças situam-se principalmente ao nível da organização. Em Cuba, temos muitos anos de trabalho, com uma planificação que começa muito cedo, na escola. É uma só linha de desenvolvimento: desporto escolar, desporto social e desporto de alto rendimento. É como se fosse uma pirâmide, que começa na base até chegar ao topo. Em Portugal, este tipo de trabalho ainda está muito compartimentado. O desporto escolar e universitário é uma base para o desporto federado e deve construir-se a tal pirâmide para que não estejam a trabalhar uns para um lado e outros para outro, com diferentes critérios, diferentes planeamentos, para alcançar o mesmo objectivo. É isso que faz falta, unificar e melhorar para que a modalidade se desenvolva como um todo e não fragmentada, para que haja bons resultados quando Portugal tiver que estar representado por uma selecção, em qualquer competição de nível mundial.

O que é que falta ao voleibol português para que os resultados positivos possam ter continuidade?

Falta trabalho. Talvez possamos obter resultados agora, mas para os manter e melhorar são necessários anos de trabalho. Talvez o novo ciclo já tenha começado. Estamos a trabalhar para a classificação para os próximos Jogos Olímpicos de Atenas, mas talvez os resultados do voleibol português só possam ser vistos em 2008. Quando se faz um trabalho para uma época e depois se pára, perde-se tudo. Há que organizar melhor todos os planos de trabalho, o sistema escolar, o universitário, o federado, criar uma linha condutora que convirja numa só situação, para termos atletas de alto rendimento e com envergadura internacional que representem Portugal em qualquer



«A revolução manteve uma política em defesa do povo»



Cerro Pelado,
mural
de entrada:
com Che,
saudades
do futuro



«Deve construir-se uma pirâmide do desporto escolar ao federado»

Nos Jogos Olímpicos de Sidney confirmaram-se as expectativas da Selecção Portuguesa de Voleibol

“O desporto escolar é a base para o desporto federado”

competição. É importante termos alcançado o 8.º lugar no Campeonato do Mundo. Agora é preciso aproveitar para criar uma unidade, uma fortaleza de trabalho, de forma a podermos alcançar os nossos objectivos. Para além do desporto, ao longo da

avançar no desenvolvimento para criar uma melhor sociedade e melhores condições para as nossas crianças, para o nosso povo. José Martí, Fidel Castro e Che Guevara são referências não apenas para o povo cubano como para

lhe resista». No nosso caso, o povo tem estado subjugado pelos Estados Unidos e acreditamos que num momento determinado vamos poder continuar a nossa linha e seguir em frente. Em Cuba, como costuma ser esta quadra festiva?

Cuba no coração

sua vida também acompanhou a revolução cubana. O que tem sido para si a Cuba socialista, a resistência a um dos mais cruéis bloqueios dos últimos 40 anos? O nosso povo tem feito enormes sacrifícios devido às agressões norte-americanas. Tem sido um povo muito golpeado com esta situação. A manutenção do bloqueio e as restrições que os EUA nos têm imposto não nos têm deixado

todos os povos do mundo. Como vê o futuro? Penso que, se realmente Deus existe, em algum momento ele vai ter que dar-nos a mão para que o nosso povo possa seguir em frente. Temos feito muito para manter este rumo, para manter esta linha que quisemos adoptar e creio que no futuro a situação será muito melhor, porque é como diz o provérbio: «não há nada que dure cem anos, nem corpo que

Passamos esta quadra com a família, com os nossos amigos, num ambiente alegre, festivo. Nunca conseguiram destruir-nos a alegria, o desejo de viver e de partilhar. Uma coisa boa que temos é que quanto mais pobres são as pessoas, melhor coração têm. Quando não se tem nada, partilha-se tudo. Nós estamos habituados a partilhar tudo com amizade e a desfrutar, a dançar, como se fôssemos todos uma família. Reunimo-

-nos no Natal, no fim de ano, umas vezes na casa de um, outras na casa de outro, e passamos sempre esta época da forma o mais agradável possível.

Quais são os seus votos para 2003?

Desejo um bom fim de ano a todos os portugueses e aos meus compatriotas, que 2003 corra melhor em todos os sentidos, e que em Cuba possamos melhorar a nossa situação e obter melhores resultados para seguir em frente e conseguir tudo o que desejamos para o nosso povo.

E que termine o bloqueio...

Sim, como não?

Cuba: a superioridade do desporto de massas

Em Cuba, os desportistas, mesmo quando são campeões mundiais, não vivem tão acima do nível de vida da restante população como em Portugal. Em Havana, no Centro de Estádio Olímpico de *Cerro Pelado*, centro de estágio das selecções cubanas para os Jogos Olímpicos, há dificuldades devido ao criminoso bloqueio imposto pelos EUA há já 40 anos.

O pavilhão onde se prepararam os campeões do mundo parece o de escola secundária, sem quaisquer luxos. Devido à falta de sapatos desportivos para praticar a modalidade, ao final do dia os atletas lavavam as sapatilhas e punham-nas a secar ao Sol, encostadas às paredes do pavilhão. Quando acabava o treino, o regresso a casa desses campeões de tantas modalidades diferentes era feito à boleia, à saída do complexo, a pé ou de bicicleta. Raro é o atleta com viatura própria. Apesar destas condicionantes, Cuba continua a vencer as competições onde participa. A este facto não é naturalmente alheio o desporto de massas, a verdadeira participação popular onde o desportista «de bancada» é também praticante.

Como começou

Antes de 1959, data da revolução de Fidel, Raul, Camilo e Che, o hino nacional de Cuba era praticamente desconhecido nos pódios olímpicos, mundiais, ou até regionais. O panorama dava a sensação de ausência de práticas desportivas na ilha, salvo nas modalidades provenientes do colonialismo norte-americano que sustentava a ditadura fascista de Fulgêncio Batista: o beisebol e o boxe. Até hoje, no beisebol, modalidade de eleição nos EUA, Cuba tem vencido praticamente todos os jogos e todas as competições mundiais, incluindo frente aos EUA. A partir de 1959, o desporto teve uma vertiginosa ascensão e nas competições internacionais passou a ouvir-se o hino de Cuba. Já nas Olimpíadas de Munique, em 1972, entre 122 países, Cuba classificou-se em 14.º lugar. Quatro anos depois, em Montreal, escalou até ao 8.º lugar. Cuba esteve em seguida ausente destes jogos durante 12 anos, devido à sua posição no contexto da «guerra fria». Reaparece em Barcelona em 1992, com um impressionante 5.º lugar entre 172 países, superada apenas pelas quatro maiores potências desportivas mundiais. De 192 atletas cubanos presentes em Barcelona, 172 figuraram entre os oito primeiros do mundo, nas respectivas modalidades, deixando o mundo desportivo boquiaberto.

Primeiro no mundo

Se compararmos o número de medalhas de ouro por milhão de habitantes, Cuba é o primeiro do mundo. Em comparação com a restante América Latina, que tinha em 1992 cerca de 450 milhões de habitantes, e 0,000 000 004 medalhas de ouro por milhão de habitantes, Cuba, na altura com uma população de 11 milhões, alcançou sete vezes mais vitórias do que toda a região.

De 1992 a 1994, as dificuldades do «período especial» também afectaram os resultados desportivos: com o desaparecimento do campo socialista passaram a ter menos recursos e menos competições internacionais, menos equipamentos desportivos para substituir os deteriorados, menos combustível para os transportes, e também os factores psicológicos resultantes das condições sociais e económicas. Mas, apesar de tudo, Cuba nunca mais abandonou os resultados cimeiros e, até 1998, recuperou totalmente desse período difícil.

Nos jogos Centro-Americanos em Maracaibo, de 1998, Cuba voltou a arrasar os adversários. É bem grande a lista de selecções que estão nos lugares da elite mundial. Em Novembro de 1998, a selecção de voleibol feminino alcançou um feito único na história da modalidade: ao vencer o campeonato do mundo, sagrou-se a única selecção que venceu dois mundiais e duas olimpíadas em apenas uma década. No mesmo ano, a selecção masculina ganha o bronze no mundial. Além disso, Cuba continua a desenvolver a solidariedade, formando e treinando atletas, técnicos e instrutores de outros países. Naquele país, ninguém, seja qual for a idade, está excluído de praticar desporto. Também no «ensino especial» Cuba é um exemplo inegável do sucesso desportivo: é campeã latino-americana no jogos para cegos e deficientes visuais. Obteve o segundo lugar nas primeiras olimpíadas internacionais de saúde mental em 1994.

Como é possível?

Para entender como são possíveis estes resultados é inevitável reconhecer o papel da política do «desporto de massas» adoptada pelo Estado cubano. Todo o sucesso desportivo se deve acima de tudo a um gigantesco trabalho de infra-estruturas, nada improvisado, que garante o desporto de massas desde a infância. Para alcançar estes resultados gastaram-se milhões de pesos na construção e manutenção de instalações desportivas, na fabricação e importação de artigos necessários, em formar treinadores. Cuba

é o país com maior número, *per capita*, de instrutores, professores, investigadores, quadros de direcção, bem como na construção de escolas, formação de especialistas, etc. Um dado que reflecte a enorme equidade do desporto de massas em Cuba é o facto de, nos últimos jogos centro-americanos, terem estado representadas nas selecções cubanas todas as regiões da Ilha, ou seja, todos os 111 municípios enviaram atletas à competição.

Cerro Pelado

Parece estranho este nome para um centro de estágio desportivo, mas só o é para quem não conhece a história do desporto cubano desde a revolução. Cerro Pelado foi o local onde a guerrilha de Fidel e Che tiveram os mais duros e sangrentos combates contra as tropas de Batista. Uma vitória onde tomaram muitos revolucionários. Já em 1966, num período de total hostilidade por parte dos EUA, efectuaram-se os jogos centro-americanos e do Caribe, em Porto Rico, e o governo norte-americano estava determinado em proibir, por todos os meios, que a delegação cubana pudesse participar. Assim, primeiro os EUA interditarão os vistos de entrada dos cubanos. Depois, negaram autorização para aterrar em Porto Rico ao avião que transportava a delegação cubana. Perante esta situação, o governo cubano facilitou aos desportistas um barco para que pudessem chegar à costa porto-riquenha. A delegação cubana baptizou o navio de Cerro Pelado. Durante toda a viagem foram assediados e ameaçados por navios de guerra e aviões da força aérea norte-americana que constantemente efectuaram voos rasantes. Ao chegarem a Porto Rico, os desportistas cubanos dispuseram-se a chegar a terra a nado, caso não houvesse alternativa. Tal não foi necessário. A delegação participou nos jogos e sagrou-se a mais vitoriosa no conjunto das competições, envergonhando mais uma vez os norte-americanos. Para os cubanos, os mais rotundos triunfos desportivos internacionais consistem em que as delegações, compostas por centenas de atletas, treinadores e dirigentes desportivos, regressam todas à pátria (salvo uma ou outra desonrosa e rara excepção), apesar de todas as tentativas de suborno e pressões exercidas por agentes norte-americanos para que não regressem. Contratos de 40 milhões de dólares foram já recusados pela dignidade de alguns atletas. Nestes tempos em que se diz que tudo tem um preço e tudo está à venda, aí está Cuba mais uma vez, com o exemplo do seu povo, a demonstrar quotidianamente que a alternativa existe. No desporto, chama-se desporto de massas.

• Miguel Urbano Rodrigues

A práxis da «empatia filosófica» entre Uribe e Bush

Em visita de inspecção imperial a Bogotá, o general Colin Powell revelou que o presidente George W. Bush tem aludido à existência de uma «empatia filosófica» entre ele e Uribe Vélez, o seu colega colombiano.

Não foi feliz o secretário de Estado dos EUA. Percebe-se o sentimento do senhor da Casa Branca. Mas é improvabilíssimo que Bush esteja sequer em condições de explicar o que significa para ele a palavra filosofia.

Na realidade aquilo que em Uribe fascina o presidente norte-americano é o seu pendor fascista. A empatia brota do pressentimento de que o colega é uma alma gémea.

Colin Powell foi, como se esperava, festivamente recebido pelo mundo oficial colombiano. Mas não há indícios de que a inspecção o tenha tranquilizado.

O discurso presidencial da guerra total contra a insurreição que, na prática da vida, implica uma guerra contra o povo da Colômbia, não está a atingir os objectivos mínimos. O balanço dos últimos combates entre as FARC-EP e o Exército é prova disso, evidenciando um aumento da capacidade combativa da guerrilha no âmbito de uma estratégia em que a mobilidade e o factor surpresa

A farsa teve antecedentes. O primeiro acto abriu há meses com a oferta de Carlos Castaño - o fundador e chefe das AUC - de se entregar à Justiça dos EUA para responder ali às acusações de narcotraficante. Esse gesto foi acompanhado, porém, de uma condição. Somente se entregaria se Washington exigisse a extradição dos principais comandantes das FARC.

Bush - como se sabe - logo deu instruções ao Procurador de Justiça, Ashrof, para que este, sem perda de tempo, reclamasse de Bogotá a extradição dos comandantes Marulanda, Raul Reyes, Jorge Briceño e outros cujas cabeças já haviam sido postas a prêmio.

A palhaçada não produziu o impacto esperado.

Castaño achou preferível permanecer no país e negociar então com o governo a chamada reintegração dos seus bandos.

O significado da farsa é, entretanto, importante.

Porquê?

Porque a garantia da impunidade a milhares de homens responsáveis por uma longa cadeia de crimes equivale a uma confissão pública da evidência que sucessivos governos negaram. A «reintegração» força Uribe a reconhecer o óbvio, ou seja, que o paramilitarismo nasceu como parte da política de Estado que o criou nos quartéis como braço do



Agora, as comadres vão entender-se uma vez mais. Tudo acabará em abraços, com Castaño saudado como herói em festas públicas e privadas.

Mas o povo resiste. A gigantesca mobilização dos camponeses no final de Setembro para protestar contra a política do governo evidenciou a profundidade do descontentamento das massas rurais.

O rosto da intervenção

A presença militar dos EUA é cada vez mais ostensiva. O número de assessores estadunidenses no Exército e na Força Aérea atinge já, segundo informações officiosas, mais de um milhar. Mas algumas centenas de oficiais que desempenham funções de conselheiros especiais não se apresentam uniformizados, o que dificulta a avaliação do número de militares norte-americanos. As FARC têm, aliás, denunciado repetidamente a participação de pilotos militares dos EUA em ataques realizados pela Força Aérea Colombiana.

Colin Powell foi categórico: a ajuda militar, no âmbito do Plano Colômbia, será ampliada. A financeira também. O governo Bush pretende intensificar a luta contra as FARC e o ELN. Com esse objectivo Uribe receberá mais dinheiro e mais armas. No Pentágono acredita-se que a insurreição armada pode ser esmagada. E não está claro quais serão os limites da intervenção norte-americana.

Os factos desmentem esse optimismo.

As FARC-EP infligiram recentemente pesadas perdas ao Exército num confronto no Casanare e os paramilitares, em vésperas da proclamada trégua, sofreram um duro castigo em Esmeraldas.

Incapaz de derrotar as guerrilhas, o governo desencadeia nas grandes cidades uma repressão brutal contra os moradores de bairros acusados de simpatia pelas FARC. Mas também aí as coisas não lhe saem bem. A tenaz resistência da Comuna 13 em Medellín ficará a recordar que nas megalópolis colombianas sectores cada vez mais amplos da população recusam submeter-se à política de terrorismo de Estado de Uribe.

O assalto à Universidade Nacional da Colômbia em Bogotá foi outra operação de terror policial inserida na escalada repressiva. A fascização do regime torna-se transparente.

Destruição do ambiente na Amazônia

Na Amazônia colombiana, sobretudo no Departamento do Putumayo, a agressão contra o ambiente assume proporções alarmantes.

Cedendo às pressões de Washington, o governo de Uribe ampliou as fumigações com glifosfato, um herbicida cujo uso está proibido nos EUA. Nos últimos meses foram envenenados mais 43 000 hectares de terras férteis e as águas de numerosos rios da bacia amazónica.

Essa tragédia ecológica é executada por uma frota de 17 avionetas colombianas sob a supervisão de dezenas de helicópteros militares norte-americanos.

Poderia concluir-se que a produção de cocaína e heroína diminuiu no país. Mas seria uma conclusão falsa. A engrenagem mafiosa não tem sido golpeada. O narcotráfico atravessa na Colômbia uma fase de auge.

A perseguição às FARC

A inclusão das FARC-EP na lista das organizações terroristas elaborada pelo governo dos EUA criou grandes dificuldades ao trabalho político que a organização revolucionária vinha desenvolvendo fora do país. As delegações que mantinha em algumas capitais da Europa e da América Latina foram fechadas e os representantes da guerrilha expulsos. Actualmente são caçados pela Interpol como terroristas.

A solidariedade com a luta dos companheiros de Manuel Marulanda essa, longe de ser afectada pelas perseguições de que são alvo, cresce e manifesta-se calorosamente em conferências e encontros internacionais, como ocorreu no Fórum Social de Florença, na Conferência de Paris comemorativa do 85.º aniversário da Revolução de Outubro de 1917, no Encontro Anti-Alca de Havana, no Congresso da Organização Continental dos Estudantes da América Latina em Guadalajara, etc.

Essa solidariedade fraterna brota da consciência de que o combate das FARC-EP não deve ser dissociado da luta que as forças progressistas travam contra a globalização capitalista, contra o projecto de nova ordem mundial que o novo imperialismo planetário norte-americano tenta impor à humanidade.



desconcertam o alto comando das Forças Armadas.

Não lhe sendo possível apresentar êxitos militares, o governo optou por uma operação política de grande envergadura, patrocinada por Washington.

Na aparência, tudo começou com o anúncio de uma trégua unilateral declarada pelos grupos paramilitares. As Autodefesas Unidas da Colômbia - AUC (nome oficial dos Paramilitares) tornaram público o seu desejo de «reintegração» na sociedade civil.

As regras do jogo haviam sido estabelecidas previamente. O governo reagiu com satisfação. Logo se dispôs a receber de braços abertos esses filhos transviados, dispostos a depor as armas.

Exército para desempenhar as tarefas mais sujas, em que este não queria envolver-se para preservar a imagem.

Monstruosos crimes, comprovados pelas Nações Unidas, foram cometidos nas últimas décadas pelos bandos de Castaño e Salvatore Mancuso e as suas proezas sanguinárias, estimuladas pelo Alto Comando das Forças Armadas, eram justificadas por senadores e deputados liberais e conservadores.

Que significa a reintegração?

Essa escória humana será, na sua quase totalidade, integrada nas polícias, nas milícias de «soldados camponeses» e na organização dos «sapos» (o corpo de um milhão de bufos criado por Uribe Vélez).

Gastronomia

• Francisco Mota

Não é fácil

Que um jovem, ainda jovem se passeie por tascas e tabernas e que dessa borga, normalmente inconsistente, lhe fique o sonho do gosto e da vida.

Não é fácil

Que um homem, anos mais tarde queira partilhar com gente que não conhecia esses sabores e ambientes quentes de humanidade, que lhe marcavam os dias e as noites sem dormir.

Não é fácil

Que esse homem fosse capaz de reproduzir os cheiros e as cores os salgados e os doces da memória dos anos passados.

Não é fácil

Numa terra como o Algarve, de cultura destruída na comida e no resto em nome de uma falsa prosperidade de marcos, libras e outros dólares, impor de novo a simplicidade do simples, do simples de sempre de séculos de feijão e de batata de cavalas e de polvo de milho e de sardinhas de favas, grão e de manga de capote.

Não é fácil

Fazer sentar as pessoas em bancos corridos em mesas que não têm número e fazê-las usar a colher e o garfo para distintos manjares sem saber o que vão comer, com a única esperança de que vão comer bem, de que vão comer verdadeiro, com a única certeza de saber o que vão pagar.

Não é fácil

Construir essa relação de cumplicidade entre quem faz e quem come coisas que vão comer pela primeira vez na vida, fazer despertar na gente coisas adocicadas no profundo inconsciente que é a memória dos sabores esquecidos, estes e outros parecidos de outras terras e gentes deste país e de outros de falas diferentes.

Não é fácil

Aguentar remoques de quem não sabe comer, elogios falsos de quem não entendeu nada mas que quer ficar bem visto, sofrer a indiferença quando ainda não se é conhecido, e sair nos jornais porque um qualquer sobrinho de um primo do Gary Cooper veio cá jantar anteontem.

Não é fácil

Pensar que nesta terra existem outros companheiros de viagem e de paixão um Santos, do 1.º de Maio aqui ao lado no Calhariz em Lisboa, um Júlio em Gouveia ou um Aprígio em Chaves e outros e outras que fazem a beleza diária com a mesma simplicidade de quem ri, sonha, chora, ou ama tão perto do deus dos fogões e tão longe da televisão.

Não é fácil

Fazer um livro que começa em azul, tão belo, tão lindo de sol e de mar que dá vontade de parar logo ali e ficar a olhar e olhar, com os olhos abertos ou fechados.

Não é fácil

Seguir, ler, ver, beber e comer as palavras e as imagens que sabem a terra, a mar, a sol e a sal.

Não é fácil

Fechar um livro destes que, de comida, é pintura e de receitas, uma imensa declaração de amor à vida.

Não é fácil

Ser honesto, vertical e coerente com a terra e os homens com a verdade e as ideias

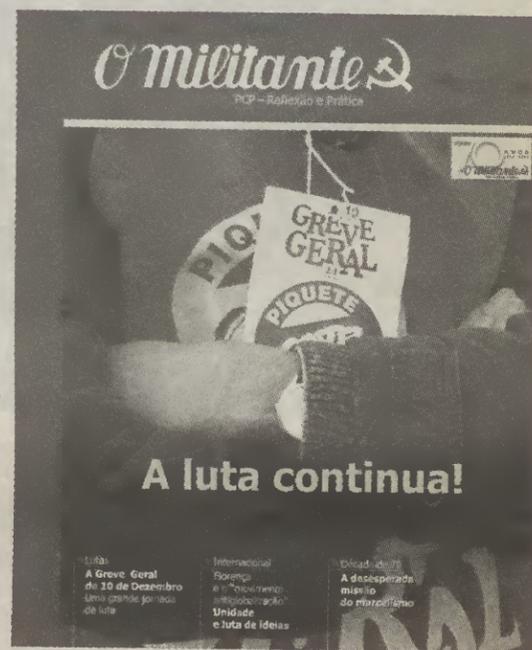
E muito menos é fácil

Ser e fazer tudo isto nestes tempos em que vivemos em que tantos e tão poderosos com tantos meios e força nos querem convencer de que o bom é tudo o contrário daquilo que faz o meu grande amigo Vila.

Datas da História

O Militante

Vai ser distribuído em breve o primeiro número de *O Militante* do próximo ano. Com a menção a partir de agora a sublinhar o título *PCP – Reflexão e Prática*, esta publicação partidária dirigida por Albano Nunes chama, em editorial, a atenção do leitor para o significado desta frase, afirmando tratar-se um «sinal forte de um compromisso». Que é o de inserir melhor esta publicação central na actividade geral do Partido, articulá-la mais vivamente com as organizações, as áreas e frentes de trabalho do Partido, por tornar mais efectivo o diálogo com os seus leitores. «*O Militante*», afirma-se, «têm de ser sentido e compreendido como uma ferramenta útil e mesmo indispensável à intervenção revolucionária dos comunistas. Para isso, continuará a dar-se grande atenção ao tratamento dos problemas de organização e ao intercâmbio de experiências de trabalho e luta, procurando simultaneamente acentuar a vertente do estudo e reflexão sobre as grandes questões do mundo contemporâneo e da sociedade em que actuamos.»



O editorial, que saúda os seus leitores, desejando-lhes um Bom Ano Novo, adianta ainda que vem aí a promoção e publicação de um conjunto de debates, ao longo do ano, em colaboração com organizações regionais, sob o lema *Debates sobre o nosso tempo*.

Mas vamos a um breve sumário do que pode ler-se neste primeiro número de 2003, ano em que se comemoram os 70 anos de *O Militante*, efeméride assinalada por um trabalho de Maria de Piedade Morgadinho. Um artigo sobre *Organização* sublinha que é possível, elevar a participação na vida partidária; Domingos Abrantes escreve sobre a grande jornada de luta que foi a Greve Geral de 10 de Dezembro; António Abreu convida à reflexão sobre questões de Educação e Ensino; um trabalho do colectivo da Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC debruça-se sobre a problemática das pequenas unidades económicas, enquanto Pedro Carvalho escreve sobre «A «financeirização» do capital e as crises do capitalismo»; Paulo Raimundo foca «quatro aspectos fundamentais» do 7.º Congresso da JCP; Sérgio Ribeiro escreve sobre Amílcar Cabral; Albano Nunes fala sobre unidade e luta de ideias a propósito do «movimento antiglobalização»; Pedro Guerreiro apresenta um artigo sobre a UE e a soberania nacional; Fernando Marques inicia uma série de trabalhos acerca das dinâmicas sociais da realidade portuguesa. Por fim, Aurélio Santos relembra a década de 70 e a «desesperada missão do marcelismo».

Antes de encerrar com o último documento do Comité Central, aprovado na reunião de 22 de Novembro passado, *O Militante* volta a oferecer um livro a quem se tornar assinante ou angariar mais um. Desta vez trata-se de *Memória Alentejana. Resistência e Reforma Agrária em Benavila e Campo Maior*, de António Modesto Navarro.

Cartoon

• Monginho

E VOCÊ JA' PENSOU
O QUE DESEJA
PARA 2003?...

PENSAR... SIM, JA'!
FOI DAS POUCAS COISAS
QUE ESTE GOVERNO
NÃO ME TIROU EM 2002!!!



Religiões

• Jorge Messias

Na linguagem política há expressões codificadas que, por si sós, representam uma confissão. Ainda há poucos dias surgiu um desses casos flagrantes quando o ministro Morais Sarmiento apareceu em todos os canais da TV para anunciar pomposamente que o Governo se prepara para «entregar o Canal 2 da RTP à sociedade civil». Que é isto de «sociedade civil»? - perguntaram muitos cidadãos desatentos. Esta dúvida é justificável e particularmente importante.

Nos finais do século XIX, a Comuna de Paris tinha sido esmagada pela coligação do grande capi-

do Estado, recuperado do modelo medieval das corporações de operários e patrões. Foi assim que a Igreja desencadeou uma gigantesca manobra, a partir do Concílio Vaticano I e da publicação, em 1891, da sua primeira encíclica social - a «Rerum Novarum» - assinada pelo Papa Leão XIII. Criaram-se fortes movimentos católicos sociocaritativos e mutualistas. Aparentemente autónomos e laicos, todos obedeciam à disciplina da igreja e aceitavam a autoridade absoluta do papa. Ao trabalhador católico não competia pensar ou agir individualmente, tal como defendera o liberalismo romântico. O leigo devia apenas reflectir o espírito da sua corporação. Assim se desenvolveram, nos séculos XIX e XX, novas ideias doutrinárias - sindicais, educacionais e da saúde, de entreajuda e de voluntariado, etc. Em resumo, lançaram-se os movimentos que, uma vez enraizados, permitiriam impulsionar uma *sociedade civil* de novo

A «sociedade civil»



tipo. É por esta razão que os fundamentalistas católicos tanto veneram Leão XIII - o sistematizador desse projecto - e a «Rerum Novarum». Crêem os integristas que, uma

vez institucionalizada, a *sociedade civil* só muito dificilmente poderá vir a ser desalojada dos centros do poder. As suas teses centrais são as do Vaticano I: a lei civil subordinase à lei divina, na sociedade as desigualdades são justas e necessárias, a fraternidade cristã harmoniza os interesses contrários e une pobres e ricos, o Estado deve proteger os doentes e indigentes e reprimir duramente os agitadores, importa proibir as greves, é prioritário restaurar os costumes cristãos, etc. O que Morais Sarmiento pretendeu comunicar, quando afirmou que «o Canal 2 da RTP seria entregue à sociedade civil» foi a confissão de que tudo isto viria a ser imposto pelo governo no nosso país. Mas, para evitar um choque negativo na opinião pública, o ministro recorreu à linguagem cifrada. Afinal, o que ele queria dizer era apenas isto: nos termos de acordos secretos a que este Governo se comprometeu e a que a revisão, já concluída, da Concordata dará em breve cobertura legal, informa-se a população de que a RTP foi totalmente entregue ao Patronato e à Igreja Católica... ou seja... à *sociedade civil*. Não é pois de estranhar que, apenas 24 horas decorridas sobre este anúncio, os órgãos da comunicação social dessem como certo que as Fundações, as Misericórdias, as ONG e as IPSS, as formações sociocaritativas, as sociedades de desenvolvimento local, etc., se tinham disponibilizado para participar no novo Canal Público. É que «quem dá aos pobres, empresta a Deus!» - diria o padre Melícias.

tal. Por toda a parte, na Europa, havia levantamentos populares que mostravam possuir em comum duas constantes contraditórias: sucessivamente derrotados pelas forças da repressão, nunca eram totalmente vencidos. E era nítido que a corrupção alastrara a todas as estruturas do poder - políticas, económicas ou religiosas. Capitalistas e Alto Clero compreenderam que perante a degradação social acelerada não bastava promover reformas pontuais. Impunha-se instalar uma «Nova Ordem» baseada em dois pilares principais: reforço da autoridade repressiva do poder central; e diluição da intervenção política do Estado na sociedade, através da progressiva transferência das suas atribuições institucionais, delegadas nas corporações empresariais e nas instituições da Igreja. Esta «Nova Ordem» alcançaria rapidamente - pensavam os seus mentores - três metas fundamentais para o processo de reorganização profunda de toda a sociedade: a firme garantia do desempenho e reforço da autoridade das elites governantes; o aumento das taxas de lucro do capital financeiro; e o estabelecimento de um novo sistema de organizaçõ-

res, importa proibir as greves, é prioritário restaurar os costumes cristãos, etc. O que Morais Sarmiento pretendeu comunicar, quando afirmou que «o Canal 2 da RTP seria entregue à sociedade civil» foi a confissão de que tudo isto viria a ser imposto pelo governo no nosso país. Mas, para evitar um choque negativo na opinião pública, o ministro recorreu à linguagem cifrada. Afinal, o que ele queria dizer era apenas isto: nos termos de acordos secretos a que este Governo se comprometeu e a que a revisão, já concluída, da Concordata dará em breve cobertura legal, informa-se a população de que a RTP foi totalmente entregue ao Patronato e à Igreja Católica... ou seja... à *sociedade civil*. Não é pois de estranhar que, apenas 24 horas decorridas sobre este anúncio, os órgãos da comunicação social dessem como certo que as Fundações, as Misericórdias, as ONG e as IPSS, as formações sociocaritativas, as sociedades de desenvolvimento local, etc., se tinham disponibilizado para participar no novo Canal Público. É que «quem dá aos pobres, empresta a Deus!» - diria o padre Melícias.

Pontos Cardeais

Clonagens

A notícia reza assim, na primeira página do *Diário de Notícias*: «Antes do final do ano de 2002 irá nascer o primeiro clone humano, garantiu o presidente da Clonaid, uma companhia canadiana que assegura ter conseguido engravidar cinco mulheres» (sublinhado nosso).

Então já vamos aí? Não basta que a reprodução normal esteja seriamente ameaçada com o processo da clonagem: agora são as próprias empresas que «engravidam as mulheres», pelos vistos num processo industrial que dispensa (ou elimina?) não apenas a clássica reprodução sexual mas a própria paternidade...

É verdade que a notícia também põe em causa a capacidade e competência desta clínica canadiana, que a comunidade científica alega ser uma empresa privada ligada a um culto religioso supostamente com extraterrestres.

Seja como for, o princípio foi enunciado e não deixa de ser arrepiante: «empresas a engravidar mulheres»? Mas onde é que vamos parar?

cobrar, ao consumidor, a diferença que se registou.

Só não se percebe é porque anuncia nova descida dos preços invocando a «variação do preço das matérias-primas» quando o que se está a verificar nos mercados internacionais é uma subida constante dessas matérias-primas, tendência agravada pela anunciada iminência do ataque ao Iraque pelos EUA.

Será que estão a baixar agora os preços para, daqui a pouco, imporem uma subida a dobrar ou a triplicar?

Deste Governo já esperamos tudo...

Guerras

O secretário da Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, voltou a fazer troar as suas bravatas de falcão arrogante, declarando tanto para a Coreia do Norte (que os EUA agora acusam de ter «reactivado um programa nuclear») como para o Iraque (que continua na mira, pois claro):

«Somos capazes de travar dois grandes conflitos regionais. Somos capazes de ganhar decisivamente um deles e de impor rapidamente uma derrota no outro. Que não existam quaisquer dúvidas a este respeito.»

Claro que não existem dúvidas. Os EUA são perfeitamente capazes, com a actual arrogância, de «travar dois conflitos regionais». Ou mais. Tal como o fizeram no Vietname, por exemplo.

O pior é sair desses conflitos, como também se viu no Vietname. E então se forem dois, em simultâneo...

Gasolina

De repente, o Governo anuncia que, a partir de 1 de Janeiro próximo, a gasolina irá descer um centimo por litro, embora o gasóleo se mantenha inalterado. O Ministério da Economia explica que esta redução «resulta da variação do preço das matérias-primas, mantendo-se o ISP [Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos] inalterado».

Que o ISP se mantém, percebe-se: este Governo não tem feito outra coisa senão arranjar processos de esportular dinheiro ao contribuinte de qualquer maneira, pelo que é sua prática corrente aumentar ou, no mínimo, manter as diversas taxas e impostos. Aliás, foi o que fez há cerca de um mês exactamente com os combustíveis, quando estes desceram nos mercados internacionais e o Governo manteve os preços para

Vigarices

Um total de 70 entretostos fiscais, que desde a extinção das fronteiras na União Europeia controlam, no nosso país, mercadorias sujeitas a Impostos Especiais de Consumo em trânsito intercomunitário, foram fechados por violação do princípio da idoneidade fiscal. As burlas aí verificadas terão lesado o Estado em pelo menos 37 milhões de euros...

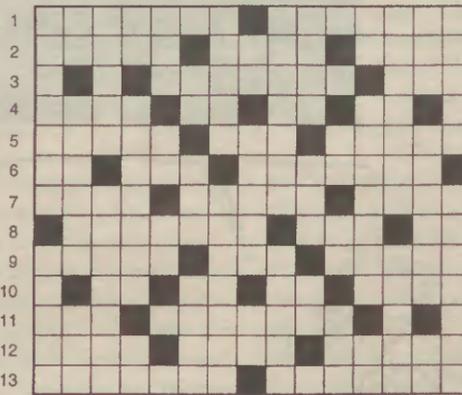
É o que dá entregar tudo a privados e não investir no aparelho fiscalizador do Estado...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Acertava; dera vivacidade. 2 - Castigar; aparelho com que se dirige embarcação ou avião; que é de bronze. 3 - Desumano; caminha. 4 - Embarcação de recreio de dimensões muito variáveis com velas ou com motor; grito aflitivo; acusada; molibdénio (s.q.). 5 - Ciumento; gracejar; pesar, para abater a tara. 6 - Avenida (abrev.); nome de uma ave peralta africana; levar ao ponto de saturação. 7 - Porto (prov.); pássaro dentirrostro da família dos túrdidas que tem plumagem negra e bico amarelo; desacerte. 8 - Mulher dissoluta, que vive luxuosamente; certamente; caminhar. 9 - Interj. designativa de saudação; prep. que indica várias relações, como companhia, instrumento, ligação, modo, oposição, etc.; versejar. 10 - Contr. da prep. a com o art. def. o; primeira nota da escala musical; carta de jogar; vento branco e aprazível. 11 - Pátria (fig.); lugar onde se pára. 12 - Enfurecer; plano; justificação do réu, que consiste em provar ter estado fora do lugar em que foi cometido o crime de que é acusado. 13 - Faculdade de conservar e reproduzir as ideias, imagens ou conhecimentos anteriormente adquiridos; agricultor.

VERTICAIS: 1 - Pôr em prática; pequena sela rasa. 2 - A tua pessoa; cada uma das duas peças que ladeiam a relha do arado e que servem para afastar a terra do rego; unidade das medidas agrárias. 3 - Ingénito; grudaram. 4 - Níquel (s.q.); embarço; nome da letra grega que corresponde ao R latino. 5 - Nome próprio masculino; designa alternativa; a ti. 6 - Sódio (s.q.); desejo; contr. da prep. de com o adv. ali. 7 - Arruinar; coisa desprezível (fig.). 8 - Prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; religião maometana; aquelas. 9 - Prender com amarra; desgosto (fig.). 10 - Criança recém-nascida; matiz; a si mesmo. 11 - A tua pessoa; atmosfera; grande massa de água salgada. 12 - A mim; cheiro característico do mar, na vazante; naquele lugar. 13 - Desfraldar as velas para a partida; fortificar. 14 - Espécie de albufeira; abaixar; bismuto (s.q.). 15 - Juntar; vagabundo.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Altrava; animara. 2 - Punir; leme; eril. 3 - Inumano; val. 4 - Lale; it; ré; Mo. 5 - Cioso; nrt; tarar. 6 - Av; lua; saturar. 7 - Reco; metro; erre. 8 - Cortesã; mas; ir. 9 - Salve; com; rimar. 10 - Av; de; ás; aura. 11 - Lat; paragem. 12 - Irrat; his; díbil. 13 - Memória; agrário. 14 - Arvorar; munit. 15 - Alhar; erradio.

ATVer

Mad Max – As Motos da Morte foi o filme que lançou Mel Gibson no estrelato



A Menina da Rádio

(Quarta-feira, 1.1.03, RTP-1)

Artur Duarte foi um dos nomes maiores da chamada comédia populista dos anos 40, em Portugal, estava o regime fascista de Salazar a cimentar o seu poder totalitário em todas as esferas da vida nacional. São exemplo desse seu talento títulos como *O Costa do Castelo*, *O Leão da Estrela* ou *O Grande Elias*. Em 1944, Artur Duarte assinou um dos seus maiores êxitos – *A Menina da Rádio* – com a habitual colaboração de **João Bastos** no argumento e diálogos. Trata-se de mais uma história popularucha que decorre num «bairro típico» de Lisboa (onde só habitava gente simples, honesta, pobre e trabalhadora, pois claro!), cruzando habituais intrigas amorosas, invejas, canções e finais felizes, tudo na mais respeitável ordem vigente e com umas situações anedóticas pelo meio, entregues aos artistas do costume (com destaque para o talentoso **António Silva**, aqui coadjuvado por

apresenta-se-nos – insolitamente – com **Woody Allen** no principal papel por interposta pessoa, no caso **Kenneth Branagh** que, de forma admirável, recria atitudes, comportamentos, gestos e comentários no modo e no tom de um perfeito *alter ego* de Woody Allen, mais novo e com muito melhor fotogenia. Apresentando-nos uma galeria de figuras que vai desde um jornalista oportunista, que percorre o universo das estrelas procurando vender um argumento, e passa por atrizes com inesperados desejos eróticos da juventude por satisfazer, jovens actores que espancam namoradas, abusam de drogas e arrasam quartos de hotéis, ou top-models perigosamente hipersexuadas, Woody Allen vai desenhando um universo de gente desequilibrada, perigosa, imprevisível e



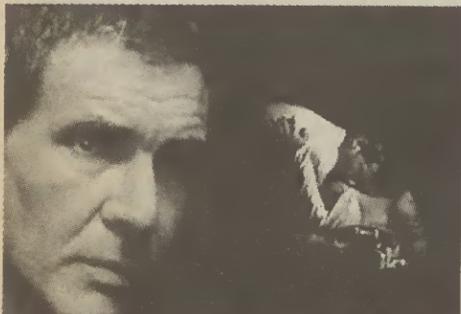
As Faces de Harry é uma sátira insólita de Woody Allen

Ribeirinho). Entretanto, na altura, a Europa ardia a ferro e fogo sob a barbárie nazi-fascista, sem que isso aflorasse minimamente na historieta... E são essas piadas velhas e relhas que, hoje, ainda vão safando estas relíquias de um pretenso cinema dos «bons velhos tempos» da «comédia à portuguesa».

As Faces de Harry

(Quarta-feira, 1.1.03, RTP-2)

Mais uma vez, **Woody Allen** evidencia a sua extraordinária capacidade em «reinventar» de filme para filme. Em *As Faces de Harry* assume o papel de um escritor neurótico, detestável e detestado, que obtém sucessos literários usando e abusando de toda a gente que conhece – mulhe-



Em *Presumível Inocente*, Harrison Ford – por uma vez! – não é um herói incorruptível

res, amigos e família –, cujas vidas manipula, descreve, cita, subverte e reinventa nos seus livros. Uma viagem à sua velha universidade para uma homenagem vai permitir ao escritor evocar, refletir e confrontar-se com as suas memórias e imaginação. Um engenhoso pretexto para Woody percorrer um universo de sarcasmos, cinismos, ironias e saborosas observações sobre vários dos seus temas favoritos, como o amor, a vida, a morte, a religião e ele próprio. Tudo isto orquestrado de forma surpreendente, num filme recheado de complexidades técnicas (nomeadamente a presença de um actor que está sempre desfocado!) e servido por uma impressionante lista de conhecidos intérpretes, como **Billy Crystal**, **Demi Moore** ou **Robin Williams**, para só referirmos alguns.

Celebridades

(Quinta-feira, 2.1.03, RTP-2)

Filmado a preto e branco, *Celebridades*



Em *Celebridades*, Kenneth Branagh é o «alter ego» de Woody Allen

caprichosa, com fama e dinheiro em excesso, apresentando um quadro preocupante e nada edificante sobre os EUA de hoje, num filme sobre celebridades e recheado delas, como **Leonardo Di Caprio**, **Melanie Griffith**, **Charlize Theron**, **Winona Ryder**, **Donald Trump** ou **Mark Vanderloo**.

Mad Max – As Motos da Morte

(Sábado, 4.1.03, TVI)

Mad Max – As Motos da Morte é o filme que, há já 23 anos, lançou **Mel Gibson** no caminho do estrelato em Hollywood e deu fama e proveito tanto ao realizador australiano **George Miller** como ao próprio cinema da Austrália. O sucesso foi de tal ordem que teria duas sequelas, sempre com Mel Gibson e com crescentes recursos de produção. Este primeiro filme é sem dúvida o melhor, apesar dos parcos meios com que foi realizado. Funcionando como uma espécie de *western* num futuro mais ou menos próximo e sobretudo, apocalíptico (a Austrália – onde se passa o filme – está devastada por um presumível conflito global), a «saga» apresenta-nos as estradas dominadas por bandos de motoqueiros assassinos, que se confrontam com uma polícia que é igualmente expedita na «punição» imediata dos salteadores, situação que se agrava quando o bando mata, nem mais nem menos, que a mulher e o filho do herói. A partir daí, é a vingança implacável e sem sentido, pois claro... Uma história linear assente num confronto e num conflito mais que vistos em cinema, mas que teve um enorme sucesso quando se estreou, nomeadamente pela originalidade dos *décors* e a eficácia narrativa da história.

Presumível Inocente

(Domingo, 5.1.03, TVI)

Presumível Inocente é um dos raros filmes da próspera carreira de **Harrison Ford** onde o actor não interpreta uma personagem imaculadamente «positiva»: desta feita, Ford é um magistrado (provedor de Justiça) que se torna repentinamente suspeito de ter assassinado um presumível amante, com toda a perturbação que isso trará à sua vida de homem casado e de figura proeminente nas instituições judiciais. Ford dá bem conta do recado – o papel exige dele bastante mais que as suas costumeiras prestações de herói invencível – e a intriga está bem construída, mantendo o suspense praticamente até ao fim.

«Um Baile de Máscaras», de Verdi, dita a mais shakespeariana das suas óperas, estreada em 1859 e apresentada no ano seguinte em Lisboa, passa domingo na RTP2



Quinta, 2

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
16.45 Marisol
17.45 RTP Crianças
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 Grande Repórter
22.30 «Ganhar a Vida» (Filme)
24.00 Turnos de Risco
00.45 O Fugitivo
01.45 24 Horas
02.00 «Com Jeito Vai... Na Pândega» (Filme)

▼RTP2

07.00 RTP Crianças
12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
12.30 Companhia dos Animais
13.00 A História da Indústria em Portugal
13.30 Nico d'Obra
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.00 Filme
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 The Sahara Secret Garden
20.00 Viver no Campo
20.30 As Três Irmãs
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «Uma Mão Cheia de Surpresas» (Filme)
01.50 Lupin III

Sexta, 3

▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
16.45 Marisol
17.45 RTP Crianças
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.15 O Elo Mais Fraco
22.15 «A Bomba» (Filme)
00.15 Turnos de Risco
00.45 O Fugitivo
01.45 24 Horas
02.15 «A Caixa ao Luar» (Filme)

▼RTP2

07.00 RTP Crianças
11.45 Meu Pé de Laranja-Lima
12.30 Companhia dos Animais
13.00 História da Indústria em Portugal
13.30 Nico d'Obra
14.15 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 Filme
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.30 As Três Irmãs
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «Uma Mão Cheia de Surpresas» (Filme)
01.50 Lupin III

Sábado, 4

▼RTP1

07.00 RTP Crianças
10.00 Ora Viva!
11.15 «Matusalem» (Filme)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 Noites Selvagens
16.00 João Baião
19.00 Camilo, o Pendura
19.30 A Minha Sogra É uma Bruxa
20.00 Telejornal
21.15 Futebol:
V.Setúbal-Sporting
23.15 «Assassina» (Filme)
01.15 24 Horas
01.30 Turnos de Risco
02.45 «Jerry e Tom» (Filme)

▼RTP2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Palavras Ditas (Último Programa)
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.00 Saxazul
02.30 Noites Curtas do Onda-Curta

▼SIC

07.00 Infantil
12.00 Nosso Mundo



Gershwin e o genial encontro que promoveu entre música clássica e popular, recontado num documentário da BBC (domingo, RTP2)

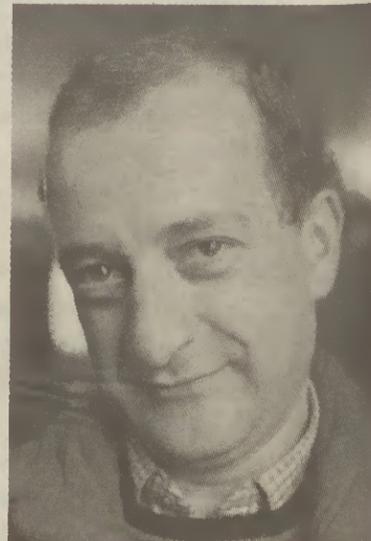
de Woody Allen. Ver Destaque) 01.50 Lupin III

▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Uma Aventura
11.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Rex, o Cão Polícia
15.00 As Duas Por Três
16.30 Olhar da Serpente
17.45 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 O Melhor do Heróis SIC
01.45 Brigada
03.00 Air America

▼TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.30 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
16.30 Dawson's Creek
17.30 Vidas Reais
18.45 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Amanhecer
23.15 Vidas Reais
00.15 Ally McBeal
01.15 «Mr. Music» (Filme)



«Palavras Ditas» por Mário Viegas: no domingo é transmitido o último programa desta memorável série

▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil
10.00 Uma Aventura
11.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Rex, o Cão Polícia
15.00 As Duas Por Três
16.30 Olhar da Serpente
17.45 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 «Tempo de Matar» (Filme)
02.00 Linha da Sorte

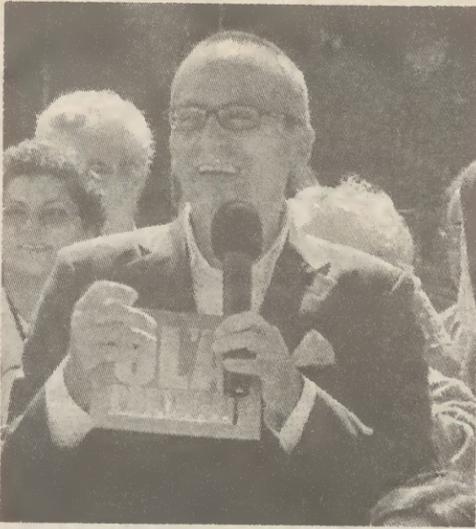
▼TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.30 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
16.30 Dawson's Creek
17.30 Vidas Reais
18.45 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Amanhecer
23.15 Vidas Reais
01.00 «Tornado Bom» (Filme)

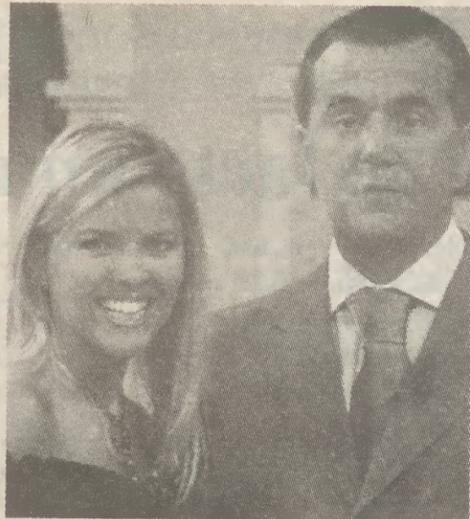
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Flash
14.45 Rex, o Cão Polícia
15.45 «O Comboio das Trévas» (Filme)
17.45 «Grandes Esperanças» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Esperança
22.45 Os Recordes do Guinness
23.30 «Tempo de Matar» (Filme)
02.15 O Fim do Mundo
03.15 Tal Mãe, Tal Filha

▼TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra Ataque
14.00 «Invenção Diabólica» (Filme)
16.00 «Dias de Tempestade» (Filme)
18.00 «Mad Max - As Motos da Morte» (Filme de George Miller. Ver Destaque)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Amanhecer
23.00 O Último Beijo
24.00 «Fugitivo sem Memória» (Filme)
02.00 Survivor



Goucha lá continua feliz na TVI...



...mas é sem ele que a «Praça da Alegria» se alarga para as tardes da RTP1...

Domingo, 5

▼ RTP1

07.00 RTP Crianças
10.00 Ora Viva!
10.30 Missa
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Prazer de Criar
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 O Mundo Perdido
15.30 Estúdio 5
19.00 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.45 O Elo Mais Fraco
22.30 «O Destino de um Ex-Combatente» (Filme)
00.15 Domingo Desportivo
01.00 24 Horas
01.15 Magazine Liga dos Campeões
02.00 Filme

▼ RTP2

09.00 Programa Religioso
11.30 Pontos de Fuga
12.00 2010
13.00 Viagem pela Índia
14.00 Desporto 2
18.30 Ancient Apocalypse
19.30 Onda-Curta
20.00 Documentário
21.00 Artes & Letras «George Gershwin: Fascinating Rhythm»
22.00 Jornal 2
23.00 Artes de Palco



«Alves dos Reis»: diariamente na RTP2

«Baile de Máscaras»
01.15 «R.U.E.U.?»

▼ SIC

07.00 Infantil
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «O Leão de África» (Filme)
16.00 «Mentes Perigosas» (Filme)
18.00 «Major Payne» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mentes Brilhantes
22.00 Herman SIC
01.00 «A Grande Inauguração» (Filme)
02.30 Brigada

▼ TVI

07.30 Super Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Hosp. D. Estefânia:
125 Anos a Cuidar de Crianças
20.00 Jornal Nacional
21.15 A Jóia de África
22.15 O Último Beijo
00.15 «Génio Canino» (Filme)
01.50 «Aonde É que Pára a Polícia?» (Filme)
03.15 «Presumível Inocente» (Filme de Alan J. Pakula. Ver Destaques)
05.20 «Terra Prometida» (Filme)

Segunda, 6

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
16.45 Marisol
17.45 RTP Crianças
18.15 Quebra-Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 Sorte Grande
22.00 O Elo Mais Fraco
22.30 Façam o Favor de Ser Felizes
23.00 Prós e Contras
00.30 Turnos de Risco
01.15 24 Horas
01.30 O Fugitivo
02.15 «Sedução Mortal» (Filme)

▼ RTP2

07.00 RTP Crianças
11.45 Meu Pé de Laranja-Lima
12.45 Companhia dos Animais
13.00 História da Indústria em Portugal
13.30 Nico d'Obra
14.00 Alves dos Reis
14.45 Informação Gestual
16.15 Filme
18.00 Informação Religiosa
19.00 Para Além de Babel

Terça, 7

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.25 Praça da Alegria
16.40 Marisol
17.30 RTP Crianças
18.30 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.05 O Elo Mais Fraco
22.00 O Processo dos Távoras
23.00 Fora de Jogo
00.30 Turnos de Risco
01.15 24 Horas
01.30 O Fugitivo
02.15 «Over The Edge» (Filme)

▼ RTP2

07.00 RTP Crianças
11.45 Meu Pé de Laranja-Lima
12.45 Companhia dos Animais
13.00 História da Indústria em Portugal
13.30 Nico d'Obra
14.00 Alves dos Reis
14.45 Informação Gestual
16.15 Filme
18.00 Informação Religiosa
18.30 Onda-Curta
20.00 Viver no Campo
20.30 As Três irmãs
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Mentes Assassinas
24.00 «Pixote, a lei do Mais Fraco» (Filme)
02.10 Lupin III

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
10.30 Uma Aventura
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Rex, o Cão Polícia
15.00 Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome É Agata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.45 Esperança
22.45 Olhar da Serpente
24.45 E Proibido
01.15 Filme

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.30 Olá Portugal
14.15 A Vida É Bela
16.30 Dawson's Creek
17.30 Vidas Reais
18.45 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Amanhecer
22.30 Anjo Selvagem
23.15 BB Famosos Especial
01.00 «Vida Atribulada» (Filme)

Quarta, 8

▼ RTP1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.25 Praça da Alegria
16.40 Marisol
17.30 RTP Crianças
18.30 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.05 O Elo Mais Fraco
22.00 O Processo dos Távoras
23.00 Fora de Jogo
00.30 Turnos de Risco
01.15 24 Horas
01.45 24 Horas
02.00 «Smokin's Stogies» (Filme)

▼ RTP2

07.00 RTP Crianças
11.45 Meu Pé de Laranja-Lima
12.45 Companhia dos Animais
13.00 História da Indústria em Portugal
13.30 Nico d'Obra
14.00 Alves dos Reis
14.45 Informação Gestual
16.15 Filme
18.00 Informação Religiosa
18.45 Bombordo
19.00 Horizonte
20.00 Viver no Campo
20.30 As Três irmãs
21.00 Sabrina, a Bruxinha
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
23.00 A Educação de Max Bickford
24.00 «Beijo da Mulher Aranha» (Filme)
02.30 Lupin III

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 A Minha Família É uma Animação
12.30 Uma Aventura
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Formiga Z (Filme)
16.00 «O Regresso de Lassie» (Filme)
18.00 «Acção em Hong-Kong» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.45 Esperança
22.45 Olhar da Serpente
23.45 Hora Extra
00.45 Filme
02.45 No Fim do Mundo

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
11.00 Mensagem de Natal do Papa
11.30 Missa
13.00 TVI Jornal
14.00 Gala Big Brother
17.15 Filme (Não designado)
20.00 Jornal Nacional
21.15 BB Famosos
22.00 Amanhecer
23.00 Anjo Selvagem
23.45 Filme (Não designado)
01.00 Filme (Não designado)

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

O ano da morte de Mário Castrim

Não começara bem, o ano. Aliás, dir-se-ia que o ano televisivo de 2002 havia começado uns quatro meses antes (não se diz também que o século XX começou de facto em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial?) quando, em Setembro de 2001, José Eduardo Moniz, em que muitas vezes e por culpa

alheia se confunde inescrupulo com talento, introduziu em Portugal o «Big Brother», então já famoso noutras paragens graças a estações muito pragmáticas e sem complexos. O «Big Brother» suscitou celeuma, o dr. Balsemão rejeitara o programa num assomo de pudor que aliás não resistiria a umas vultosas perdas financeiras, mas arrancou a TVI para o topo do «ranking» de audiências, isto é, para o sacratíssimo altar do mercado de TV. Depois disso, e designadamente ao longo do ano de 2002, aconteceram tais coisas na TVI e também na SIC que os participantes no «Big Brother» inicial fazem hoje figura de intelectuais de boa cultura e sólida formação moral no arquivo da nossa memória. Não vou tentar fazer aqui o inventário de todo, ou mesmo apenas de quase todo o lixo pútrido que as duas operadoras privadas nos foram metendo em casa numa espécie de competição para ver qual delas mergulharia mais fundo. Acentuo apenas que a repugnância que as supostas «telenovelas da vida real» me suscitam não tem a ver, de modo nenhum, com eventuais imagens de sexo tendencialmente explícito ou pelo menos claramente sugerido: isso é o menos, nunca me moveram preconceitos ditos puritanos, além de que num tempo em que «canais 18» ou equiparados andam por aí aos pontapés seria idiota brincar aos Diáconos Remédios. O nojo é outra coisa: é o arrastamento de milhões de espectadores para a quotidiana bisbilhotice de vidas

alheias; é a substituição do entendimento da vida e do mundo pela coscuvilhice possível graças a um buraco de fechadura transmutado em não sei quantas câmaras. É a redução do antigo destino proclamado para a TV, ser «janela para o mundo», a ser um tristíssimo postigo para o duche, se não para a latrina.

Lixos, Rossio e Betesga

Enquanto isto ocorria na TVI e na SIC, a RTP, ao lado, olhava entre o embaraço e o invejoso: ela também gostava de partilhar aquele assalto às audiências, mas tolhia-a o medo de que parecesse mal. E pareceria, decerto. Quando o dr. Balsemão, cansado de sofrer não na pele mas nos cofres, despediu o dr. Rangel, a RTP foi

sobre ele e engajou-o: aquele é que era homem que havia de inventar uma programação de combate, comercial quanto bastasse, embora com limites. Não se chegou a saber onde é que o especialista poderia chegar, mas só os muitos devotos do santinho poderão ter acreditado que daquelas mãos poderia sair um serviço público a sério. É que as vocações não se encomendam e nunca o dr. Rangel deu sinais sérios de ter a vocação de um serviço público, estando eu convencido de que, para tanto, entre outras coisas lhe falta cultura, prenda que reconheço já se usar pouco. De qualquer modo, a chegada ao poder do maremoto PSD/PP lançou-o para o desemprego doirado que se sabe, e na ribalta política surgiu a figura curiosíssima de Nuno, O Redentor, aliás a exigir aturado e minucioso estudo, e olhem que não estou a brincar. Com Nuno, a TV 2003 só não atingiu a sua expressão integral e completa porque o homem ainda não teve tempo e porque lhe sobejou em bruteza o que lhe faltou em argúcia. Mas está à vista que a RTP não vai ser o que seria imperativo e urgente que fosse: a compensação da dupla lixeira quem lhe mora ao lado. E essa compensação haveria de consubstanciar-se na eficácia para demonstrar ao telepúblico que, para além de «A Casa do Big Brother», há País e Mundo, ambos a suscitarem um apaixonado interesse em que os olhe com olhos de entender. Que as diversas formas de cultura (e a cultura, nunca se arma em «intelectual») não se esgotam nas guerrinhas baixotas entre infravedetas do momento e no micromundo das suas intrigas. Que compreender é uma maravilha. Com um canal obrigado por decreto a ser um Rossio que albergue a Rua da Betesga, e um outro canal alienado à Dona Sociedade Civil,

isto é, a um pseudónimo onde cabe tudo, nem o mais excelente director de programas consegue o milagre da multiplicação dos pães.

Entretanto, já o ano declinava, morreu o homem que durante

quase quatro décadas sonhou uma TV ao serviço dos homens, isto é, do País que não existe fora das gentes que o habitam, o escritor e jornalista que trocara tudo pelo cumprimento do dever de desmascarar a violência que é o envenenamento quotidiano de um povo inteiro. Lúcido até ao fim, morreu em Outubro o Mário Castrim que, um dia, há mais de trinta anos, dissera que aquela RTP não era um erro, era um crime. E desde Outubro eu lembro mais vezes o verso que Lopes-Graça nos levou a cantar em tempos amargos e nos recorda que, nesta luta, «até os mortos vão ao nosso lado».



A talhe de foice

• Henrique Custódio

Perigoso

É patético e chocante o faz-de-conta que varre o planeta como um miasma invisível, pondo a generalidade das pessoas que têm poder e opinião no mundo a fingir, muito compenetradamente, que não se encontram às ordens da perigosa clique que se instalou na governação dos EUA.

Mas, na verdade e no essencial, estão, como se pode aferir pela dramática farsa que está, implacavelmente, a ser representada a propósito do Iraque.

Há muitos meses que a administração Bush decidiu atacar o regime de Saddam Hussein – não pelas anunciadas razões de «segurança» mas por ocultas intenções de controlo petrolífero – e tudo tem feito para lá chegar, desde a chantagem grosseira e directa sobre os seus parceiros nos negócios do mundo, para que alinhem sem pestanejar nesta aventura, até ao recuo estratégico na ONU, fazendo este organismo aprovar um documento infame onde, na prática, se dá carta branca aos EUA para atacarem o Iraque a pretexto de nada ou a qualquer pretexto, que vai dar ao mesmo.

É o que os EUA se preparam para fazer já em finais de Janeiro próximo, faltando apenas completar a deslocação do enorme dispositivo militar necessário para a tão desejada ofensiva. E até o pretexto já foi devidamente anunciado: o enorme documento redigido pelo regime iraquiano coligindo o seu próprio armamento «não foi satisfatório» para os EUA.

Por isso, lá irá bomba, mais para o fim de Janeiro. Sem mais conversa.

Entretanto, o mundo continua aplicadamente a seguir as diligências da comissão de observadores da ONU em território iraquiano (que também continua sem encontrar qualquer armamento suspeito), enquanto assobia para o ar à espera que o tempo passe. E quando as bombas começarem a devastar o Iraque, certamente encontrarão apelos vigorosos exigindo «o fim do conflito» e «o regresso ao diálogo».

Quanto ao regime de Saddam - que pode ser tirânico mas não é parvo -, já está a distribuir razões duplas à população.

Neste entretanto, nos EUA, na Europa e no mundo em geral as notícias que chegam – vindas das grandes centrais de informação norte-americanas – apenas mostram as manobras belicistas da administração Bush e as declarações incendiárias como as do secretário da Defesa, Rumsfeld, garantindo que os EUA podiam «desencadear e vencer duas guerras regionais simultâneas» contra o Iraque e a Coreia do Norte, sonhando ou ignorando o crescente repúdio que alastra pela população norte-americana contra uma agressão militar ao Iraque.

Tal como procuram esconder os protestos que também se avolumam nos EUA contra a paranóia securitária que tomou a administração Bush, violando grosseiramente liberdades fundamentais e direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. É o caso flagrante do contestadíssimo «Patriotic Act», uma nova lei aprovada por Bush que permite a detenção de «suspeitos» sem mandato judicial, por meses indeterminados, sem recurso a advogado e com recolha de dados sem notificação dos envolvidos.

E enquanto as coisas vão rolando nestè pé de belicismo imperial para o exterior e de tirania policial no interior, a administração Bush adoptou mais uma decisão polémica, ao ordenar às universidades que forneçam informações pessoais sobre os 200 mil alunos e professores estrangeiros que estudam e trabalham nos EUA, o que está a ser considerado ilegal por numerosas instituições dos direitos humanos.

Com a administração Bush, o ano novo apresenta-se muito perigoso para os EUA e o mundo...

CGTP contesta sondagem da UCP e reafirma elevada adesão no passado dia 10

«Houve de facto uma greve geral»

A Intersindical considera «interessante» que a sondagem divulgada pelo *Público*, RTP e *Antena 1* tenha a mesma origem que um núcleo duro que «desenvolveu a proposta de Código de Trabalho», ou seja, a Universidade Católica.

Mais papistas que o Papa. Assim se poderiam caracterizar os autores da «sondagem» que a Universidade Católica Portuguesa realizou para a RTP, o *Público* e a *Antena 1* sobre uma suposta adesão de 10 por cento à greve geral do passado dia 10 de Dezembro – o Governo avançou com 13 por cento. Coube a Ulisses Garrido, da Comissão Executiva da central, fazer uma declaração pública a propósito da «sondagem» e dos seus resultados.

Começando por considerar «interessante» que este estudo tenha a mesma origem do que o «núcleo duro» responsável pela concepção do pacote laboral, o dirigente da central não entende por que razão é que o universo da amostra são cidadãos eleitores e não apenas os trabalhadores por conta de outrem, ou seja, aqueles que poderiam ter feito greve. A caracteriza-

ção dos inquiridos como «profissionalmente activos» parece indiciar, segundo o sindicalista, que nesta «sondagem» podem ter sido incluídos quer trabalhadores independentes quer mesmo patrões ou até reformados em idade activa. Ulisses Garrido apelidou de «curiosa» tamanha contestação ao pacote laboral face a tão limitada adesão à greve evidenciada na «sondagem».

«Houve de facto uma greve geral», afirmou reafirmando os números avançados pela CGTP no próprio dia 10, e com base em dados recolhidos por muitos milhares de sindicalistas directamente nos locais de trabalho: 1 milhão e setecentos mil trabalhadores juntaram-se à greve geral. Só assim se explica o impacto da paralisação no sector exportador nacional: «Não se fabricou um automóvel no dia 10 de

Dezembro; não se fez papel no dia 10 de Dezembro; não se recolheu lixo no dia 10 de Dezembro; nem só um barco foi reparado no dia 10 de Dezembro; nenhum minério foi tratado ou extraído no dia 10 de Dezembro; nenhum elevador foi montado ou mantido no dia 10 de Dezembro; nem um só saco de rações foi produzido nesse dia», confirmou.

Assim, prosseguiu o dirigente sindical, «podemos então dizer claramente que os trabalhadores e a população sabem, fizeram a greve geral, viram a greve geral, sentiram a greve geral, e esse milhão e setecentos mil grevistas sabem porque a viveram, e porque, sendo uma realidade, não há números que possam esconder essa realidade». Ulisses Garrido deixou a questão: se a greve geral tivesse sido tão fraca quanto pretendem agora fazer crer, para quê tanto esforço patronal e do Governo para a denegrir?

Ajustes de contas começaram

A CGTP aproveitou também a conferência de

imprensa para denunciar a repressão e as pressões a que o Governo e o patronato têm subordinado muitos dos trabalhadores que aderiram à greve geral. O dirigente da central afirmou ser do conhecimento da CGTP que o Governo «tem feito questionários, tem pedido informações, tem insistido com pedidos de informação em relação a serviços da administração pública e institutos públicos, querendo saber quem fez greve, quem faltou e por que motivo». Estas perseguições chegam mesmo ao ponto de trabalhadores da administração pública que têm viatura de serviço e estacionamento privativo propiciado serem eles próprios pressionados e indagados acerca das razões pelas quais faltaram ao trabalho e responderem que o fizeram por falta de transporte.

No sector privado são conhecidos, afirmou, diversos casos em que trabalhadores que aderiram à greve geral de dia 10 de Dezembro foram discriminados nas festas de Natal das empresas e nos seus prémios de trabalho e produtividade, o que é «perfeitamente inadmissível».

Os trabalhadores e os serviços públicos são as vítimas O Governo volta a atacar

Com o Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2003-2006, o Governo prepara-se para fazer recair – ainda mais – sobre os trabalhadores a factura da redução do défice. Algumas das medidas que o programa preconiza é a «redução» do emprego público a uma taxa de 1,5 por cento ao ano, o que significará menos 41 mil postos de trabalho em 2006. O Governo procurou negar estes dados, mas o programa é por de mais explícito. As reacções dos sindicatos não se fizeram esperar: a rejeição é o mote. Segundo declarações de um dirigente sindical de uma estrutura filiada na CGTP à comunicação social, «redução do emprego ou despedimentos é a mesma coisa».

Segundo esse mesmo dirigente, as medidas não surpreendem porque vêm no seguimento da ofensiva contra os funcionários públicos.

Apesar de todos os estudos apontarem para um envelhecimento do funcionalismo público, o Governo afirma que esta «redução do emprego» será alcançada à custa da contenção das admissões.

Mas o Governo não fica por aqui. Para os que ficarem com o seu emprego, a contenção salarial será uma realidade com a qual viverão. Assim como a revisão do regime de avaliação e carreiras, pondo em causa a progressão dos trabalhadores nas suas carreiras.

Mas para quem pensar que o Governo apenas quer sustentar as despesas está enganado pois o aumento das receitas é



também prioridade. Mais uma vez, a factura recai sobre os mesmos. Assim, para o aumento das receitas, o Governo PSD/PP prevê, explicitamente, o «aumentar das taxas moderadoras e outras receitas correntes» nos hospitais, para além da, já em curso, «empresarialização» dos mesmos. Num e noutro

caso, é o utente (que passará a cliente) quem paga.

Na educação, o Governo pretende aumentar os «ganhos de eficiência» e a captação de receitas próprias. Neste último caso, destaca-se o aumento de propinas. A transferência de verbas para as universidades não crescerá, o que significa que alunos e famílias passarão – se isto avançar – a pagar mais por muito menos. No caso do ensino não superior, verifica-se também uma redução de verbas.

Para cumprir o seu objectivo de atingir um défice de 0,5 por cento em 2006, o Governo volta a fazer prejudicar os trabalhadores da função pública, e todos os outros em geral, por intermédio do aumento dos preços para usufruir dos direitos fundamentais – e constitucionais – à educação e saúde.

Pressões provocam insegurança

As empresas de transporte de passageiros e mercadorias estão a pressionar os trabalhadores a ultrapassar os seus horários de trabalho e reduzirem os seus tempos de descanso, denunciou a FESTRU, federação dos sindicatos do sector rodoviário, da CGTP.

Para além de toda a violação dos elementares direitos dos trabalhadores patente nesta medida, a FESTRU considera que estas pressões põem em causa, «de forma

ainda mais acentuada, a saúde, a integridade física e a vida dos seus motoristas, bem como a vida e a integridade física dos restantes utentes das estradas».

Sendo prática corrente, as pressões do patronato do sector, é mais generalizado nesta quadra festiva, devido ao acréscimo da actividade verificada na época natalícia, na qual mais pessoas se deslocam e na qual aumenta também o volume de mercadorias transportadas.

Tendo em conta o alto índice de precariedade existente no sector, a FESTRU considera ser difícil para muitos motoristas dizerem não às pressões patronais, já que, em alguns casos, poderá estar mesmo em jogo o próprio posto de trabalho. A esta grave situação acresce a intenção de algumas empresas de transporte rodoviário de mercadorias tentarem, de forma, ilegal, diminuir a retribuição dos trabalhadores.

